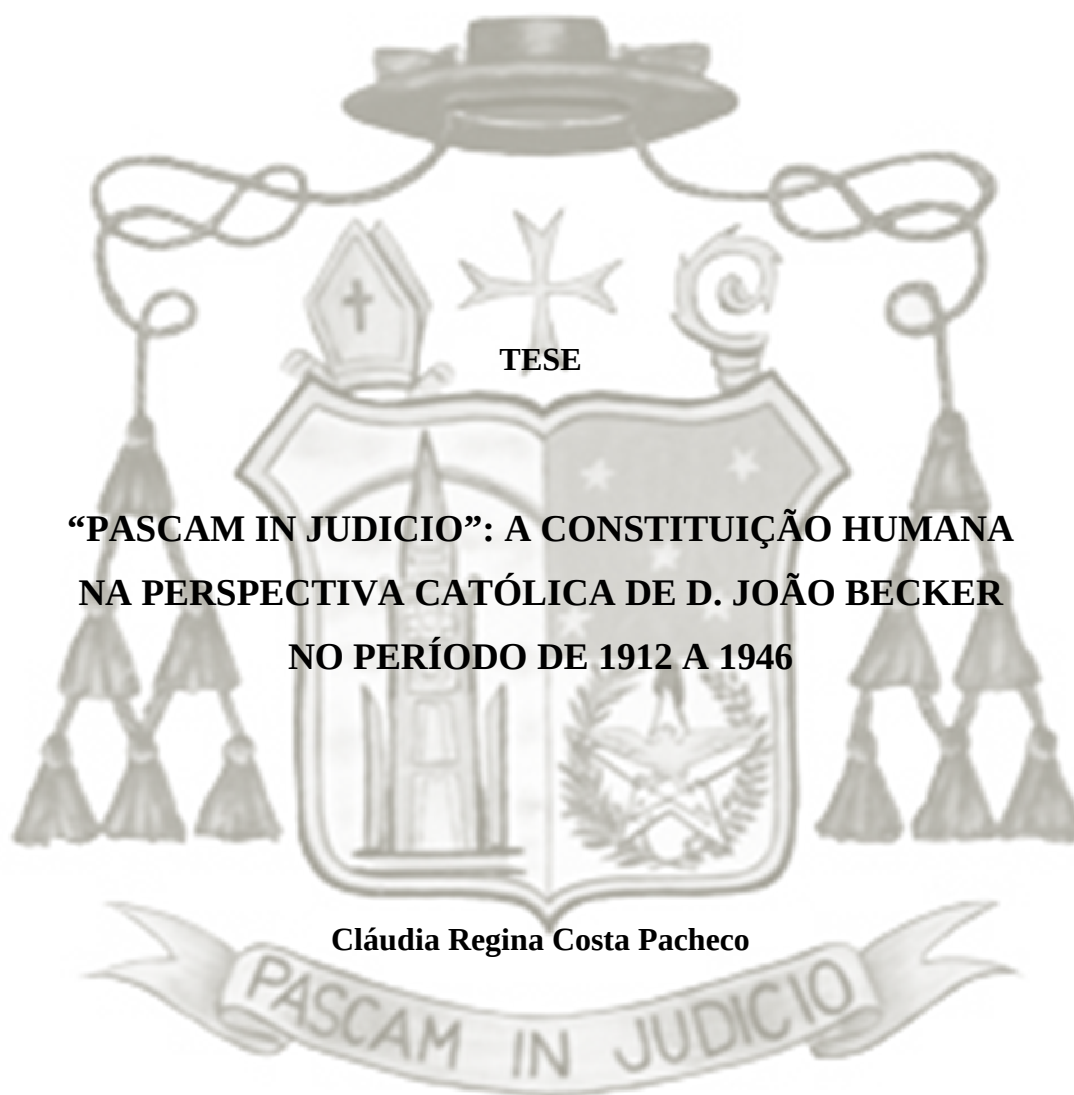


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**



PELOTAS

2011

CLÁUDIA REGINA COSTA PACHECO

**“PASCAM IN JUDICIO”: A CONSTITUIÇÃO HUMANA NA
PERSPECTIVA CATÓLICA DE D. JOÃO BECKER NO
PERÍODO DE 1912 A 1946**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial e final à obtenção do título de **Doutor em Educação**

Orientador: Elomar Antonio Calegaro Tambara

Co-Orientador: Jorge Luiz da Cunha

Pelotas - RS, 2011.

Dados de catalogação na fonte:
Kênia Moreira Bernini CRB - 10/920

P116p Pacheco, Cláudia Regina Costa.

“Pascam in judicio” : a constituição humana na perspectiva católica de D. João Becker no período de 1912 a 1946 / Cláudia Regina Costa Pacheco ; Orientador : Elomar Antonio Calegaro Tambara – Pelotas, 2012.
131 f.

Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas.

1. Igreja católica. 2. D. João Becker. 3. Revista Unitas.
4. Constituição humana. I. Tambara, Elomar Antonio Calegaro, orient. II. Título.

CDD 370.11

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elomar Antonio Calegari Tambara – UFPEL
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Phil. Jorge Luiz da Cunha - UFSM
(Co-orientador)

Prof. Dr. Norberto Dallabrida – UDESC

Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral - UFPEL

Prof. Dr. Eduardo Arriada - UFPEL

Dedico este trabalho:
à minha mãe
pelo exemplo
de força, coragem e
pelo apoio incondicional;
à minha filha amada
pelo carinho,
pela paciência e pelos sorrisos.

Agradeço...

A Deus, por me dar forças e coragem para realizar mais um sonho;
A São Jorge, por me trazer meu bem mais precioso;

À minha família querida (minha mãezinha Nair, minha filha Vitória, meus irmãos Paulo e Ronaldo, minhas cunhadas Márcia e Cindiela (in memorian), meus amores Pedro, Paula, Sabrina, Samanta, Adriele, Carlos, e ao meu esposo Alexandre),
Pelo amor, carinho, compreensão e incentivo;

Ao meu orientador Prof. Elomar Tambara, pela sua competência e excelência nas orientações,
pela liberdade que me proporcionou na construção e delineamento desta tese;

Ao meu co-orientador Prof. Jorge Luiz da Cunha, pelo incentivo, apoio e orientação;

À professora Giana Lange do Amaral, pelo carinho, apoio e contribuições;

À UFPEL e à CAPES, por proporcionarem a realização de um Curso de qualidade;

Aos professores e funcionários da UFPEL pela atenção;

Aos colegas do CEIHE/UFPEL e do POVO DE CLIO/UFSM, pelo carinho e
companheirismo;

À Banca Examinadora: Professores Norberto Dallabrida e Eduardo Arriada, pela leitura,
apoio e compreensão;

À professora Berenice Corsetti pela leitura e contribuições na etapa de qualificação deste
trabalho;

Estas são algumas das muitas pessoas que me ajudaram na realização de mais este sonho.
Agradeço a todas as pessoas que mencionei e, também as que não mencionei nestes
agradecimentos, pelas palavras de conforto e de alegria.

Muito obrigada por tudo!

Sem raízes não há árvore.
A árvore, porém,
não coincide apenas com suas raízes.
O solo, o húmus, o sol,
a chuva, o vento, a lua,
as estações e a história de sua capacidade
de assimilação e defesa
fazem de cada árvore,
com suas raízes,
um corpo saudável ou raquítico,
vigoroso ou doentio.
As raízes, contudo,
dizem muito da identidade de cada árvore.

(ZANOTELLI, 2007, p.11)

RESUMO

PACHECO, Cláudia Regina Costa. **“Pascam in Judicio”: A constituição humana na perspectiva católica de D. João Becker no período de 1912 a 1946.** 2011. 131 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida sobre os ideais católicos sul-rio-grandenses no período de 1912 a 1946, no que tange à educação e constituição humanas. Nesse sentido, buscou-se compreender em que medida a figura e a atuação de Dom João Becker contribuíram e/ou interferiram na constituição de um ideal humano, tendo a educação como principal mecanismo à sua efetivação. Cabe salientar que o período examinado foi, justamente, a época em que D. João se constituiu em autoridade máxima da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. O arcebispo metropolitano tentava reforçar a autoridade espiritual tendo como instrumento uma política de “recristianização social”, cuja ação deveria se estender a todas as esferas da sociedade. Ressalta-se que a Revista Unitas (Revista Eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre/RS) se constituiu na principal fonte de nossa pesquisa. Àquela época, a revista representou a publicação oficial da Igreja Católica no estado do Rio Grande do Sul - fato que possibilita a percepção da ação desta instituição no estado, tanto em termos políticos como educacionais. Destaca-se, contudo, que, não obstante seja a nossa principal fonte de pesquisa, outras fontes foram examinadas, tais como: as cartas pastorais, as encíclicas, o código de direito canônico, legislações complementares e os estudos que discutem a temática em questão. Este estudo, portanto, baseou-se em pesquisa bibliográfica, enfatizando, sobretudo, a análise da documentação histórica referente ao acervo da Revista Unitas. O exame do conteúdo difundido nas edições da Revista Unitas está fundamentado na metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin. De acordo com a análise da documentação e dos artigos veiculados nesta publicação religiosa, percebe-se que a educação se apresentou como possibilidade de determinação de valores e ideais católicos. Somente uma educação católica teria um caráter completo e perfeito. Buscando uma “sociedade perfeita”, constituída igualmente por homens perfeitos, a Igreja Católica via em seus ideais a possibilidade de concretização desta sociedade. Constata-se que a Igreja Católica se considerava uma educadora soberana e perfeita, e, por intermédio da atuação de seu clero, sob o comando de D. João, buscava inculcar seus ideais mesmo em contextos político-econômicos adversos (o positivismo, a secularização, etc.). A atuação católica, no período analisado, deixou, sem dúvida, muitas marcas, e influenciou a estrutura educacional hodierna.

Palavras-chave: Igreja Católica. D. João Becker. Revista Unitas. Constituição Humana.

ABSTRACT

PACHECO, Cláudia Regina Costa. **“Pascam in Judicio”: The human constitution in the Catholic perspective of D. João Becker in the period from 1912 to 1946.** 2011. 131 f. Thesis (Doctorate) – Program of Pos Graduation in Education. Federal University of Pelotas, Pelotas.

This paper presents the results of the research developed about the sul-rio-grandenses catholic ideals in the period from 1912 to 1946 regarding the education/ human constitution. Accordingly it was sought to understand to what extent the figure and performance of Dom João Becker contributed/interfere in the constitution of and human ideal having the education as a main mechanism to its effective. It should be noted that the period that was examined was precisely the time in which D. João was constituted in the highest authority of the Catholic Church in Rio Grande do Sul – RS/Brazil. The metropolitan archbishop tried to strengthen the spiritual authority having as an instrument a policy of “social re-Christianization” whose action should be extended to all spheres of the society. It is noteworthy that *Unitas Magazine* (Ecclesiastical Magazine from the Archdiocese of Porto Alegre) is constituted in the main source of this research. This magazine was set at the time in the official publication of the Sul-Rio-Grandense Catholic Church, fact that enables the perception of the action of this institution in the Estate, both in political terms as educational. It is noteworthy, however, that even as the main source; the magazine was not the only one. Other documents such as: pastoral letters, encyclicals, code of Canon Law, complementary legislation and studies that studies the subject concerned were also examined. This study was based on a literature search, emphasizing especially the analysis of a historic documentation regarding to the issues of *Magazine Unitas*. The Content Analysis was used having the studies of Bardin as base to the analysis of the content broadcast in the issues of the magazine. According to the analysis of the documentation and the reports published in this religious publication can be seen that the education was presented as possibility of determination of catholic values and ideals. Only a Catholic education would have a complete and perfect character. Seeking a “perfect society” made up equally of perfect men the Catholic Church saw in its ideals the possibility of the achievement of this society. It is seen that the Catholic Church saw itself as a sovereign and perfect educator and through the actions of its clergy, under the command of D. João sought to “inculcate” its ideals even in adverse political-economics contexts (Positivism, Secularization, etc.). Without doubt, the catholic performance in the analyzed period let many brands and influenced the educational structure today.

Key-words: Catholic Church. D. João Becker. *Unitas Magazine*. Human Constitution.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Folder Centenário	126
ANEXO B – Catedral Metropolitana	128
ANEXO C – Exemplar do periódico <i>A Palavra</i>	130
ANEXO D – Capas das duas primeiras edições da Revista Unitas.....	131

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS	10
CAPÍTULO I - A IGREJA CATÓLICA SUL-RIO-GRANDENSE: O CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS TURBULÊNCIAS	22
1.1 A Igreja Católica na Primeira República (1890-1930).....	25
1.2 A Igreja Católica na Era Vargas (1930-1945).....	35
CAPÍTULO II: DOM JOÃO BECKER: O PROTAGONISTA.....	41
2.1 A trajetória de Dom João Becker.....	43
2.2 A Imprensa Católica.....	57
2.3 A Revista Unitas: O que foi e o que representou	59
CAPÍTULO III - A CONSTITUIÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA CATÓLICA...65	
3.1 A Perfeição Humana para o Catolicismo: compreendendo o conceito.....	67
3.2 Três categorias: a educação, o homem e o sacerdote	76
<i>3.2.1 O conceito de educação para a Revista Unitas.....</i>	<i>78</i>
<i>3.2.2 A constituição do homem na Revista Unitas</i>	<i>86</i>
<i>3.2.3 O Sacerdote ideal para a Revista Unitas</i>	<i>97</i>
PALAVRAS FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS	115



PALAVRAS INICIAIS

O tempo todo, ao escrever teremos a sensação de estarmos sendo espiados por um sempre possível leitor, intervindo a cada momento desde sua própria mudez. Uma mudez que incomoda, provocadora e desafiante. Seria mais tranqüilo ouvir a voz desse interlocutor, perceber como nos está interpretando, o que nos tem a dizer. Ele mudo, porém, se faz muito mais exigente e crítico, porque a mim transfere esses cuidados. (MARQUES, 2006, p. 23)

Construir uma tese não se constitui numa tarefa fácil. Exige um repensar de teorias, concepções, fontes e metodologias. Neste meu permanente processo de formação enquanto pesquisadora, o construir uma tese se delineou nas leituras, nas análises, nas interpretações e nas discussões realizadas. A busca foi incessante pela definição da importância, da originalidade e da viabilidade da pesquisa. Tal busca repercutiu na investigação que veio, ao longo destes anos de curso, sofrendo inúmeras transformações.

Como uma escultura, a pesquisa foi sendo esculpida. Desde a escolha da madeira, das ferramentas e das tintas tudo foi sendo pensado. Além disso, a imaginação me permitiu ousar. Admitiu descobrir novas possibilidades, desvelar o não-conhecido, repensar o já conhecido, visando não apenas preencher lacunas, mas permitir também a surpresa.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 234) tese significa a

[...] proposição sobre determinado aspecto de qualquer ciência, devendo ser apresentada e defendida publicamente. É uma monografia científica, escrita original sobre um tema específico, cuja contribuição amplia os conhecimentos do tema escolhido. Representa, portanto, um avanço na área científica em que se situa.

Nessa perspectiva, a ciência se apresenta como possibilidade de descobrir e redescobrir a nossa realidade. Embasada em critérios científico-metodológicos, a tese, no âmbito educacional, constitui-se num grande desafio a ser construído, justamente, pelo grande número de trabalhos já feitos neste campo.

Conceber uma tese promove um repensar o próprio processo de construção do conhecimento humano. Na constituição deste, historicamente, diferenciados tipos de discursos articularam-se, disputaram forças e buscaram superação.

A Igreja Católica teve grande participação na constituição do conhecimento humano. Até o fim da Idade Média, a Igreja trazia a hegemonia dos estudos e da explicação dos fenômenos relacionados à vida. A ciência tomou a frente deste processo, fazendo da Igreja e do pensamento religioso razão de ser dos estudos científicos.

No processo de apreensão da realidade do objeto cognoscível, o sujeito cognoscente pode penetrar em todas as esferas do conhecimento. Ao estudar o homem, por exemplo, pode-se tirar uma série de conclusões sobre a sua atuação na sociedade, baseada no senso comum ou na experiência cotidiana. Pode-se analisá-lo como um ser biológico, questioná-lo quanto à sua origem e destino, assim como quanto à sua liberdade. Finalmente, pode-se observá-lo como ser criado pela divindade, à sua imagem e semelhança, e meditar sobre o que dele dizem os textos sagrados.

Apesar da separação metodológica entre os tipos de conhecimento empírico, filosófico, religioso e científico, estes podem coexistir numa mesma realidade. Partindo dos diferentes matizes do conhecimento, defendo, neste trabalho, a tese de que a Igreja Católica sul-rio-grandense, personificada na figura e nas ações de D. João Becker (Arcebispo metropolitano no período de 1912 a 1946), através da Revista *Unitas*, fez uso da educação como principal mecanismo para delinear o ideal da constituição humana. Nesse sentido, questiono-me: Em que medida D. João Becker, autoridade representante da Igreja Católica sul-rio-grandense, contribuiu e/ou /interferiu para a constituição desse ideal, tendo a educação como principal veículo para a sua efetivação?

Sendo assim, proponho nesta investigação a possibilidade de refletir sobre o ideal de perfectibilidade humana através da perspectiva católica, tendo a educação como possibilidade e/ou /limite para alcançá-lo.

Como objetivo principal, busquei compreender os mecanismos pelos quais a Igreja Católica sul-rio-grandense - e aqui em específico a atuação do Arcebispo D. João, através do discurso veiculado na Revista *Unitas* - Revista Ecclesiastica da Archidiocese de Porto Alegre - formava o clero e, indiretamente, construía o seu ideal de homem e de sociedade perfeita.

O interesse pelo tema surgiu já no período da graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, perpassando as pesquisas feitas tanto no âmbito da especialização¹, quanto do mestrado².

Embora as temáticas abordadas não estivessem relacionadas, especificamente, na linha de Filosofia e História da Educação, os estudos feitos abordavam a questão humana. Por esta razão, a partir de minhas experiências docentes e discentes, assim como através dos estudos realizados, venho tentando entender como se constitui este “ser humano” - como nos tornamos, compreendemo-nos e nos percebemos como humanos.

Dessa forma, minhas pesquisas sempre me estimularam buscar mais respostas às minhas próprias interrogações sobre a constituição humana e os modos como podemos ser melhores.

A presente pesquisa surgiu com este intuito: tentar compreender melhor o ser humano e a sua formação. Investigar os ideais da Igreja Católica, personificada na figura D. João Becker, foi a oportunidade para entender de que forma as concepções de uma instituição tão significativa à humanidade contribuiu para a constituição de um ideal humano, tendo, a

¹ PACHECO (2004)

² PACHECO (2006)

educação, sido o elemento-chave a esse ideal. Ao buscar respostas às interrogações, o conceito de perfectibilidade humana se integra no sentido de traduzir a busca incessante pela perfeição da parte mais alta do ser. A educação, nesse contexto, contribui para o aperfeiçoamento humano.

A Igreja Católica utilizava-se (e utiliza-se) de diferentes mecanismos à propagação de seus ideais. A Revista *Unitas*, constituindo-se na publicação oficial da Igreja Católica sul-rio-grandense, formava o clero e, indiretamente, construía o seu ideal de humanidade. Uma das encíclicas de Pio XI - *Divini Illius Magistri* -, datada de 31 de dezembro de 1929, contribuiu muito para eu refletir sobre esta tese. A encíclica refere-se à educação cristã da juventude e aborda a educação como ponto fundamental.

Es, pues de suma importancia no errar en la educación, como no errar en la dirección hacia el fin último, con el cual está íntima y necesariamente ligada toda la obra de la educación. En efecto, puesto que la educación esencialmente consiste en la formación del hombre tal cual debe ser y como debe portarse en esta vida terrena para conseguir el fin sublime el cual fué creado, es evidente que como no puede existir educación verdadera que no esté totalmente ordenada al fin último, así, en el orden actual de la Providencia, o sea después que Dios se nos ha revelado en su Unigénito Hijo, único “camino, verdad y vida”, no puede existir educación completa y perfecta si la educación no es cristiana. (Pio XI, *Accion Catolica Española*, 1944, p. 641)

Nesta passagem da encíclica de Pio XI - que pertence ao período que me proponho a analisar - percebo o quanto a educação se apresenta como possibilidade de determinação de valores e ideais católicos. Somente uma educação católica teria um caráter completo e perfeito seguindo os princípios de Deus.

A idéia de perfeição humana pode ser vista, ainda, em outras passagens desta encíclica, como, por exemplo, nesta.

En lo cual se hace patente la importancia suprema de la educación cristiana, no sólo para los individuos, sino también para las familias y toda la sociedad humana, ya que la perfección de esta no puede menos de resultar de la perfección de los elementos que la componen”. (Pio XI, *Accion Catolica Española*, 1944, p. 641)

Nesta perspectiva, a educação é uma obra social e não solitária. São três as sociedades necessárias para a formação do homem.

Ahora bien, tres son las sociedades necesarias, distintas, pero armónicamente unidas por Dios, en el seno de las cuales nace el hombre: dos sociedades de orden natural, tales son la familia y la sociedad civil; la tercera, la Iglesia, de orden sobrenatural. (...) Sin embargo, la familia es sociedad imperfecta, porque no tiene en sí todos los medios para el propio perfeccionamiento; mientras la sociedad civil es sociedad

perfecta, pues encierra en sí todos los medios para el propio fin, que es el bien común temporal, de donde se sigue que bajo este respecto, o sea en orden al bien común, la sociedad civil tiene preeminencia sobre la familia, que alcanza precisamente en aquélla su conveniente perfeccion temporal. La tercera sociedad, en la cual nace el hombre, por medio del Bautismo, a la vida divina de la Gracia, es la Iglesia, sociedad de orden sobrenatural y universal, sociedad perfecta, porque contiene todos los medios para su fin, que es la salvación eterna de los hombres, y, por tanto, suprema en su orden. (Pio XI, Accion Catolica Española, 1944, p. 643-644)

Buscando uma sociedade perfeita, constituída igualmente por homens perfeitos, a Igreja Católica via em seus ideais a possibilidade de concretização desta sociedade. O ideal de homem, ou seja, o ideal de um ser católico seria fruto de uma educação católica na qual o homem “sobrenatural” é aquele que pensa, julga e age constante e coerentemente seguindo a reta razão iluminada pelos exemplos da doutrina de Jesus Cristo.

Em síntese, a Igreja se constitui em “Cuerpo místico de Cristo, la esposa inmaculada de Cristo, y por esto mismo Madre fecundísima y educadora soberana y perfecta” (Pio XI, Accion Catolica Española, 1944, p. 689). Com base nestes e em outros pressupostos fui buscar mais elementos que me possibilitaram a compreensão dos mecanismos pelos quais a Igreja defendia seus princípios e valores.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à delimitação do período da pesquisa. O ano de 1912 foi um marco inicial, uma vez que é, justamente, quando D. João assume a Arquidiocese de Porto Alegre – RS/Brasil. O ano que marca o final de minha análise é o de 1946, por ser este o ano de falecimento do arcebispo.

Cabe ressaltar que a Revista *Unitas* constituiu-se na principal fonte desta pesquisa. A revista representou, na época, a publicação oficial da Igreja Católica do RS, fato este que possibilita a percepção da ação dessa instituição no estado, tanto em termos políticos como educacionais. Destaco, porém, que mesmo sendo a principal fonte, não foi a única. Busquei também, outras fontes documentais, tais como: cartas pastorais, encíclicas, código de direito canônico, legislações complementares e estudos que discutem a temática em questão.

Sendo assim, apresento os seguintes objetivos específicos: 1) compreender o contexto histórico e as turbulências pelas quais passou a Igreja Católica nos períodos da Primeira República e Era Vargas; 2) analisar as ações da Igreja Católica através do discurso e da atuação de D. João Becker; 3) compreender as influências e/ou interferências dos atos deste arcebispo - seus atos à frente da Arquidiocese de Porto Alegre; 4) entender o que foi e o que representou a Revista *Unitas* frente às ações da Imprensa Católica. Além disso, tem-se como meta a compreensão do conceito de educação para o ideal católico, assim como do ideal de perfectibilidade humana que está presente nos textos veiculados pela revista.

A presente investigação vincula-se à Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), pois trata do conhecimento dos processos educacionais a partir do viés histórico e filosófico, articulando pressupostos político-econômicos e antropológicos.

A pesquisa se justifica pelo fato de vir a colaborar na compreensão da história da educação, sobretudo por analisar um período de grandes conflitos e rupturas que, direta ou indiretamente, influenciaram na constituição do campo educacional. Além disso, a pesquisa contribui tanto com a comunidade acadêmica - ao questionar aspectos ideológicos e mecanismos de consolidação de ideais -, quanto com a comunidade em geral no sentido de refletir sobre a religiosidade cristã, especialmente, no que tange à doutrina católica. Ainda que de modo bastante modesto, a pesquisa buscou contribuir para a conservação da memória histórica da Igreja Católica no do Brasil, aliando-se a outros trabalhos que contemplam a história da educação sul-rio-grandense.

Refletir sobre o arcebispado de D. João Becker passou a ser de suma importância, tendo em vista o número reduzido de trabalhos sobre esta figura insigne da história do Rio Grande do Sul.

A investigação se enquadra naquilo que nos afirma Nóvoa:

[...] atualmente, a história da educação passou a incorporar outros temas e questões tais como: gênero, dificuldades de aprendizagem, raças, etnias, religiões, culturas locais, o que a olhar de outra forma os processos de escolarização e o “status” do conhecimento, levando a novas interpretações das relações individuais e coletivas da educação. (1997 apud BASTOS, 2002)

Nesta perspectiva, este trabalho tem por base a metodologia de pesquisa bibliográfica, para a qual foram analisadas obras de distintos autores no que tange à temática estudada; enfatiza, sobretudo, a análise documental dos volumes da Revista *Unitas* no período de 1913 (ano de sua fundação) a 1946 (ano de falecimento de D. João Becker). Não é demais salientar que a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exibido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas, exclusivamente, a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 1999).

A análise de conteúdo empregada sobre os documentos, especialmente, sobre as edições da Revista *Unitas* está baseada nos estudos de Bardin (1977). Também outros autores

como Caregnato & Mutti (2006), Moraes (1999), Rocha & Deusdará (2005) auxiliam na compreensão deste método de análise textual. Esta metodologia “oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 1977, p. 09).

A referida autora estabelece três fases cronológicas na análise de conteúdo. A primeira é denominada “Pré-Análise” e constitui-se na fase de organização propriamente dita. Nela organiza-se o material a ser analisado, objetivando-se a operacionalização e sistematização das idéias iniciais - é quando é realizada a leitura flutuante, ou seja, os primeiros contatos com os documentos para se conhecer os textos em questão; trata-se da escolha dos documentos, visando à delimitação do seu universo – numa palavra, a constituição do corpus; compreende, também, a preparação do material com a formulação de hipóteses e objetivos, além da referenciação dos índices, dos temas, juntamente com a elaboração dos indicadores através de recortes de texto nos documentos.

A segunda fase cronológica instituída por Bardin é a exploração do material. Nesta etapa ocorre a definição das unidades de registro e das unidades de contexto, além da definição dos sistemas e categorias e dos sistemas de codificação; é quando se dá a identificação das unidades de registro nos documentos. Entenda-se por unidade de registro a unidade de significação a codificar: corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e contagem frequencial. A unidade de registro é de natureza e dimensão variáveis. Já a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões permitem a compreensão dos sentidos e significados da unidade de registro.

A última etapa da organização da análise de conteúdo é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Esta fase consiste no tratamento estatístico simples dos resultados, permitindo a elaboração de tabelas que condensam e destacam as informações fornecidas à análise.

O referido estudo baseia-se numa pesquisa fundamentada num paradigma crítico-dialético, cuja ênfase está na historicidade do fenômeno, na colocação do problema em um contexto de relações mais amplo, dinâmico e contraditório.

A abordagem que traz a pesquisa é de caráter qualitativo, ou seja, é um estudo descritivo cujas informações obtidas não podem ser quantificadas - os dados obtidos são analisados indutivamente. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, portanto, foram fundamentais no processo da pesquisa qualitativa.

Cabe salientar que o cerne da pesquisa qualitativa está na análise dos dados e, dessa forma, busca-se no exame destes tanto categorizar o material encontrado quanto reconstruir o texto original através da perspectiva contemporânea, procurando compreender os fatos na sua historicidade e época. A categorização sintetizará os conceitos que neste estudo se fazem fundamentais e que norteiam toda a estrutura e os anseios da pesquisa. Busca-se nessa categorização o entrelaçamento dos conceitos de educação, constituição humana, religiosidade, etc. Numa codificação dita teórica, buscando reconstruir o texto original, são inevitáveis perguntas como: “O quê? – Qual o fenômeno é mencionado? Quem? Que pessoas/atores estão envolvidas/os? Que papéis eles desempenham? Como? Quais os aspectos do fenômeno são (ou não) mencionados? Quando? Por quanto tempo? Onde? Por quê? Quais os motivos que foram apresentados ou podem ser reconstruídos? Para quê? Qual a intenção? Com que finalidade? Através de quê? Que meios, táticas ou estratégias são utilizados para se atingir o objetivo?” São questionamentos que auxiliam a revelar o texto e suas entrelinhas.

O trabalho adota um método histórico que consiste em investigar a influência de acontecimentos, processos e instituições do passado em nossa sociedade. Compreender o papel que ainda exercem é algo que reporta aos períodos de sua formação e suas subseqüentes modificações.

Trata-se de uma pesquisa teórica, dedicada a revigorar teorias, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, com vistas ao imediato aprimoramento dos fundamentos teóricos. Busca, portanto, rever teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica não implica na imediata intervenção na realidade, mas é importante na criação de condições para a intervenção. O conhecimento teórico adequado resulta em rigor conceitual, análise acurada, lógica e argumentação diversificada, além de capacidade explicativa.

A História Cultural também auxilia no entendimento da atuação do arcebispo D. João Becker. Concebida como uma forma de interpretar a realidade do passado, por meio de representações pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo, a História Cultural, embora não tenha sido fundada por Roger Chartier, teve nele um de seus principais divulgadores. Chartier em suas obras³ abre novas possibilidades para os estudos em História Cultural, estimulando a renovação dos modos de conceber a história.

A História Cultural se propõe identificar a maneira como em diversos locais e momentos históricos uma realidade social é constituída. O objetivo da História Cultural está

³ Dentre elas podemos citar: CHARTIER (1992/1990).

na construção de um sentido. Nessa perspectiva, a história é vista como um dos discursos possíveis acerca da realidade. Concordo com Pesavento (2005, p. 51) quando esta afirma que

[...] no campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas.

Na minha tentativa de compreender quem foi D. João Becker, acabei reescrevendo uma história a seu respeito. Acabei construindo um discurso sobre esse passado, indo ao encontro de muitas questões estabelecidas na época de seu arcebispado. A história, conforme ressaltou Pesavento (2005), faz-se como resposta a muitos questionamentos formulados pelos pesquisadores em todos os tempos. A história permite uma explicação sobre o mundo, uma reinvenção do passado, sendo reescrita ao longo das gerações através de novas indagações. Dar sentido e significado a esse passado, construir uma forma de conhecimento sobre ele foi justamente um dos desafios postos ao realizar esta pesquisa.

Antes de partir para a análise do contexto histórico fez-se necessário uma investigação do “estado da arte” ou “estado do conhecimento” do tema a ser pesquisado. Aqui temos uma das partes mais importantes de qualquer boa pesquisa, uma vez que faz referência às últimas descobertas sobre um determinado tema. De acordo com Ferreira (2002), o “estado do conhecimento” se configura no desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Nesta parte, ao conhecer aquilo que já foi pesquisado, é possível perceber as semelhanças e diferenças dos demais trabalhos feitos.

Tendo em vista a expressiva produção de estudos sobre a história da educação no Rio Grande do Sul, bem como sobre a Igreja Católica sul-rio-grandense, foram privilegiados os estudos e investigações de pesquisadores que atuam em Programas de Pós-Graduação em Educação no Rio Grande do Sul, sobretudo na Linha de História da Educação, nos últimos vinte anos. Cabe salientar que a significativa produção de pesquisas em História da Educação no estado resultou, em 1995, na criação da ASPHE⁴. Esta associação publica a Revista História da Educação, que também possibilita a percepção das principais pesquisas desenvolvidas na contemporaneidade nesta área.

⁴ Associação Sul Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação.

Neste mapeamento, a professora Maria Helena Camara Bastos nos ajuda sobremodo, dada a seleção que fez sobre os estudos realizados no âmbito da História da Educação do Rio Grande do Sul, nos anos 80 e 90. Bastos estabelece alguns indicadores na análise dos estudos:

1. a periodização dada pelos *marcos consagrados* – Colônia, Império, Primeira República, Período Vargas, República Populista; 2. temáticas abrangentes: administração do ensino e a obrigatoriedade escolar, análise sócio-política do sistema de ensino, educação infantil, processos de alfabetização, formação de professores e profissão docente, história das disciplinas escolares, história das idéias pedagógicas, e história dos atores educativos, história das instituições educativas, gênero e educação, educação de adultos, ensino especial, imprensa periódica de educação e ensino, educação e etnias, movimento operário e educação, história da leitura e do livro escolar, ensino médio, universidade e ensino superior (BASTOS, 2002, p. 14-15)

A presente pesquisa se insere no período que, de acordo com Bastos (2002), ocorre a maior incidência de estudos produzidos. Conforme a autora, a maior parte das investigações centra-se no período da Primeira República e no período da Era de Vargas. Os estudos de Tambara (1991), Corsetti (1998), Giolo (1997), Werle (1993) destacam-se ao analisar a dimensão do Estado na implementação de políticas de educação pública. O trabalho de Artur Cesar Isaia (1992) também tem grande importância para esta pesquisa, tendo em vista que o autor analisa as relações do catolicismo com a vida política do Rio Grande do Sul. Isaia examina o posicionamento oficial da Arquidiocese de Porto Alegre frente à escalada autoritária varguista.

Outros estudos examinam o período a partir das histórias dos guetos coloniais, das práticas escolares de alemães e italianos - são exemplos os trabalhos de Kreutz (1991) e Meyer (1999). Ainda sobre o período da Primeira República, os trabalhos de Stephanou (1990), Desaulniers (1993), Amaral (1998) e Peres (1990) restabelecem a história de instituições escolares. O período de 1930 a 1945 foi objeto de análise de autores como Bastos (1994), Barbosa (1987), Mello (1998), Louro (1986), entre outros.

Temos ainda, em 2011, mais um trabalho significativo no campo da História. Bonow (2011) aborda em sua tese o período da primeira guerra mundial e a tensa relação entre os cidadãos de ascendência germânica e os demais que não se sentiam confortáveis com a preservação de uma cultura exógena. A Igreja Católica sul-rio-grandense, representada pela figura do arcebispo Dom João Becker, serviu, nesse contexto, de elemento catalisador dos anseios nacionalistas.

Sendo assim, este trabalho se divide em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “A Igreja Católica sul-rio-grandense: o contexto histórico e suas turbulências” traz um

panorama geral da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, contextualizando as ações da Igreja frente à efervescência do contexto sócio-econômico, político e histórico brasileiro. É, sobretudo, neste capítulo que se apresenta o espectro histórico sob o qual se efetuou o estudo. Já o segundo capítulo, denominado “Dom João Becker: o protagonista” discute a biografia e atuação desta figura tão significativa dentro da história da Igreja Católica Sul-Rio-Grandense. Além disso, aborda as questões relativas à imprensa católica e toda a movimentação da Igreja sobre a sociedade brasileira, ressaltando os periódicos enquanto canais privilegiados de defesa da fé e dos costumes católicos.

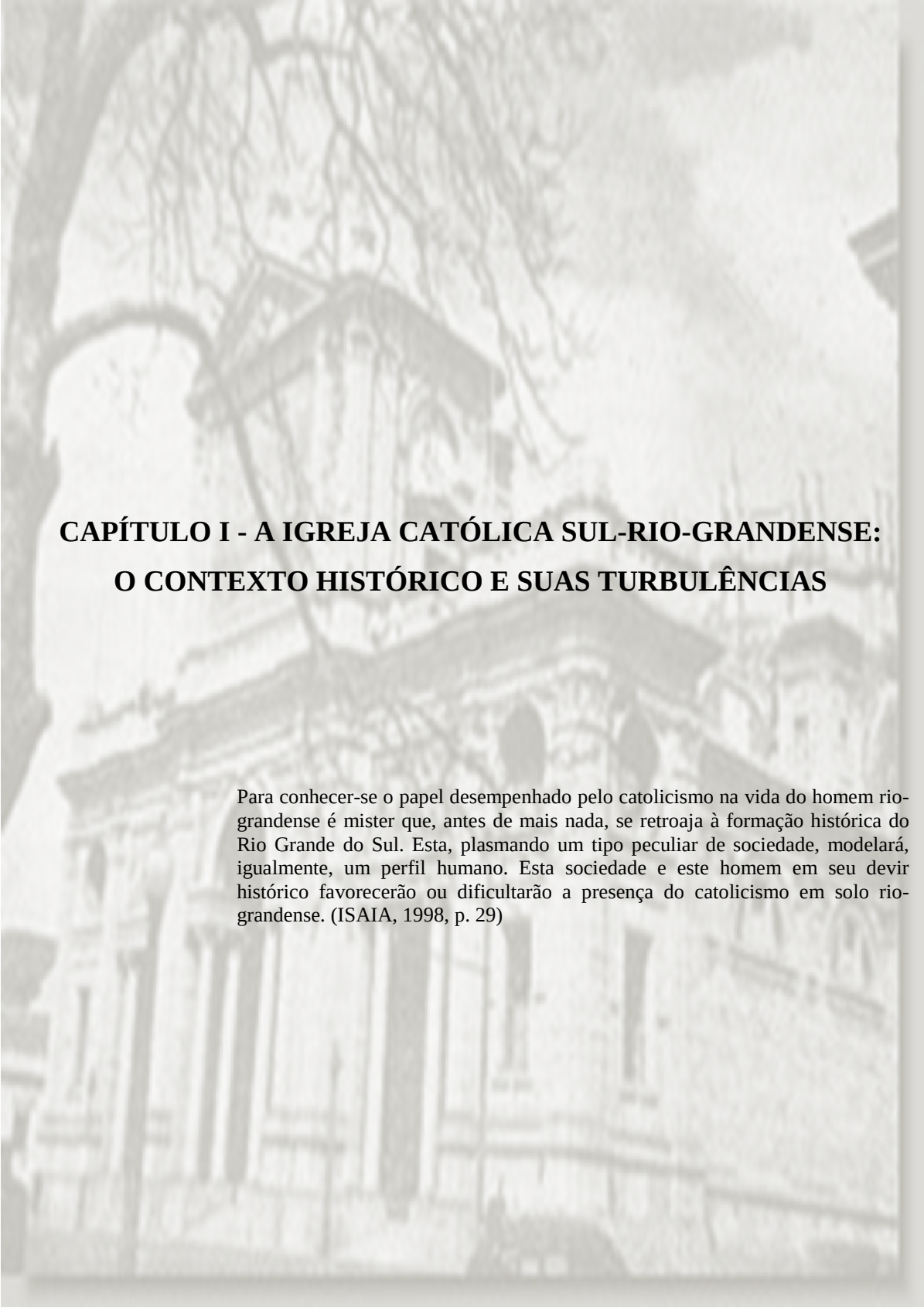
O terceiro capítulo - “A Constituição humana na perspectiva católica” - discute a formação de um ideal de homem e sociedade veiculado pela Revista *Unitas*. Aqui se sobressaem três categorias de análise: a *educação*, o *homem* e o *sacerdote*. Tais categorias preponderam ao se analisar a perspectiva católica no que tange à perfeição humana. A *educação* se destaca enquanto mecanismo utilizado pela Igreja para alcançar seu ideal de humanidade e se configura como limite e possibilidade para atingir esse ideal. Nestes termos, o homem como ser em formação é produto e produtor da religião. A Igreja Católica ao se utilizar deste homem busca perpetuar a sua doutrina, reafirmando seu papel frente às novas gerações. O sacerdote, como servo de Deus, busca propagar a fé católica e dedica sua existência à essa função de divulgar junto às comunidades a doutrina cristã.

Ao final da pesquisa são trazidas algumas considerações finais, apresentando constatações obtidas no estudo, bem como alguns encaminhamentos futuros. Busca-se a conclusividade do trabalho, mas não o esgotamento das possibilidades de análise.

“*Pascam in Iudicio*” (“Apascentarei com Justiça”) foi o lema adotado por D. João Becker. Fazendo e desfazendo acordos, entre amizades e inimizades, entre críticas e elogios, D. João Becker, no seu exercício doutrinário burocrático eficiente, reforça o processo de romanização da Igreja Católica sul-rio-grandense. À sua maneira, o arcebispo busca superar o liberalismo laico constituído na República, almejando um Estado inspirado nos ideais católicos.

De acordo com Beozzo (2004), o arcebispo apresentava a Igreja como a melhor garantia ao funcionamento social, político e econômico de uma ordem capitalista desigual. Para D. João Becker, a Igreja era a única instituição capaz de falar ao mesmo tempo para os dois extremos: conformando os pobres na sua situação de sofrimento e convidando os ricos a assumirem a missão de representar a Providência Divina. A assistência social da Igreja seria uma forma de manter a ordem vigente.

A seguir, apresentamos uma análise do contexto histórico no qual a presente pesquisa se situa, onde é possível perceber a conjuntura na qual D. João Becker administra a Arquidiocese Metropolitana de Porto Alegre, fato que pode explicar muitas de suas ações.



CAPÍTULO I - A IGREJA CATÓLICA SUL-RIO-GRANDENSE: O CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS TURBULÊNCIAS

Para conhecer-se o papel desempenhado pelo catolicismo na vida do homem rio-grandense é mister que, antes de mais nada, se retroaja à formação histórica do Rio Grande do Sul. Esta, plasmando um tipo peculiar de sociedade, modelará, igualmente, um perfil humano. Esta sociedade e este homem em seu devir histórico favorecerão ou dificultarão a presença do catolicismo em solo rio-grandense. (ISAIA, 1998, p. 29)

Neste primeiro capítulo procuro delinear um referencial histórico, sócio-cultural e econômico do período que será analisado. Assim, apresento, sucintamente, um panorama dos principais acontecimentos que ocorreram na época e que, de certa forma, influenciaram transformações subsequentes. Cabe salientar que ao escrever esta tese busquei produzi-la contemplando diferentes matizes; com isso, procurei tratar os acontecimentos tanto no âmbito mais geral da história do Brasil, submetido às influências mundiais, quanto na esfera mais específica referente à história do Rio Grande do Sul. Deste modo, história do Brasil e história do Rio Grande do Sul se intercalam na tecitura de uma história da Igreja Católica sul-rio-grandense.

Por esta razão, é importante ressaltar que

A Igreja Católica como qualquer outra instituição reage como uma caixa de ressonância aos ecos das mudanças históricas. Afinal, no plano de sua organização temporal, ela é sensível, como qualquer outra, às mudanças de rumo dos ventos da história. Mais profundos ou mais superficiais terminam influenciando na condução do governo da Igreja, nas formulações doutrinárias, nos rituais litúrgicos e nas regras disciplinares (RAMBO, 2002, p.280).

Tendo como base tal pressuposto, passo a examinar o contexto histórico vivenciado pela Igreja. Suas transformações refletem, em boa medida, os conflitos por ela enfrentados na execução de sua missão. O período histórico de 1912 a 1946 é marcado pela efervescência de conflitos e lutas, tanto no âmbito regional como mundial. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) representam, em termos mais globais, a agitação manifestada na época.

De acordo com Jorge Nagle (2001), a eclosão da Primeira Guerra Mundial forneceu os elementos para que se estabelecessem as ideias nacionalistas. Dessa forma, não só se desenvolveu um rudimentar corpo de doutrina, como surgiram as primeiras estratégias de ação. Para este autor, o desânimo, a falta de solidariedade, a ausência de crença e aspirações comuns governaram os interesses de cada cidadão. O período é marcado por “políticos profissionais” que nada mais eram do que pastores egoístas do rebanho tresmalhado. Aliado a isso, as classes populares eram mantidas na mais bruta ignorância, demonstrando apatia, superstição e absoluta privação de consciência.

No que tange ao contexto sul-rio-grandense, pode-se perceber a hegemonia borgiana (1913-1920), em que Borges de Medeiros ao reassumir o governo do Estado consolida novamente o conceito de chefia unipessoal. Nessa perspectiva, cabe ressaltar toda a influência do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) fundado ainda em 1882 por um pequeno grupo

de advogados e médicos recém formados no centro do país, dentre eles: Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Defendendo uma filosofia positivista, os partidários tinham em mente defender a República, o bem público e a democracia real contra a Monarquia.

Júlio de Castilhos, conforme nos mostra Giolo (2007), assumiu o governo através do voto popular, precisamente quando estoura a Revolução Federalista (1893-1895), que durou 31 meses e dizimou mais de 10 mil pessoas. O PRR venceu a Revolução, mas não conseguiu acabar com os conflitos. O clima de oposição ainda perdurou nos anos seguintes. Exemplo disso foi a Revolução de 1923 que representou um movimento armado em que lutaram, de um lado, os partidários de Borges de Medeiros - também chamados de chimangos, identificados pelo lenço branco - e, de outro, os aliados de Assis Brasil - denominados maragatos, cujo lenço era vermelho.

Iniciando seu governo de forma precária, ao PRR interessava a aliança com a Igreja Católica, que também ensaiava novas atuações no cenário religioso e político. O acordo entre Igreja e governo possibilitaria a sobrevivência de ambos.

Estabelecida a ditadura Castilhista, um elemento em especial da Constituição do Estado beneficiou a Igreja Católica no sentido da abstenção do Estado em relação à formação secundária, ficando esta agenciada pelas iniciativas privadas em contrapartida a um ensino primário de caráter neutro, laico, promovido pelo Estado.

De acordo com Corsetti (1998), o projeto político dos positivistas republicanos rio-grandenses envolveu a escola pública nos marcos de uma organização educacional e de uma política do Estado para o setor da educação. A partir das bases comtianas, buscou-se construir uma sociedade racional, tendo a educação a função moralizadora, de modagem da conduta dos cidadãos, além de decidir sobre os possíveis antagonismos sociais decorrentes das desigualdades inerentes ao próprio sistema legitimado pelos positivistas.

O PRR concebia a educação como característica essencial do regime republicano, o signo da instauração da nova ordem, a alavanca do progresso e da liberdade; mas não dispunha de condições efetivas para solucionar o problema a curto prazo. E, no entanto, era preciso apresentar resultados substantivos nessa área, não só para cumprir um preceito doutrinário, mas, principalmente, porque alfabetizar era aumentar o número dos eleitores (eleitores novos, a princípio fora da esfera de cooptação dos velhos partidos) e conquistar o consenso da população para a aceitação do novo regime político (GIOLO, 1997, p. 320-321).

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre os períodos da Primeira República e a Era Vargas que influenciaram a atuação de D. João Becker frente à Arquidiocese de Porto Alegre - RS.

1.1 A Igreja Católica na Primeira República (1890-1930)

O fim do Império, em decorrência da crise da monarquia, dá-se com a proclamação da República. Esta se caracterizou por um golpe de Estado organizado pela elite dos cafeicultores de São Paulo, apoiados por militares. Entre os muitos fatores que levaram à crise da monarquia um deles foi a interferência de D. Pedro II nos assuntos religiosos, o que provocou um descontentamento na Igreja Católica.

A Igreja Católica sul-rio-grandense foi criada tendo por base um sistema de padroado. Bruneau diz que

O padroado significava que a direção mesma da atividade religiosa não estava sob o controle da Igreja. Na maioria das vezes, os objetivos do Estado eram idênticos aos da Igreja, mas quando isso não acontecia, as prioridades do Estado passavam na frente (1979, p. 24).

Dessa forma, o Padroado “resultaria numa inversão da ordem dos poderes, de acordo com a doutrina da Igreja, ficando o poder espiritual submetido ao poder temporal. Sendo o Estado quem pagava o clero, ficava este equiparado ao funcionalismo público” (RODRIGUES, 1981, p. 03). Em muitas situações os sacerdotes eram considerados funcionários do governo. De acordo com Rubert (1994), tais situações eram bastante difíceis, visto que em alguns casos os padres se acomodavam aos caprichos do regalismo e, em outros, entravam em choque com suas pretensões. Rubert (1994) ainda esclarece que a modalidade pela qual se implantou a Igreja no Rio Grande do Sul foi o sistema paroquial. Nos primórdios da Igreja Católica sul-rio-grandense as paróquias contavam com uma baixa e dispersa população sobre extenso território. Muitas foram as visitas pastorais feitas antes da criação da Diocese de São Pedro. Tais visitas retrataram a situação das diferentes comunidades, espalhadas na vasta Província.

No Período Imperial, o padroado funcionou em sua plenitude. O padroado era uma instituição que dava ao imperador o direito de intervir na nomeação de elementos do clero para ocupar os cargos eclesiásticos mais importantes. Nesta perspectiva, cabia ao Papa apenas a confirmação do nome do indicado. O período de 1822 a 1889 foi marcado por grande indisciplina entre o clero e os fiéis - este fato incentivou as ações dos anticlericais contra a Igreja.

No ano de 1848 foi criada a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo desmembrada do Rio de Janeiro. Porém, foi somente no ano de 1853 que o primeiro bispo -

D. Feliciano José Rodrigues Prates - tomou posse. D. Feliciano foi tio-avô do político Júlio Prates de Castilhos. O segundo bispo foi Dom Sebastião Dias Laranjeira. O referido padre doutorou-se em Direito Canônico e dominava várias línguas. Dom Sebastião fundou o periódico diocesano “Estrela do Sul”, cujo primeiro número foi publicado em 05 de outubro de 1862. Rubert (1998) afirma que uma das principais metas de Dom Sebastião foi a construção do Seminário Episcopal de Porto Alegre, visando um clero mais zeloso e disciplinado.

O republicanismo passou a ter representação partidária a partir de 1870, com a criação do Partido Republicano (PR). O partido nascia com a finalidade de extinguir o Senado Vitalício, o Conselho de Estado e o Poder Moderador; separar a Igreja e o Estado, lutar pelas eleições diretas e, assegurar a instalação de um regime republicano federativo, baseado na autonomia das províncias.

Tambara (1995, p. 134) observa que no Rio Grande do Sul

No limiar da República (...), o positivismo possuía uma característica diferenciada do adotado em outras regiões do País: a específica relação entre esta ideologia e o PRR. Devido às adaptações que se fizeram necessárias para a efetivação desta associação, o próprio Apostolado Positivista negou-se por um bom tempo a referendar, como decorrentes do pensamento comtiano, os posicionamentos de Júlio de Castilhos e, por vias de consequência, do PRR.

Para o professor Elomar Tambara, a relação entre catolicismo e positivismo, no Rio Grande do Sul, apesar das muitas discordâncias, era de cordialidade, não obstante os positivistas considerassem o catolicismo como um período a ser superado pela humanidade. O autor ainda destaca que

(...) o positivismo no Rio Grande do Sul assumiu características semelhantes ao propugnado em nível nacional pelo Apostolado Positivista, com a diferença que os rio-grandenses arcaram com o ônus de tomá-lo factível em uma realidade específica – o Rio Grande do Sul. Em decorrência o positivismo, principalmente a Propaganda Positivista, assumiu a função de tutela da “ortodoxia” ideológica, face aos atos governamentais emanados pelo executivo estadual. (TAMBARA, 1995, p. 151)

O desmoronamento do Império, em meados da década de 1880, era concomitante à intensificação das campanhas abolicionista e republicana. A república constituía-se num desejo coletivo que unia, no mesmo ideal republicano, as classes médias, o clero e o Exército.

Nesse clima de desavenças entre o poder monárquico e a Igreja, os republicanos vislumbraram a possibilidade de solução do impasse na separação entre Igreja e Estado e na substituição do regime político vigente. Os lucros da questão religiosa

couberam, portanto, aos republicanos que, da pendenga, colhiam argumentos e apoio para o seu projeto político. No fim, acabaram ganhando também o apoio da Igreja. Esse dado, a princípio contraditório, ganha sentido quando se considera que, para a Igreja, o Regime Monárquico, apesar de estatuir o catolicismo como religião oficial, na medida em que não abria mão do *placet*, se tornava muito mais um empecilho do que uma alavanca propulsora. Na República, embora perdesse o privilégio (muitos já duvidavam se era privilégio) da oficialidade, a Igreja, fazendo bom uso dos princípios liberais da livre manifestação do pensamento e da livre organização, poderia agir com muito mais desenvoltura e seguir, sem restrições, os ditames de Roma (GIOLO, 2008, p. 08).

O regime republicano surge trazendo algumas mudanças para a Igreja Católica. De acordo com Beozzo (2004), para a Igreja foi um choque a separação imposta pelo Estado e sua consequente exclusão da ordem pública e social, visto que, por aproximadamente quatrocentos anos, ela sempre fez parte da estrutura decisória dos governos e foi instância geradora dos valores tanto do próprio Estado como da sociedade.

Os líderes da Igreja sabiam que, no regime republicano, eles teriam espaço apenas se soubessem conquistá-lo. A experiência de pertencer a uma instituição que deixara de ser oficial era totalmente nova e a incerteza quanto ao futuro recomendava cautela e astúcia política. Submeter-se diretamente a Roma e ao papa de nada serviria se o regime impedisse o crescimento da instituição em solo brasileiro. A Igreja precisava, portanto, apresentar-se ao poder constituído como uma instituição de apoio e não de discórdia. Conquistar a confiança dos governos era a condição primeira para, em seguida, dedicar-se à divulgação da doutrina entre as populações, a ser feita a partir das dioceses, paróquias, capelas e, de modo particular, escolas (GIOLO, 2008, p. 08)

Este período foi marcado pelo voto a cabresto e outras fraudes eleitorais, em que o coronelismo funcionou como forma de sustentação da política vigente. O Brasil, neste período, firmou-se como exportador de café. Entre 1889 e 1894 houve a chamada República da Espada, devido ao fato do Brasil ser governado por militares.

A primeira Constituição Republicana - Constituição de 1891 - instituiu o presidencialismo e o voto aberto. O voto, embora universal, era proibido para mulheres, mendigos, analfabetos e religiosos. Apesar de esta constituição buscar liquidar com os ideais da monarquia, permanecia ainda o poder nas mãos de poucos.

De 1894 a 1930 tem-se o período denominado República das Oligarquias. Esta época foi marcada pelo governo de presidentes civis, ligados ao setor agrário, oriundos dos partidos PRP (Partido Republicano Paulista) e PRM (Partido Republicano Mineiro). Pode-se dividir este período em duas fases. A primeira fase corresponde à Ascensão das Oligarquias (1894 a 1918). A segunda fase diz respeito ao Declínio das Oligarquias (1919-1930).

O Padre Júlio Maria, em sua obra “A Igreja e a República”, destacou que “as idéias positivistas e naturalistas do final do século eram totalmente adversas à Igreja, a qual era

identificada com o espírito do mais retrógrado obscurantismo e atraso cultural” (1981, p. 02). Percebo, com isso, um pouco do impacto gerado no confronto entre os ideais positivistas versus os ideais católicos.

Segundo o Padre Júlio (1981), proclamada a República em 1889, o Governo Provisório publicou o decreto da separação da Igreja e do Estado, abolindo em seu art. 4º o regime de padroado. De acordo com Nagle (2001), o decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, além de determinar o rompimento entre Estado e Igreja, inaugura uma nova fase na qual será necessária outra tomada de posição. Terminada a fase regalista, inicia-se a etapa de independência entre a sociedade religiosa e a sociedade civil.

Giolo constata que, com a República, houve um salto quantitativo e qualitativo no sistema educacional gaúcho e esse salto se deu, sobretudo, em decorrência da ação do Estado e da Igreja Católica. A ação destas duas instituições produziu, de acordo com Giolo, o efeito típico da sociedade de classes, ou seja, a formação de duas redes de ensino: “A pública, exclusivamente primária, voltada para as classes populares, formando trabalhadores; a particular, indo do primário ao nível superior, destinada às elites, formando os quadros do poder” (GIOLO, 1997, p. 06).

Tambara (1995) ressalta que em todo o período da República Velha o maior problema institucional que emperrava a área educacional, de modo especial na educação elementar, era a interpretação que impedia o Executivo Federal de atuar no ensino secundário e elementar. Assim, o poder central restringia-se a fiscalizar o ensino superior, deixando para estados e municípios a competência para atuar junto aos outros níveis.

A ação do governo gaúcho, articulada com o governo nacional, utilizou-se da educação como instrumento da política de modernização do Estado, tendo sido marcada por características que resumem a importante intervenção dos dirigentes positivistas em relação ao setor. De acordo com Corsetti (2011), as principais características seriam: a expansão do ensino público primário; o estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados; a nacionalização do ensino⁵, sobretudo nas regiões coloniais;

⁵ A nacionalização do ensino constituiu-se num “movimento político que produziu espaços nos quais foi possível que o discurso da modernização e do aparelhamento do Estado se estabelecesse para a execução de uma reforma educacional, que se instalou de forma ampla, intensa e profunda. Tal reforma se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública, no âmbito do qual a população e a educação emergiram como um problema de governo” (QUADROS, 2009, p. 204). Para o professor Claudemir de Quadros, o processo de reforma educacional, possibilitado pela nacionalização do ensino, alterou, profunda e intensamente, as formas de gestão do sistema educativo no estado do Rio Grande do Sul. Tal sistema passou a se firmar sobre as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas, envolvendo uma ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; uma forte incidência de controle e normatização, um conjunto de ações direcionadas para a formação continuada do corpo docente e a instauração de ações relacionadas com o desenvolvimento de estudos e

utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva; a contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades; a centralização administrativa e uniformização pedagógica; o controle pleno do ensino público e a liberdade à iniciativa privada; a utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado; diferenciação dos saberes, como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo de modernização capitalista patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.

Com o advento da república, muitas escolas mantidas por diversas ordens religiosas se proliferaram. Aqui se sobressai a estratégia da Igreja Católica de atrair sacerdotes católicos de várias ordens e congregações religiosas, impossibilitados de atuar em seus países de origem. Dom João Becker, na sua atuação como arcebispo metropolitano, dá continuidade a essa tática, auxiliando na transformação do perfil do catolicismo no sul do país. Nessa perspectiva, há a substituição de um clero despreparado, numa região de pouca aceitação à hierarquia, por padres reformadores, e a aproximação da Igreja dos imigrantes alemães, italianos e poloneses.

Com o apogeu do liberalismo e com a implantação do regime republicano, vive-se uma fase de calmaria nos meios católicos - pelo menos nas duas primeiras décadas. Nagle (2001) esclarece que é a partir da terceira década do Brasil República que se tem o primeiro sinal de grande mobilização dos católicos. Isto se deve à Carta Pastoral de D. Sebastião Leme (Arcebispo de Olinda na época). O documento examina, sobretudo, a ignorância religiosa que se manifestava no contexto brasileiro. Assim, a realidade brasileira era marcada por uma maioria católica somente nominal, tendo em vista uma insensibilidade e até certo desleixo em relação à fé católica. Nessa perspectiva, Nagle (2001) destaca que existiam os chamados “católicos de clausura”, tendo em vista a incúria dos seguidores do catolicismo.

Como tornar essa “maioria nominal” uma força preponderante foi o grande desafio da Igreja Católica no período republicano. Desafio difícil, porém, não impossível – o que se pode constatar mais adiante com toda a movimentação católica. Beozzo (2004) questiona sobre qual seria a estratégia da Igreja face a essa nova ordem. Para o autor, a Igreja não rejeita inteiramente a nova ordem liberal, pois esta havia lhe trazido um bem apreciável: sua liberdade após anos de submissão ao Estado, através do Padroado.

pesquisas educacionais que enfatizavam a inovação e a modernização. Cabe salientar que sobre a nacionalização do ensino no RS existe rica bibliografia, dentre as obras temos: DALBEY (1970); GERTZ (1991); KREUTZ (1994) e PAIVA (1987).

Assim, se por um lado a Igreja Católica perde seus privilégios, por outro, ela ganha pela liberdade que adquire, uma vez que nesta nova ordem ela livra-se da intervenção do Estado. Além disso, a separação entre Igreja e Estado possibilitou uma reforma interna.

Nagle (2001) salienta que a Carta Pastoral de 1916 foi o primeiro sinal da grande mobilização dos católicos brasileiros. Mesquida (2008, p. 32) auxilia a compreender esta movimentação católica quando escreve:

Apoiados nas Encíclicas “Quanta Cura”, do Papa Pio IX, e “Rerum Novarum”, do Papa Leão XIII, reagem, agora positivamente, à separação e iniciam um duplo movimento de reação: em um primeiro momento, em direção às massas, procurando romanizá-las, depois, na direção da intelectualidade católica, na tentativa de trazê-la de volta para o seio da Igreja a fim de servirem-se dela na sua luta pela recuperação da hegemonia abalada e pela restauração do aparelho eclesiástico.

A Encíclica *Rerum Novarum* é considerada, de acordo com Rodrigues (1981), a primeira de uma série de documentos da Igreja, manifestando a preocupação de estabelecer uma doutrina para a inserção dos cristãos no mundo e nos problemas concretos do homem. Beozzo (2004) destaca que a Igreja Católica buscou sua aceitação junto aos detentores da nova ordem. A classe operária não encontra na Igreja uma aliada, mas sim no anarquismo e no socialismo. Excluída do Estado, a Igreja continuava intimamente vinculada às oligarquias conservadoras. Para este autor, a estratégia principal da Igreja, neste período, não visava ao povo, mas sim às elites. Foi através do estabelecimento de uma rede de colégios em todo o país que a Igreja buscou cristianizar as elites. A Igreja utilizava-se da estratégia de reforma pelo alto.

Neste contexto,

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir um caminho paralelo, na sua reforma. Se as elites tornam-se “estrangeiras” na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja (BEOZZO, 2004, p. 279).

Buscando ratificar sua importância junto à sociedade, a Igreja Católica ao procurar estratégias para sua reforma institui um processo de restauração católica. Assim, tal restauração

[...] fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi nesse contexto que foi entendido o conceito do Ultramontanismo ou Ultramontanos (ultra-montes = além das montanhas), referindo-se aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que defendiam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima e única aquela que tinha sua sede “ultra montes, além das montanhas, dos Alpes”, o papa em Roma (RAMBO, 2002, p. 287).

Para Manoel (2004) o catolicismo ultramontano abrange o período entre 1800 e 1960. Este autor observa que o ultramontanismo ou romanização é o termo utilizado para definir o movimento conservador da Igreja Católica. O termo ultramontano tem origem francesa e significa “para além dos Alpes, rumo a Roma”. Tal significado indica o centralismo na autoridade do Papa. O ultramontanismo vai abranger desde o pontificado de Pio VII (1800-1823), na consolidação da doutrina conservadora e restauradora da Igreja, até o pontificado de João XXIII (1958-1963). Manoel ainda destaca que o catolicismo ultramontano não foi homogêneo, dividindo-se em três momentos: 1) de 1800 a 1878: consolidação das diretrizes da reação conservadora da Igreja; 2) de 1878 a 1903, quando se consubstancia o projeto de interferência e 3) de 1903 a 1958, com os programas da Ação Católica.

A restauração católica no sul do Brasil tem seu início com a nomeação de Dom Sebastião Dias Laranjeira, em 1860. Rambo (2002, p. 289-290) observa que

O novo bispo formara-se em Roma e lá fora escolhido para bispo e sagrado por Pio IX. Imbuíra-se, durante a sua formação, no mais genuíno espírito ultramontano. Desde logo, orientou a sua preocupação pastoral e disciplinar em favor da implantação do projeto de Restauração Católica na Província do Rio Grande do Sul. Nesta tarefa foi obrigado a enfrentar uma série de dificuldades, oriundas, de um lado, da parte das autoridades públicas e, do outro, de dentro do próprio modelo de Igreja e do tipo de clero sob sua jurisdição. Teve que encontrar uma fórmula para superar a complicada convivência com os governantes provinciais de orientação positivista. Da assembléia provincial partiram renovados protestos contra a linha de governo eclesiástico implantado pelo novo bispo. Frequentes foram os pedidos de informação dos deputados, com a evidente intenção de interferir nos negócios da Igreja, pretensão diametralmente oposta às convicções e aos propósitos ultramontanos de D. Sebastião que tomou uma posição firme a favor dos bispos de Olinda e do Maranhão, presos durante o episódio da “questão religiosa”.

D. Sebastião encontrou no Rio Grande do Sul muitas dificuldades para desenvolver sua proposta ultramontana. De acordo com Rambo (2002), o clero apresentava um espírito laico incompatível com os ideais católicos de romanização. D. Sebastião deu início à implantação do projeto de Restauração Católica na Província Sul-Rio-Grandense. Em 1890, seu sucessor, D. Cláudio José Ponce de Leão, também formado em Roma, continua, intensifica e amplia a empreitada da Restauração Católica iniciada por D. Sebastião.

Rambo (2002) afirma que a base do Projeto de Restauração Católica teve como um de seus principais pilares uma organização paroquial e comunitária. Outro fator foi a educação nas escolas comunitárias e nos colégios secundários. Dessa forma,

O currículo das escolas de comunidade propunha um tipo de educação em que a criança aprendia a ser um membro útil. E na concepção da época e no contexto da Restauração, ser um membro útil significava saber ler e escrever, interiorizar costumes e valores da tradição dos antepassados, preservar a língua e, antes de mais nada, aprender o catecismo, conhecer a história bíblica, amar a Igreja, respeitar as autoridades eclesiais e viver escrupulosamente, conforme os mandamentos de Deus e da Igreja; orientar a vida em sintonia com os preceitos disciplinares prescritos por Roma e, finalmente, levar uma vida sacramental intensa e permanente (RAMBO, 2002, p. 295-296).

Nessa empreitada, as comunidades somente entregavam a regência de suas escolas nas mãos de homens dos quais tinham a garantia de que transmitiriam a doutrina e os ensinamentos da Igreja. Assim, conforme Rambo (2002), a escola e a educação foram elementos fundamentais à materialização do Projeto de Restauração Católica. De acordo com Tambara (1995), foi através da educação que a Igreja conseguiu plasmar sua hegemonia ideológica que, por outros mecanismos, havia se mostrado inviolável.

A imprensa católica foi outro elemento que se associou no sentido de concretizar o processo de restauração. Faremos o destaque a ela mais à frente, tendo em vista a análise da Revista *Unitas*. Esta revista, fundada por D. João Becker, auxiliou no desenvolvimento da proposta do catolicismo ultramontano, dada a preocupação deste com a formação do clero.

Cabe salientar que no advento da Segunda Guerra o processo de romanização havia conquistado quase tudo o que se propôs. Percebe-se que a Igreja passa de um estado de submissão ao Estado, através do Padroado, a um lugar de destaque na sociedade; muito embora ela respeitasse o Estado, passou a ter liberdade e não lhe dever favores.

É nesse processo de reforma da Igreja, de reação e restauração do ideário católico, que D. João Becker vai buscar - no período que atuou na Arquidiocese de Porto Alegre - contribuir para “romanizar” as massas e, neste sentido, retomar o ideal católico de sociedade e homens perfeitos.

A importância de D. João Becker para a Igreja e para a sociedade do Rio Grande do Sul pode ser deduzida simplesmente de seu interminável mandato. Ele, no poder da Igreja, e Borges de Medeiros, no poder do Estado (ele mais do que Borges), foram as duas figuras centrais na Primeira República, por certo, as mais importantes do Estado (GIOLO, 1997, p. 218).

Na seção doutrinária da Revista Unitas, volume 1 de 1913, intitulada “Ut sint unum”, podemos observar no texto um pouco da realidade enfrentada pela Igreja no período. Na citação que poderemos ver a seguir, D. João analisa a tão falada “liberdade de culto” defendida no período republicano, que - desde sua Constituição na Sessão II – Declaração de Direitos, no artigo 72, §3º - já explicitava que todos os indivíduos e confissões religiosas poderiam exercer pública e livremente o seu culto.

Diz o arcebispo

O espírito de liberdade e independência que caracteriza nossos tempos não estaca nem diante dos domínios da religião. Sobretudo no protestantismo, que não tem nada que oppor-lhe, causou estragos terríveis. Seu principio do exame livre o obriga a desistir de antemão da pretensão de estabelecer uma unidade da fé. Permite uma liberdade sem limites a todas as opiniões religiosas, mesmo nos pontos mais fundamentaes do christianismo, assim como a Incarnação e a Divindade de Jesus Christo; e há até quem considere esta liberdade de doutrina como uma vantagem própria do protestantismo que o eleva muito acima do catholicismo que não admite tolerância dogmática alguma (Revista Unitas, 1913, p. 23).

Dom João prossegue em seu texto defendendo a idéia de uma Igreja única, que reunisse todos os povos, todas as nacionalidades, línguas, costumes, culturas e interesses. Para isso, oferecia exemplos bíblicos e interpretações que levassem o leitor a pensar que a Igreja Católica era a única igreja fundada por Cristo. Ele enfatiza a necessidade de uma unidade doutrinal; era essa idéia de unidade que deveria se constituir no “espetáculo mais sublime neste tempo de separatismo, de individualismo, de subjectivismo” (Revista Unitas, 1913, p. 24). Com isso, o arcebispo pretendia assegurar que na Igreja Católica se encontrariam uma soma de dogmas precisamente definidos, um magistério infalível, uma autoridade com plenos poderes para reger o gigantesco reino mundial dos espíritos que não tem igual história da humanidade.

Para Dom João Becker,

O mundo (...) está sendo invadido por teorias falsas e ideologias errôneas, já concretizadas em atividades subversivas. A sociedade contemporânea precipitar-se-ia num abismo insondável de misérias, si em vez de aplicar remédios salutareis às suas instituições, apelasse para o auxílio de Belzebub, chefe dos demônios, a fim de expulsar os seus devotados asseclas (BECKER, 1935, p. 06).

Então ele conclui

Portanto, os males da sociedade atual não podem ser remediados pela implantação de idéas extremistas, e sim pelo desarraigamento das plantas venenosas, já em pleno

vigor, e pela restauração dos ensinamentos cristãos em todas as manifestações da vida humana (BECKER, 1935, p. 07).

Frente a um regime republicano que consolidou a separação da Igreja Católica e o Estado, Dom Becker tenta, como arcebispo, reestruturar a imagem do catolicismo perante a sociedade gaúcha. Como diz Amaral (2009, p. 2302),

[...] até então, o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso tinha validade civil e os clérigos recebiam salários do governo. O *padroado*, por sua vez, submetia a Igreja à tutela governamental, pois as decisões do Vaticano deviam receber o *beneplácito*, ou seja, a aprovação do governo, para terem validade em nosso país. Com a Constituição Republicana de 1891 foi posto fim ao *regalismo* que sustentava essa inter-relação de interesses entre a Igreja e o Estado (AMARAL, 2009, p. 2302).

Tambara (1995), em um parágrafo, define o contexto posto pós-proclamação da República.

Nesse período, o país passou por alterações substanciais: (a) no aspecto político, a implantação da República, representando novos interesses econômicos e sociais emergentes, acarretou uma reacomodação das forças políticas; (b) no aspecto ideológico, a separação entre Igreja e Estado provocou mudanças substanciais na performance das diversas “agências” formadoras de consciência no país; (c) na área econômica, consolidou-se o sistema agrário-exportador, mas já gestando o processo industrial de substituição de importações. (p.11)

Merece destaque, nesse período, a decadência em termos de influência político-ideológica por parte da Igreja Católica na época de ascensão do Positivismo. Tambara (2003) afirma que na República Velha, no contexto sul-rio-grandense, o que se observa são conflitos e aproximações entre catolicismo e positivismo, procurando cada uma destas instituições assegurarem espaços junto à sociedade gaúcha.

Para Tambara (2003), as transformações que a Igreja Católica vai passando no decorrer dos tempos retiram um pouco de sua força, mas também servem de estímulos para que ela busque se autoafirmar em contextos adversos. Assim, o autor destaca que

O processo de secularização retirou da Igreja muito de sua força. O progresso da ciência delimitou a ação eclesial e, em muitas áreas, extinguiu-na. A consolidação do sistema capitalista e, posteriormente, o aparecimento de concepções alternativas com relação a formas de organização social, principalmente a socialista-comunista, exigiram da hierarquia religiosa um trabalho incansável para reafirmar ou adaptar suas concepções (TAMBARA, 2003, p. 321).

Neste trabalho árduo de reafirmação do ideário católico e readaptação às novas realidades, percebe-se uma grande fecundidade na produção de textos com a finalidade de orientar os fiéis diante dos novos acontecimentos. A imersão da Igreja numa situação de crise é, justamente, um fator desencadeador da sua própria emergência da decadência. A “virada” da Igreja se estabelece a partir da busca pela implementação do processo da romanização. Nessa perspectiva, o aparelho escolar e a educação se apresentam como mecanismos dessa “virada”.

1.2 A Igreja Católica na Era Vargas (1930-1945)

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder estabelece o fim da República Velha. A Revolução de 1930 representou também a ascensão das elites agrárias periféricas e o fim da política do café com leite⁶. A Era Vargas abrange o período de 1930 a 1945, podendo ser dividida em três etapas: o Governo Provisório de 1930 a 1934, o caminho da radicalização de 1934 a 1937 e o Estado Novo de 1937 a 1945.

Borin (2000, p. 121) observa que foi na década de 30 que

[...] a Igreja católica, com o intuito de consolidar sua unidade e intensificar o apostolado leigo, escolhe a Virgem da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil, a fim de unificar a espiritualidade do povo com a invocação de uma imagem religiosa nacional. Após a Revolução de 30, Dom Sebastião Leme⁷ organiza uma grande celebração popular, levando para o Rio de Janeiro a imagem da Virgem de Aparecida do Norte, no intuito de pôr fim ao laicismo da República e despertar a consciência católica. Meses depois, outra concentração religiosa marcará a inauguração do Cristo Redentor no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro.

De acordo com Beozzo (2004), a Igreja Católica sul-rio-grandense alinhou-se decididamente ao lado de Getúlio Vargas, acompanhando a tendência de todo o Estado ao ter pela primeira vez um candidato gaúcho à presidência da República. O arcebispo prestou inequívoco apoio a Getúlio. D. João Becker, em seus sermões, considerava Vargas como um novo Moisés - um Moisés regenerador da República, que teria audácia de escolher Jesus Cristo para guia da Nação. O arcebispo assumiu clara posição política. Diante da acusação que a revolução do Estado do Rio Grande do Sul seria comunista e desordeira, Dom Becker condenou a campanha difamatória afirmando que a revolução teria caráter puramente político e que o clero estava identificado com o povo.

⁶ A denominação “política do café com leite” fazia referência ao fato de que a maioria dos presidentes desta época era político de São Paulo (grandes produtores de café) e de Minas Gerais (grandes produtores de leite) – à época, os dois estados mais ricos da nação.

⁷ Arcebispo do Rio de Janeiro na época.

Para Beozzo (2004, p. 298), o que estava em jogo em 1930 era muito mais do que uma questão de princípios.

As transformações econômicas, com a rápida expansão das atividades industriais e com a crescente importância dos núcleos urbanos, determina uma forte pressão para a implantação das oportunidades educacionais. A educação, reservada tradicionalmente a uma pequena camada saída das classes dominantes, sofre agora a pressão dos segmentos médios que reclamam uma educação secundária e mesmo das classes populares que pedem educação primária para seus filhos. Entre 1922 e 1930 várias reformas de ensino nos Estados intentavam responder a esta pressão e introduzir novas técnicas pedagógicas (BEOZZO, 2004, p. 298).

Em 1932, o movimento da Escola Nova - personificado nas figuras de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, dentre outros - luta pela democratização do ensino. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova reivindica a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, sua laicidade, a coeducação e um plano nacional de educação. Em contrapartida, os católicos brasileiros opunham-se a esta corrente, temendo que a interferência do Estado levasse ao monopólio do ensino pelo governo. Além disso, a defesa da laicidade e de uma educação comum de crianças de ambos os sexos feriam os ideais da educação católica.

No Rio Grande do Sul, D. João Becker vai ser um dos grandes nomes na defesa da liberdade do ensino religioso. Beozzo (2004) destaca que o arcebispo metropolitano moveu-se intensamente no sentido de obter uma trégua e o fim da luta armada, alegando os horrores da luta fratricida, e advertia as classes dominantes de que, enquanto lutassem entre si, abririam caminho para o comunismo. Foi em 1932 que D. João Becker publicou sua 22ª Carta Pastoral, intitulada “Os católicos e a futura Constituição”. Nesta, ele aborda a ordem constitucional, refletindo sobre a situação jurídica do Brasil, o fundamento dos estados, a distribuição de direitos e deveres, além da constituição republicana e do governo ditatorial de 1930.

Por Constituição, D. João Becker (1932, p. 246) entendia

O conjunto das regras que determinam a estrutura e o funcionamento dos poderes públicos e asseguram a liberdade dos cidadãos. É a lei básica de um país, anterior e superior a todas as outras; fixa as relações recíprocas entre governantes e governados e não pode ser modificada senão pelos meios excepcionais indicados no próprio texto ou por uma revolução triunfante.

Para D. Becker, entre os diversos povos, a maneira de se governarem seria diferente. Porém, em geral, a constituição de um país seria a lei suprema que determinaria a forma de governo, as atribuições ou o funcionamento dos poderes do Estado, os direitos dos indivíduos e corporações, a participação dos cidadãos no exercício da autoridade e o modo de se realizar

as eleições para os cargos supremos da nação. Fundamentado em Aristóteles⁸, destacava que a constituição de um país é o princípio conforme o qual aparecem ordenadas as autoridades públicas e, especialmente, aquela que está acima das demais, a saber, a autoridade soberana.

Tendo em vista o momento histórico vivenciado, o apoio incondicional do arcebispo à revolução de 1930, D. Becker ainda aborda na sua 22ª Carta Pastoral a questão do regime ditatorial e o seu caráter transitório. Em comparação aos países europeus, D. Becker percebia a ditadura não como instituição, mas como atuação política adotada por muitos países como possibilidade de reconduzir o povo à observância da ordem pública. Assim, para ele, estava justificada a existência de uma ditadura no Brasil, mas, em contrapartida, era urgente que o país se constitucionalizasse. Portanto, um regime de exceção não poderia se configurar num sistema permanente. Além disso, para ele a constituição era uma aspiração geral, tanto de dirigentes quanto de governados.

Como sabia se utilizar de seus discursos para defender os princípios católicos, D. Becker, ao mesmo tempo em que fazia a análise de todo o cenário social, político e econômico, amparava a relevância da Igreja Católica para solucionar os problemas da sociedade temporal. Desse modo, condenava o laicismo constitucional, afirmando que

O laicismo rouba ao homem a esperança de conquistar bens imperecíveis, assim como lhe nega castigos eternos. Quem poderá impedir que o homem guiado por tal doutrina se atire com fome insaciável aos bens passageiros da terra, apossando-se deles, sem atender aos preceitos do direito ou da justiça? Daí nascem gravíssimos males, como inveja, o ódio, a inimizade e, conseqüentemente, as idéas de subversão, os planos perversos do comunismo e da destruição da ordem social estabelecida. Sem paz externa, sem tranqüilidade no próprio coração, o homem torna-se joguete das paixões mais violentas e a vida social fica sujeita a contínuos abalos e constantes crimes a perturbam. É, pois, realmente lamentável que se procure organizar o Estado moderno sem influencia de caráter religioso, procedendo nas instituições como si Deus não existisse. E seria um verdadeiro desastre para o país, si na elaboração da nova constituição brasileira triunfassem as idéas laicistas. É necessário, portanto, que os católicos e todos os homens de boa vontade se oponham ao triunfo do laicismo na nova constituição, não obstante a propaganda que seus adeptos estão fazendo (BECKER, 1932, p. 253).

Nos anos subseqüentes (1933, 1934 e 1935) D. Becker prossegue discutindo o futuro da sociedade frente ao contexto sócio-político e econômico através de suas cartas pastorais.

Cabe salientar que a Constituição de 1937 garantiu ao então Presidente Getúlio Vargas a instalação do Estado Novo, uma ditadura que suprimiu os partidos políticos, fechou o congresso, anulou a autonomia dos estados e criou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para normatizar as relações de trabalho entre empregador e empregado.

⁸ D. João Becker, por ter tido rica formação junto aos padres jesuítas, fundamentou muito de seus discursos na filosofia escolástica, que tem por base a doutrina aristotélica.

A Igreja dedicará boa parte do seu esforço durante os anos do Estado Novo a lançar uma grande ofensiva antiprotestante e antiespírita, no quadro do Secretariado da Defesa da Fé, criado adrede pelo Concílio. Trata-se, porém, de um ataque, de uma defesa, mas muito pouco em termos positivos. A parte positiva é concebida mais como esclarecimento doutrinal do povo, na ilusão de que apenas aí residisse sua lenta desafeição à Igreja católica e o seu deslocamento a outras religiões. O diagnóstico não ultrapassava a clássica reclamação de falta de padres e a ignorância do povo, como causas para o progresso do protestantismo e do espiritismo (BEOZZO, 2004, p. 332).

Segundo Beozzo (2004) durante o período de 1930 a 1937 (Estado Populista) a Igreja do Brasil, embora continuasse subordinada à Santa Sé, tomou a iniciativa de criar um pacto de colaboração mútua com o governo. De 1937 a 1945, período denominado de Estado Novo, Beozzo (2004) lembra que o governo é que tomou a iniciativa e substituiu o pacto constitucional de 1937 por um pacto moral com a Igreja. Dessa forma, ainda que nada mudasse externamente, a nova situação da Igreja Católica Brasileira dependeria do arbítrio do governo. Durante o Estado Novo

[...] a atuação da Igreja torna-se cada vez mais incisiva junto ao operariado, através do circulismo. Se valendo de um canal direto com a comunidade, que é o caso da imprensa, possibilitou a ampliação de sua relação com o Estado e com a sociedade brasileira, pois mesmo sendo considerado um país católico, poucos eram os fiéis praticantes do catolicismo (SANTOS, 2008, p. 01).

Após 15 anos de Era Vargas, chega-se às eleições de 1945. Entre 1944 e 1945 delineia-se o processo de redemocratização da sociedade brasileira. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), assume o poder no lugar de Getúlio, altera o código eleitoral e institui as eleições para presidente da república e para o congresso nacional. Nestas eleições o General Dutra vence.

De acordo com Silva (1992), esta vitória deixa claro à UDN (União Democrática Nacional) e a outros partidos menores, que a coligação PTB-PSD (Partido Trabalhista Brasileiro - Partido Social Democrático, respectivamente) era imbatível (Getúlio Vargas mandara o PTB votar em Dutra) e os mecanismos eleitorais rurais e urbanos criados à época de Vargas continuavam em pleno funcionamento. Getúlio se afastara do poder, mas continuava com uma espécie de “eminência parda” da política nacional. O General Dutra governa no período de 1946 a 1951, quando, então, Vargas retorna à cena política.

Beozzo (2004, p. 345) ressalta que “para a Igreja Católica no Brasil o período compreendido entre 1945 e os últimos anos da década iniciada em 1970 corresponde a uma fase de intensas mudanças em sua organização e em sua ideologia”.

A Igreja Católica desponta de uma situação desfavorável na República para uma situação favorável ao fim do Estado Novo. Como instituição, a Igreja viu acontecer um fortalecimento incrível do primado de Roma e de sua vitalidade. Tal fortalecimento se refere à sua reestruturação interna, marcada pela “mão-de-ferro do bispo de Roma” (GIOLO, 1997, p. 167).

Cabe salientar que diante de um contexto adverso,

[...] a Igreja foi obrigada a repensar o seu lugar no cenário histórico mundial e, de alguma forma, assegurar o espaço que lhe é privativo. A saída que encontrou caracteriza-se por um retorno à concepção da mística eclesial da Idade Média e da ortodoxia doutrinária, litúrgica e disciplinar do Concílio de Trento. A Igreja começa a pôr em marcha o projeto da “Restauração Católica”, como resposta à laicização e à secularização da sociedade civil e, também, como forma de garantir o seu espaço no cenário dos povos (RAMBO, 2002, p. 286-287).

De acordo com Giolo (1997), foram quatro as principais estratégias da Igreja Católica para a sua reorganização institucional: a reconstrução e desenvolvimento de suas estruturas internas, a preocupação pastoral e missionária, a preocupação com o aprofundamento teológico e o recrutamento dos leigos na defesa dos interesses da Igreja. Tais estratégias serviram de base para que a Igreja pudesse buscar a sua maior meta: demonstrar a sua utilidade à manutenção do edifício social, além de buscar a benevolência e o respeito dos Estados modernos.

Nesse sentido,

[...] não resta dúvida de que a separação da Igreja do Estado deu à primeira uma nova vitalidade. De uma instituição decadente, acomodada, ociosa, que nem o papel ideológico de transmissão dos interesses das classes dominantes conseguia exercer, transformou-se em pouco tempo em uma instituição ágil, agressiva, que conseguiu consolidar um aparelho ideológico ímpar no País (TAMBARA, 1995, p. 416).

Outro elemento que merece destaque foi o fato do Rio Grande do Sul receber grande número de imigrantes italianos e alemães. Tonini (2003, p. 12-13) auxilia nessa compreensão ressaltando que

No que tange ao Rio Grande do Sul, há um ingrediente a mais para levantarmos questões em relação à ação da Igreja, que foi a simpatia de membros do clero e do arcebispo Dom João Becker pelo fascismo italiano. E no século XIX, o estado sulino recebeu um grande número de imigrantes italianos e alemães, contribuindo, assim, para uma estruturação social calcada na propriedade familiar e nos princípios religiosos. Cabe salientar que, em âmbito nacional e no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica era uma instituição enfraquecida até os anos finais do regime imperial, com precárias condições de atendimento, nenhum seminário no estado e nenhuma ação missionária organizada.

Tonini (2003) enfatiza que, de 1912 a 1946, Dom Becker, em seus inúmeros pronunciamentos oficiais, exaltou o regime facista, considerando que servia de exemplo de ordenação política por ser capaz de reformar a moral na sociedade e de defender as tradições cristãs.

No próximo capítulo, compreenderemos melhor quem foi, o que fez e o que representou o arcebispo D. João Becker perante esse contexto de transformações e de implementação de um projeto de recristianização da sociedade gaúcha. D. João constituiu-se num dos protagonistas desse cenário, seguindo uma vertente bastante conservadora da Igreja.



CAPÍTULO II: DOM JOÃO BECKER: O PROTAGONISTA

A administração episcopal de D. João Becker abrangeu um período rico em transformações, tanto no que concerne à sociedade rio-grandense como no tocante à presença católica no meio social. De 1912 a 1946, Dom João Becker regeu uma sede arquiépiscopal ligada a importantes pulsações da vida sociopolítica do Rio Grande do Sul (ISAIA, 1998, p. 47).

Consultando o arquivo histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre- RS/Brasil, pude constatar que a documentação referente ao período em que D. João Becker foi arcebispo é bastante escassa. O arquivo, apesar de possuir uma densa documentação eclesiástica, do período analisado, disponibiliza apenas a coleção da Revista Unitas.

Na sequência são tecidas algumas considerações sobre a biografia de D. João Becker desde seu nascimento, passando pela sua formação eclesial e sua atuação na administração das dioceses, em que trabalhou com tenacidade até seu falecimento em 1946.

Muitos dos dados aqui apresentados sobre a vida e obra de Dom João Becker foram obtidos através da Revista Unitas. No ano de 1916, Ano III de publicação, nº 9-10, a Revista trouxe a foto e a biografia de D. João Becker. Com riqueza de detalhes, a Revista apresenta a sua trajetória e atuação, fazendo uma homenagem ao arcebispo. No ano de 1946, ano de seu falecimento, a Revista (Ano XXXV de publicação, nº 7-9), sob a Direção do Monsenhor Vicente Scherer (sucessor de Dom João no comando da Arquidiocese Metropolitana de Porto Alegre), presta novamente homenagem ao sacerdote trazendo importantes dados de sua vida, atuação e fenecimento. Além da Revista, os trabalhos do historiador Artur César Isaia ajudam a compreender a figura e o papel desempenhado por D. Becker frente ao contexto sócio-político e econômico sul-rio-grandense.

Além disso, a imprensa católica é também analisada como um dos instrumentos utilizados por D. João no seu projeto de recristianizar a sociedade gaúcha. O uso da imprensa não foi uma característica única da administração do arcebispo D. Becker, outros bispos ultramontanos também se utilizaram da imprensa como possibilidade de disseminar os princípios da doutrina católica. Através da imprensa seria possível atingir os mais diferenciados públicos e defender nos mais diversos espaços a instituição Igreja Católica. O principal objetivo dessa ação seria devolver a Igreja o poder por ela perdido frente às transformações da sociedade.

A fundação da Revista Unitas, em 1913, embora se propusesse modesta e despretenciosa, teve grande força no cenário gaúcho, sobretudo por tornar-se, à época, a publicação oficial da Igreja Católica, e propor uma formação contínua do clero sul-rio-grandense - o que repercutia na formação dos católicos no Rio Grande do Sul.

2.1 A trajetória de Dom João Becker

D. João Becker nasceu aos 24 dias do mês de fevereiro de 1870. Nascido na Alemanha, em Sankt Wendel, Bispado de Trier, D. João vem para o Brasil ainda pequeno. Sua família imigrou para o Rio Grande do Sul quando D. João tinha oito anos, fixando residência no município de Montenegro, no Vale do Caí. Pelo que se sabe, D. João se esforçava em esquecer seu passado na terra natal. Quando questionado sobre seu lugar de nascimento, respondia que havia nascido em São Vendelino, distrito do município de Montenegro – RS/Brasil.

De acordo com Gertz (2011), ao contrário do que se poderia imaginar, não estava D. João traduzindo o nome do local de seu nascimento para o português. O que fazia, de fato, era praticar uma bem consciente distorção histórica. Para as posições que adotou ao longo da vida, não convinha admitir que nascera na Alemanha, pois isso o transformaria em mero brasileiro “adotivo”. Tentava negar sua nacionalidade alemã em nome da defesa de um patriotismo brasileiro exarcebado. Nesse sentido, não foram poucas as vezes que D. João requisitou um tradutor para dialogar com alemães, mesmo sendo o alemão sua língua materna.

Filho de Karl Becker e Katharina Weiand Becker, João Batista Becker não foi o primeiro filho do casal a se consagrar a Deus. Seu irmão Carlos Becker foi também ordenado sacerdote, atuando como capelão junto a Santa Casa de Misericórdia. Aprendeu as primeiras letras ainda na casa paterna. Seu pai Karl Becker exercia o magistério e era auxiliado por seu filho João Becker que tomava a lição dos seus alunos.

Estudou no tradicional Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Em três anos conseguiu prestar, perante a delegação da Instrução Pública em Porto Alegre, todos os exames preparatórios para os cursos de Medicina e Direito, obtendo sempre aprovação plena e notas elevadas.

Em 1891, aos 21 anos, matriculou-se na primeira turma do Seminário Diocesano de Porto Alegre⁹, inaugurado neste mesmo ano por Dom Cláudio José Ponce de Leão. D. João teve rica formação na área de filosofia e humanidades, produzindo teses elogiadas pelo jesuíta Padre Jacob Faeh. O padre Jacob era ao mesmo tempo professor e reitor do Seminário Episcopal de Porto Alegre.

⁹ Atualmente neste local se encontra a Cúria Metropolitana de Porto Alegre-RS.

Tanto em São Leopoldo como no Seminário de Porto Alegre distinguiu-se pela ótima conduta, concentração aos estudos e grande aproveitamento. Atestam-no os atestados excelentes que obteve. Assim, por exemplo, lê-se no atestado do II semestre de 1890 do Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo: Doutrina Cristã: aplicação muito boa, progresso muito bom; inglês: aplicação muito boa, progresso muito bom; álgebra: aplicação muito boa, progresso muito bom; geometria: aplicação muito boa, progresso muito bom; história universal: aplicação muito boa, progresso bom; física e química: aplicação muito boa, progresso muito bom. Comportamento: Excelente. O reitor: (ass.) Pedro Bucher. No Seminário Episcopal em Porto Alegre foi este o resultado dos estudos em 1892: Atestado do Aluno Snr. João Becker. Comportamento: Excelente. Psicologia: aplicação excelente, progresso excelente. Teodicéia: aplicação excelente, progresso muito bom; Ética: aplicação excelente, progresso excelente; canto-chão: aplicação muito boa, progresso muito bom. Porto Alegre 8 de dezembro de 1892. O reitor J. Faeh S. J. (Revista Unitas. Porto Alegre, 147, Jul/Set. 1946).

D. Becker se dedicou aos estudos adentrando noites a aprofundar seus conhecimentos de grego, hebraico, História da Igreja e Direito Canônico. Nas suas horas vagas se empenhava no estudo das Letras, dominava a língua portuguesa e era afamado como jornalista e orador sacro.

D. João Becker foi um padre secular¹⁰ (padre diocesano), embora tivesse tido formação junto aos padres jesuítas¹¹ (clero regular), que são membros de institutos de vida consagrada ou sociedades de vida apostólica, vivendo sob uma regra. Essa formação o guia por uma corrente tomista, tendo por fundamentos a teoria de Aristóteles.

No ano de 1896 foi ordenado presbítero por Dom Cláudio na capela do Seminário Diocesano de Porto Alegre. De imediato já foi colocado à frente da Capela do Menino Deus, modesta paróquia de Porto Alegre. Ainda jovem sacerdote, de aparência frágil e delicada, D. João foi perseverante na sua tarefa, tornando a simples Capela uma paróquia proeminente em fervor religioso. A freqüência aos sacramentos, o ensino do catecismo, a assistência aos moribundos, a preparação e publicação de um livrinho de piedade - “O Menino Deus”-, a reforma da modesta capela em espaçosa matriz, foram alguns dos muitos resultados obtidos pela ativa atuação de D. Becker.

Em 1906, aceitou o convite para dirigir a Liga Sacerdotal, cuja finalidade era conservar o amor às ciências eclesiásticas. No comando da Liga fundou a revista “Liga Sacerdotal” e foi seu redator chefe juntamente com o padre Luís Mariano da Rocha. Dom

¹⁰ Padre Secular é aquele incardinado em uma Igreja Particular. Em outras palavras, em uma figura jurídica reunida em torno de um Bispo (Arquidiocese, Diocese, Administração Apostólica, etc). Os clérigos seculares (diocesanos) não fazem votos, podendo ter propriedade, salário dependendo apenas do Bispo. Em oposição ao secular temos o Padre Regular que é incardinado em um instituto de vida apostólica, e que, portanto, vive sob uma regra. O padre regular é sinônimo de padre religioso, uma vez que está vinculado em um instituto religioso (SCHUSTER, 2009).

¹¹ Os jesuítas faziam parte da Companhia de Jesus. Ordem religiosa fundada, em 1534, por Inácio de Loyola, com o objetivo de combater o protestantismo.

João, gradativamente, ia se constituindo numa força latente em Porto Alegre, obtendo reconhecimento de seus superiores.

Passados doze anos de administração da Capela do Menino Deus, no ano de 1908, seguindo as ordens de seus superiores, D. Becker assumiu a Diocese de Florianópolis. Seu ativo desempenho continuou em Florianópolis, percorrendo a vasta diocese procurava conhecer, questionar e ensinar. Dom João Becker foi o primeiro bispo diocesano de Florianópolis, permanecendo nesta função até 1912, quando D. Joaquim Domingues de Oliveira foi eleito.

Besen (2008) ressalta que apesar da enorme afluência do público, da presença maciça do clero florianopolitano na posse de D. João Becker, houve certo melindre com a nomeação de um gaúcho e alemão para o Bispado de Florianópolis. Mesmo frente a algumas restrições, Becker buscou desenvolver seu trabalho da melhor forma possível.

Apesar de sua curta permanência à frente do Bispado de Florianópolis, Dom João Becker não economizou esforços para organizar a vida católica catarinense, trabalho iniciado e continuado com grande fecundidade pelo Pe. Francisco Topp. Homem dado ao trabalho intelectual, à precisão dos conceitos, muito estimulou a expansão das Escolas Paroquiais, para ele a solução do problema da ignorância religiosa: sem instrução torna-se muito difícil uma verdadeira e própria formação cristã. Em Blumenau, com o auxílio dos Padres Franciscanos, foi fundada a Escola Normal para professores que depois seriam nomeados para as Escolas Paroquiais. A formação de professoras era garantida pelo Colégio Sagrada Família, das Irmãs da Divina Providência, fundado graças aos bons ofícios do Pe. Topp, em Florianópolis (BESEN, 2008, p. 04).

De acordo com Dallabrida (1999, p. 146), no ano de 1909, para comemorar o primeiro aniversário de seu governo episcopal na Diocese de Florianópolis, D. João publicou a sua segunda carta pastoral, tendo como tema “as escolas parochiaes”, constatando que embora houvesse inúmeras escolas paroquiais dirigidas pelo clero, o número dessas escolas era insuficiente, além de perceber a falta de uma administração coerente. Em Florianópolis, D. Becker percorreu todo o estado em longas e penosas visitas pastorais; muitas vezes estas viagens eram feitas a cavalo. Além disso, publicou cinco cartas pastorais¹² com o intuito de transmitir sua mensagem frente aos acontecimentos da época.

Em 1912, D. Becker deixa a Diocese de Florianópolis e assume o lugar de Dom Cláudio Ponce de Leão na Arquidiocese de Porto Alegre. Dom Becker foi o segundo

¹² As cartas pastorais foram: “Em 1908, sobre a missão episcopal; em 1910 sobre escolas paroquiais, em 1911, pro Ecclesia et Pontifice; em 1912, sobre o clero e sua missão moderna; em 1912 Despedidas.” (Revista Unitas. Porto Alegre, 149, Jul/Set. 1946)

arcebispo do Rio Grande do Sul, tendo sido criada a Província Eclesiástica no Estado em 1910, passando Porto Alegre a ser Arquidiocese¹³.

Na arquidiocese de Porto Alegre muitas foram as suas obras, dentre elas temos: a criação de muitas paróquias, a visita canônica a toda a Arquidiocese, a instalação do Cabido Metropolitano e a escrita e publicação de 34 Cartas Pastorais.

O arcebispo tinha como lema em seu brasão “Pascam in Judicio”, isto é,

Apascentarei com justiça – foi a divisa que inscreveu em seus braços de conde romano, título com que foi agraciado pela Santa Sé a 20 de março de 1921 e que ele sempre cumpriu, porque no exercício de seu múnus pastoral “Justiça e Caridade” foi o binômio em torno do qual girou toda a atividade desse extraordinário sacerdote. Como cidadão, acompanhou com vivo interesse a vida política nacional, vigiando, fora e acima dos partidos, para que “Deus e Pátria” jamais se separassem, já que a Pátria, também ela, é criatura de Deus. Poucos como ele, talvez, mesmo seja o único, na Terra de Santa Cruz, tiveram a felicidade de ordenar cerca de 300 sacerdotes, sagrar 4 bispos e publicar 34 cartas pastorais, que são repositório precioso da doutrina ortodoxa, de ciência, de arte do bem escrever e de lições do mais acrisolado patriotismo¹⁴ (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 172, Jul/Set. 1946).

Observando o brasão escolhido por D. João Becker, temos muitas das características que marcaram a trajetória do arcebispo.



Imagem disponível em: http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=565&cod_002=2

¹³ O centenário de criação da Arquidiocese de Porto Alegre foi comemorado no ano de 2010, conforme podemos observar no folder anexo (Anexo A) com a programação das celebrações.

¹⁴ A referida citação faz parte dos textos das homenagens fúnebres a D. João Becker pela Assembléia Nacional Constituinte.

A escolha de D. Becker para compor o seu brasão mescla elementos tanto do plano terreno quanto do espiritual. O chapéu de bispo caracteriza os brasões dos bispos interligados com a idéia de hierarquia tão defendida por D. Becker ao longo de sua atuação. O cajado nos remete à questão da ordem, da autoridade ao lado da cruz bizantina na parte central. Ainda na parte principal do brasão temos a Igreja, as estrelas do Cruzeiro do Sul e a estrela da bandeira do Estado de Santa Catarina.

De 08 de dezembro de 1912 a 15 de junho de 1946, procurou governar a Arquidiocese de Porto Alegre com justiça e zelo. Foram 34 anos empunhando, firmemente, o báculo pastoral na arquidiocese. D. João morre às 20 horas do dia 15 de junho de 1946, aos 76 anos de idade, em Porto Alegre.

O falecimento do arcebispo abalou os católicos gaúchos e causou pesar em todas as classes sociais. Assim,

Por seus dotes de inteligência, cultura, patriotismo e fé, pela obra espiritual e doutrinária que realizou através de pastorais, discursos, instruções e artigos de imprensa; pela sua atuação em defesa da fé, combatendo os erros e as heresias, afervorando as almas na piedade, enaltecendo o sã patriotismo e propugnando sem cessar pela paz no seio da família riograndense – Dom João Becker ocupará lugar de remarcado destaque na história eclesiástica e profama do Rio Grande (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 146, Jul/Set. 1946).

A enfermidade abalou o vigor físico do arcebispo, sendo no ano de 1942 submetido à intervenção cirúrgica. Por quase quatro anos o arcebispo teve dores atrozes, fato este que não o impediu de resolver, pessoalmente, os assuntos de maior importância na arquidiocese. Com sua voz fraca e sumida, escrevia seus discursos para que fossem lidos por outros sacerdotes. Solicitou, então, à Santa Sé a nomeação de um bispo auxiliar, apresentando ao cargo o seu antigo Secretário Cônego Vicente Scherer.

No dia de seu falecimento Dom Antônio Zattera fez a encomendação de sua alma acompanhado do Mons. Vicente Scherer, do Mons. João Maria Balen, do Cônego Germano Wagner, entre outros sacerdotes. No Livro de Óbitos da Catedral ficou o registro através da Ata do Falecimento e sepultamento do arcebispo:

Aos quinze de junho de mil novecentos e quarenta e seis, no Palacio de sua residência (...), com setenta e seis anos de idade (...) após três anos oito meses e quinze dias de enfermidade, faleceu o excmo e revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom João Becker (...) O atestado foi passado pelo Dr. José Ricaldone com os termos “Síncope cardíaca – Arterio esclerose”. – Pelo enfermeito João Di Conti foi feito o embalsamento, o qual constou de formolisação geral, introduzida no sistema circulatório pela carotide interna do lado direito, com saída pela veia femural do mesmo lado, não tendo sido pratida a evisceração. Terminado o trabalho de

embalsamento, foi paramentado o corpo pontificalmente e colocado no salão nobre do referido Palacio Arquiepiscopal, sendo resadas no dia seguinte diversas missas de corpo-presente. (...) Às nove e meia horas do dia dezesseis, com grande acompanhamento, em carro funebre posto à disposição pela Santa Casa de Misericórdia, foi o corpo do exmo Sr. Arcebispo trasladado para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (...) onde permaneceu exposto à visitação dos fiéis. No dia desesete (...) foi o corpo do falecido arcebispo trasladado para a Cripta da Catedral Metropolitana. (...) foi levado o esquife do falecido para o tumulo preparado na capela da cripta (...) Fechado o tumulo pelos mestres pedreiros da nova catedral, ainda em construção, retiraram-se todos para a sacristia da cripta, onde com as orações prescritas encerraram as cerimônias fúnebres (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 167-168, Jul/Set. 1946).

Dom João foi considerado um excelente orador, apreciado por muitos pela adaptação de seus discursos aos seus ouvintes. Discursos orais impressos para chegar ao alcance de mais fiéis. De acordo com o padre José Artulino Besen (2008), em sua trajetória D. Becker destacou-se pela piedade e pelo zelo na ação pastoral. Era visto por muitos como homem de reputação impoluta, caráter ilibado e extrema gentileza.

Nas fotografias selecionadas¹⁵ do arcebispo D. João Becker podemos ver um homem de fisionomia circunspecta. Sua postura cordata demonstrava discrição, sensatez, prudência e confiança, características estas que o acompanharam por toda a sua trajetória. Amparados na semiótica¹⁶, podemos interpretar as imagens e entender o que procuram transmitir.



O período em que D. João governou esta arquidiocese foi uma época de grandes transformações. Sua atuação foi extremamente determinante na tomada de decisões, tanto na

¹⁵ As imagens estão disponíveis respectivamente em: http://contextopolitico.blogspot.com/2008/06/h-um-sculo-no-correio-do-povo_25.html; http://arquiifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=565&cod_002=2; <http://www.catedralmetropolitana.org.br/historia/index.html>; http://arquiifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=565&cod_002=2

¹⁶ A semiótica se constitui numa teoria geral para os signos criada por Charles Peirce, que define uma filosofia das significações. A semiótica tem por objeto de estudo *qualquer* sistema sótico, portanto, pode-se analisar semioticamente tudo o que está ao nosso redor, pois, para esta ciência, tudo é passível de interpretação e tem um significado. A imagem é um signo e, por isso, representa algo e precisa ser lida e decodificada, uma vez que ajuda construir sentidos para aquilo que se observa. Porém, é importante ressaltar que reconhecer um elemento de uma imagem não significa que a estamos compreendendo e decodificando, pois o ser humano trabalha com formas simbólicas.

vida estadual quanto nacional. O arcebispo teve relevante atuação pública, tanto na administração eclesiástica, quanto na esfera política. Tal afirmativa se confirma na citação do historiador Artur Cesar Isaia que destaca:

A administração episcopal de D. João Becker abrangeu um período rico em transformações, tanto no que concerne à sociedade rio-grandense como no tocante à presença católica no meio social. De 1912 a 1946, D. João Becker regeu uma sede arquiépiscopal ligada a importantes pulsações da vida sociopolítica do Rio Grande do Sul (ISAIA, 1998, p. 47).

D. Becker enfrentou com prudência e habilidade os novos momentos experienciados pela Pátria. Isaia (1998) observa que o pensamento político da Arquidiocese foi encarado como integrante do elenco de propostas autoritárias surgidas no período. Nas décadas de 1930 e 1940, o catolicismo romanizado, ao mesmo tempo em que centralizava as decisões na figura do Papa, reforçava a autoridade do bispo sobre sua diocese. Constitui-se numa época de extrema centralização das decisões na pessoa do bispo, cuja forma de pensar, posicionar-se frente aos problemas do momento e encarar sua atividade episcopal tinham um peso decisivo e definidor.

Muitas foram as iniciativas e realizações de D. Becker na Arquidiocese de Porto Alegre

As visitas pastorais, feitas com absoluta regularidade cada quinquênio a todas as paróquias, com pregação e administração do sacramento do crisma também nas capelas filiais mais afastadas da sede paroquial, a reorganização do Cabido Metropolitano, a introdução do ensino do português nas escolas paroquiais muito antes da primeira guerra mundial, da criação da diocese de Caxias e da prelazia de Vacaria, a fundação de 88 paróquias, a construção do novo e modelar Seminário Menor de São Jose de Gravataí, a administração anual do crisma nas 27 sedes paroquiais e nas capelas maiores da cidade de Porto Alegre, a construção da catedral metropolitana¹⁷ em vias de conclusão, a instalação da Ação Católica nas paróquias e nos colégios, os Circulos operários e toda espécie de obras de assistência social, centenares de igrejas matrizes, capelas e casas canônicas edificadas, a imprensa católica com seus jornais, revistas, etc. e muitas outras obras de natureza religiosa, caritativa, social e educativa, fundadas por inspiração ou com as bênçãos do arcebispo, de saudosa memória, revelam o seu zelo apostólico e sua capacidade realizadora (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 151, Jul/Set. 1946).

D. João Becker fez inúmeras ordenações de sacerdotes. Ao todo foram 320 ordenações: 185 sacerdotes seculares, 79 jesuítas, 16 da Sagrada Família, 7 carmelitas, 3 palotinos, 30 capuchinhos. Paróquias criadas por D. João totalizaram 79, além de 4 paróquias criadas por ele, e que passaram à prelazia de Vacaria, e 5 paróquias que passaram à Diocese

¹⁷ Ver Anexo B.

de Caxias. Foram também realizações do arcebispo: o primeiro Congresso Eucarístico Estadual, o estabelecimento de numerosas congregações religiosas, o retiro anual do clero, a Semana de Ação Católica, as conferências pastorais do clero na capital e no interior, a “Hora Católica” pelo rádio aos domingos, dentre outras¹⁸ - ações que demonstram o desenvolvimento que a vida católica atingiu na arquidiocese durante o arcebispado de D. Becker e o seu espírito organizador.

No período de sua administração episcopal, D. Becker assistiu à consolidação do castilhismo de inspiração comtista, o movimento contestador da perpetuação borgista de 1923, a Revolução de 1930, a ascensão de Vargas ao governo federal, a institucionalização do regime do Estado Novo e o processo de redemocratização.

Dom João expressava seu posicionamento, sobretudo, através da palavra escrita nas suas famosas Cartas Pastorais. Nelas D. Becker buscava construir uma linha argumentativa, declarando suas posições, com o que tentava incutir em seus seguidores o que era certo e errado, seguindo os princípios católicos.

Suas Cartas Pastorais formam um "corpus" documental extremamente importante e inigualável em se tratando do episcopado brasileiro do período. Nelas, o arcebispo aborda uma diversidade enorme de assuntos, que iam da política partidária à saúde pública, evidenciando a preocupação em explicitar o magistério católico frente a uma sociedade cada vez mais complexa (ISAIA, 2009, p. 03).

As cartas pastorais apresentavam um preceito magisterial, eram consideradas um dos instrumentos pelos quais a Igreja Católica poderia atualizar o seu quadro e se posicionar frente à emergência dos problemas sociais; volumosas, eram vendidas como livros de leitura e instrução.

Dom João Becker buscou através dos mais diferenciados instrumentos reafirmar o catolicismo, ressaltando a importância da Igreja Católica frente ao poder político e social. Procurou fortalecer a instituição eclesial internamente, através de uma formação ortodoxa dos sacerdotes, à qual o comprometimento e a responsabilidade com a doutrina católica e a recristianização da sociedade eram elementos essenciais.

O princípio da autoridade era para D. Becker estruturador de qualquer sociedade. Giolo (1997, p. 292-293) observa:

¹⁸ Cabe salientar que D. Becker realizou “a sagração de quatro dos senhores bispos sufragâneos: Dom Antônio Reis, bispo de Santa Maria, sagrado em 1931; Dom José Barea, bispo de Caxias do Sul, em 1936; Dom Candido, bispo-prelado de Vacaria, em 1936; Dom Antônio Zattera, bispo de Pelotas, 1942” (Revista Unitas. Porto Alegre, 151, Jul/Set. 1946).

No entender de D. João Becker, a força da autoridade não está na pessoa do soberano (na sua inteligência, na sua força muscular, na sua ascendência familiar, etc), nem na vontade coletiva dos eleitores que escolhem seus dirigentes e muito menos na força militar. Ela, enquanto *"uma superioridade que produz obediência e veneração"*, deriva do criador. *"Deus, pelas condições naturais do homem, pela lei natural, institui a sociedade, que não pode prosperar, nem existir, sem a manutenção da ordem. Esta, porém, nas multidões, não se pode conceber sem uma autoridade política superior, prescrita pelo mesmo Deus, autor da sociedade."* Dito de outra forma, *"as nações elevam, seja por sucessão hereditária, seja por eleição ou por meio de uma vitória, um homem a quem chamam rei, presidente ou governador, e sobre esses representantes dos povos, deixa Deus cair seu poder. Todo o poder vem de Deus: Omnis potestas a Deo"*.

Os conceitos de ordem, de autoridade e poder utilizados por D. Becker eram reflexo de sua formação e das normas estabelecidas pela Igreja Católica na sua vertente mais conservadora.

Para que seu projeto de recristianização da sociedade gaúcha fosse implementado era necessária a interlocução com as elites políticas e com o Estado. Tal interlocução visava o fortalecimento do poder da Igreja. Dom João deixou um legado para a constituição do projeto político do Rio Grande do Sul, fazendo e desfazendo acordos para colocar o projeto católico em funcionamento.

Um exemplo disso pode ser observado através de um acordo que D. Becker teceu com Vargas e com Borges de Medeiros: se Hervé, líder espírita, não interferisse em qualquer matéria ou manifestação religiosa, D. Becker tornava sem efeito a cláusula que propunha como pecaminoso o voto nele, tendo em vista a Carta Pastoral Coletiva de 1915 que condenava todos os católicos que elessem candidatos contrários à Igreja Católica.

Como grande articulador que foi, D. Becker não deixava passar nenhum momento importante da vida regional e nacional sem dar a sua palavra e reforçar a importância da Igreja à sociedade. Um exemplo disso se estabeleceu em 1917, diante da Primeira Guerra Mundial, quando D. João publicou sua quinta carta pastoral, intitulada "Pela Pátria". A referida carta tinha por objetivo fazer o chamamento aos católicos para se unirem no mesmo sentimento patriótico.

Na constituição do discurso religioso católico brasileiro, D. João foi bastante comprometido em estabelecer uma relação entre a atuação política e o magistério da Igreja. Cabe salientar que no seu exercício doutrinário burocrático eficiente ele sempre enfatiza o processo de romanização da Igreja Católica sul-rio-grandense, através de seus contratos estabelecidos com os diferentes poderes constituintes na sociedade.

Em 1919, nas comemorações do 30º aniversário da República Brasileira, D. João foi convidado para ser orador na sessão solene memorativa. Giolo (2009, p. 2) destaca que no seu discurso

D. João Becker elogiou “a mão vigorosa do grande marechal Deodoro [que] implantou na terra brasileira a democracia” e reconheceu a República como “o regime universalmente aceito e respeitado em todo o País.” Fez, também, o elogio dos líderes republicanos, chamado-os de “os espíritos mais proeminentes da Pátria” e atribuindo-lhes o mérito de ter elevado o nível da prosperidade interna e das relações internacionais brasileiras ao patamar das repúblicas “mais acatadas do mundo.” Garantiu, por outro lado, que a Igreja não se sentia deslocada no âmbito da República, embora tenha sido separada oficialmente do Estado. Ao contrário, esteve lado a lado com o poder temporal consagrando-lhe “seu auxílio moral”, como fora a vontade do Divino Mestre: “Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus, *Reddite quae sunt Caesaris, Caesaris: et quae sunt Dei, Deo.*” De fato, no entender do arcebispo, a Igreja não fazia distinções entre formas de governo, tendo participado, ao longo de sua história, de impérios, monarquias e repúblicas, sempre colaborando com seus benefícios temporais e eternos.

Na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, D. Becker, de acordo com Gertz (2011), teve uma ótima oportunidade para entrar no jogo político e obter dividendos. O arcebispo teria estabelecido contatos com os revolucionários e, no auge da guerra civil, feito uma viagem ao Rio de Janeiro, em que teria conseguido que os jornais comesçassem a festejá-lo como mediador da luta no Rio Grande do Sul. Gertz (2011, p. 2) ainda destaca que

Uma parte significativa do catolicismo gaúcho era constituída de imigrantes e descendentes de alemães, de italianos e de poloneses, e foi, sobretudo, contra os primeiros que o fervor nacionalista do arcebispo se voltou, baixando em 1917 uma série de determinações no sentido de que cessassem os ofícios religiosos em língua alemã nas igrejas e se acabasse com o ensino nessa língua nas escolas comunitárias católicas.

Entre suas decisões, D. Becker determinou que o tenente Alcides Rodrigues de Souza ministrasse instrução militar aos alunos do colégio jesuítico de São Leopoldo; retirou da comunidade alemã, da Igreja São José de Porto Alegre, os direitos paroquiais, fato que inconformou a comunidade e gerou um grande conflito que se estendeu até 1925, quando a comunidade, finalmente, ganha a batalha, porém só tem seus direitos restituídos no ano de 1926.

O professor René Gertz ao consultar o Relatório do Pastor Erwin Braunschweig de 1918, destacou que o arcebispo D. Becker, ao ser questionado por Alberto Bins, respondeu que era “aliadófilo”; que os colonos alemães não passavam de uma “massa estúpida” e que tais imigrantes não traziam outra contribuição ao Rio Grande do Sul senão o protestantismo, o kantianismo e as cervejarias. O pastor Braunschweig afirmava que D. Becker tinha como pai

um colono alemão que não sabia falar uma palavra em português. A indignação era, justamente, pela contradição do arcebispo, que mesmo tendo origens alemãs, negava esse fato e combatia os imigrantes e descendentes alemães.

Ainda no ano de 1924, reafirmando seu fervor patriótico, D. João Becker publica a sua 13ª Carta Pastoral¹⁹, na qual reflete e questiona sobre a prosperidade da nação brasileira frente à crise do poder temporal. Em fevereiro deste mesmo ano, D. João recebeu o convite para candidatar-se como senador pela oposição gaúcha ligada à Aliança Libertadora. Em carta pública, ele agradece o convite e justifica por que não poderia aceitá-lo²⁰. Nas suas justificativas, porém, não menciona que o impossibilitavam questões de princípios.

D. João Becker colaborou na criação das Uniões dos Moços Católicos (UMCs). O movimento das UMCs tinha o intuito de educar os moços à cidadania e à defesa do catolicismo. As UMCs tiveram grande participação nos âmbitos políticos e sociais nos diversos estados brasileiros, sobretudo, no Rio Grande do Sul, gerando uma série de polêmicas e discussões.

O historiador Artur Cesar Isaia dedicou parte de seus estudos à análise da Igreja Gaúcha. Nesse sentido, em entrevista à Revista Missões, Isaia (2009) afirma que D. João Becker foi um grande colaborador à projeção de Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, D. Becker foi um grande aliado de Vargas no seu projeto de ‘domesticar’ a oligarquia gaúcha. Para D. Becker, Getúlio Vargas representava, ao implantar o regime autoritário no país, um auxílio na concretização dos ideais católicos.

Concordo com Isaia (2009, p. 2) quando destaca:

Dom João Becker, sendo um dos grandes articuladores da aliança política, daquela "concordata não escrita", que marcou a aliança entre Vargas e o catolicismo e no qual se sobressaiu a liderança do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, dom Vicente Scherer, por seu turno, um homem, da mesma maneira, extremamente

¹⁹ *A crise do poder temporal*. Décima terceira carta pastoral de D. João Becker. **Unitas**. Porto Alegre, v. 11, n. 9-10, p. 265-305, 1924.

²⁰ “Honroso é, sem dúvida, o convite que me foi dirigido em nome da Aliança Libertadora ou das oposições coligadas para aceitar a indicação do meu obscuro nome à senatoria nas próximas eleições federaes, como por certo merecem todo o respeito as pessoas que deliberaram offerecer-me essa distincção. (...) Como Arcebispo e Metropolita de uma vasta circumscrição ecclesiastica, corre-me o dever inalienável de attender, sem preocupação de caracter político, aos interesses religiosos e espirituaes de todos os meus archidiocesanos, e a estes por sua vez, assiste o direito correlativo de reclamar para si os mesmos cuidados e attenções. (...) Ora, nos dous campos políticos em que está dividido o nosso Estado, existem numerosos e distinctos catholicos. (...) Por isso, si eu quebrasse a linha de neutralidade até agora por mim mantida, si acceitasse a indicação de meu nome para cargo offerecido por um determinado partido com exclusão de outro, seria sem duvida, conturbado o salutar desempenho do meu ministério eclesiástico. Os laços de amizade, de confiança, de consideração e respeito existentes entre mim e todos os meus archidiocesanos e as famílias catholicas, ficariam enfraquecidos ou rotos, minha acção espiritual se tornaria improficua, profundamente abalada e visivelmente suspeita (Chronica Nacional – Carta do Sr. Arcebispo. Unitas. Porto Alegre. Ano XI, 1924, Nº. 3-4, p. 123-124-125).

fiel à ortodoxia, mas que teve que conviver com uma sociedade que aprofundava o processo de laicização, que tornava cada vez mais relativa a voz da Igreja. Representou, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma ruptura. Uma continuidade com seu predecessor, se pensarmos o seu comprometimento com os valores que julgava inegociáveis do magistério eclesial; com aquilo que julgava que nem as circunstâncias históricas, nem as características pessoais dos pastores podiam alterar. Uma ruptura, se pensarmos que a maneira de expor esse magistério é completamente outra.

O arcebispo demonstrou afinidade com o projeto nacionalista e centralizador de Getúlio Vargas.

Se pensarmos que a proposta de Getúlio Vargas visava a dois objetivos claros: a centralização política e o necessário enquadramento das oligarquias estaduais, vamos ver que D. João Becker vai jogar um papel decisivo no projeto varguista nos anos 1930. Por um lado, vai defender por completo a criação de um partido político que representava esses interesses (o Partido Republicano Rio-Grandense) e, por outro, vai voltar-se de costas para as siglas políticas que tradicionalmente representavam os interesses da oligarquia gaúcha tradicional (o PRR e o PL). Esse posicionamento do arcebispo é muito importante se pensarmos que tanto no PRR quanto no PL militava boa parte da elite católica rio-grandense da época e isso poderia causar, como causou, momentos bastante incômodos no relacionamento do arcebispo com setores desta elite (ISAIA, 2009, p. 04).

Na posição de D. João podia ser percebida certa admiração pelos regimes totalitários. De acordo com Beozzo (2004), nas mais diversas pastorais e discursos D. João elogiava freqüentemente Mussolini. O mesmo se dava em relação ao nacional socialismo da Alemanha. Para D. Becker, Adolfo Hitler era considerado grande condutor, pois nessa perspectiva teria salvado a pátria do domínio comunista.

Conforme se observou anteriormente, D. Becker embora tivesse nascido na Alemanha tentava negar suas origens. Tal fato marcou, sobretudo, o seu relacionamento tumultuado com o Pe. Balduino Rambo²¹, entre outras lideranças intelectuais que defendiam a etnia alemã, acreditando num projeto de germanidade para as colônias alemãs, apesar dos abalos provocados pela Campanha de Nacionalização do Estado Novo. D. Becker era a favor da nacionalização forçada dos imigrantes alemães, defendendo a nacionalização de Vargas. Fernandes (2011) destaca que neste contexto é necessário considerar que a conjuntura do pós-guerra, com a derrota alemã, tornou a situação muito delicada para que a Igreja Católica tomasse uma posição oficial favorável à Alemanha; isso poderia prejudicar sua posição política ao lado das autoridades públicas brasileiras. Nada poderia abalar o trabalho exaustivo de D. Becker que conquistava posição importante junto aos governantes.

²¹ Juntamente com o Pe. Henrique Pauquet idealizou e articulou a SEF - Socorro à Europa Faminta. O Pe. Balduino, como liderança eclesiástica pertencente à Companhia de Jesus, foi um articulador e um disseminador de um discurso germanista que tinha muita aceitação nos círculos imigrantistas.

Entre manifestações de apoio, contratos e alianças, D. Becker estruturava seu plano de ação. Seu discurso, produção intelectual e atuação foram extremamente decisivos no panorama histórico da época. Como estrategista político, D. Becker teve grande importância na realidade estadual, sobretudo, durante o período castilhista e o governo de Borges de Medeiros. Seu engajamento contribuiu e muito para o predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense. De acordo com Isaia (2003, p. 8),

[...] o grupo que tomou o poder no Estado com a República, precisava consolidar seu predomínio e, para isso, precisou muito da Igreja Católica, que possuía uma inegável força moral, uma ascendência sobre significativas parcelas da opinião pública no Estado. Nesse sentido, a atuação política de Dom João Becker foi importantíssima, no afã de sedimentar o predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense, assim como foi peça chave para construir o predomínio varguista no Rio Grande do Sul e no Brasil. (p. 08)

Para Isaia (2003), D. João via com bons olhos o autoritarismo como solução política contrária à idéia de soberania das maiorias. D. João nutria certo temor à organização autônoma da sociedade. Cabe salientar que um dos princípios mais defendidos pelo castilhismo foi justamente a idéia positivista da necessidade de governos fortes, que marcassem a ascendência da cabeça da sociedade sobre os seus demais membros. Nessa perspectiva, a democracia era concebida como a atomização das vontades. Os princípios defendidos pelo castilhismo tinham o apoio do arcebispo, para quem era necessário que a sociedade fosse “conduzida” por homens experientes, que agissem de acordo com os interesses da Igreja.

D. João foi um arcebispo extremamente presente nas questões políticas, sobretudo, na estabilização do grupo castilhista no Rio Grande do Sul. Concordo com Isaia (2003) quando afirma que para compreender o que representou o homem D. João Becker precisamos entendê-lo dentro do modelo eclesiológico vigente. D. Becker vivenciou um período em que conjecturava o ultramontanismo, a romanização, a centralização das decisões em Roma. Neste período, a figura do Bispo tinha um papel preponderante na sua diocese. D. João soube desenvolver seu apostolado de modo fecundo, enfrentando com prudência e habilidade aos novos acontecimentos. Dessa forma,

A imagem de D. João Becker é a de um homem extremamente protocolar, autoritário, cioso de seu poder, mas temos que entendê-lo como homem da Igreja daquela época. Provavelmente um Bispo de nossos dias colocar-se-ia perante a opinião pública, construiria sua imagem externa de maneira completamente diferente, porque o modelo eclesiológico é outro, a autocompreensão da Igreja é outra, o mundo é outro. Penso que não podemos encarar D. João Becker de forma simplista, anacrônica, vendo-o como herói ou vilão (ISAIA, 2003, p. 08).

O contexto histórico, sócio-econômico e político no qual D. Becker esteve inserido precisa ser levado em consideração para que compreendamos o que representou a figura do arcebispo. Além disso, a sua origem, idiossincrasias e trajetória também influenciaram no seu agir ao longo dos seus 76 anos de vida, sendo 34 anos no comando da Arquidiocese Metropolitana de Porto Alegre.

D. João Becker teve um múnus extremamente importante, extrapolando as fronteiras do Rio Grande do Sul. Assim como o Cardeal Dom Sebastião Leme (Arcebispo do Rio de Janeiro), Becker foi um grande articulador e muito atuante nas decisões do episcopado nacional. Ao lado de D. Sebastião, ele foi um dos principais intelectuais orgânicos da Igreja Católica na primeira metade do século XX.

Cabe salientar que o conceito de intelectual orgânico neste trabalho se fundamenta na perspectiva gramsciana. Assim, o intelectual orgânico é concebido como aquele que age ativamente na vida prática, como construtor, organizador e persuasor permanente. Tais intelectuais têm função mediadora, intervindo e organizando projetos culturais, participando das práticas sociais, sintetizando e sistematizando as idéias de um grupo social e propondo projetos de ação. Ser um intelectual orgânico não se refere a uma formação acadêmica necessariamente, mas a uma atuação social. Seu agir está relacionado, diretamente, com o “lugar” que ocupa nas relações materiais de uma determinada produção social. Concordo com Mari (2010, p. 4) quando afirma:

Os intelectuais têm a função de unificar os conceitos para criação de uma nova cultura, que não se reduz apenas a formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também a difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento. Nessa empreitada, torna-se fundamental o papel das instituições privadas da sociedade civil como a igreja, escola, sindicatos, jornais, família e outros, como entidades concretizadoras de uma nova vontade e moral social.

Foi tendo em mente esse conceito de intelectual de Gramsci²² que foi possível interpretar um pouco do que representou a figura de D. João Becker no contexto histórico, social, político e econômico gaúcho. D. João foi organizador da vida prática, fundando Revistas (*Liga Sacerdotal* e *Unitas*), publicando suas Cartas Pastorais (05 Cartas em Florianópolis - SC e 34 em Porto Alegre - RS), atuando ativamente na vida política, tanto no

²² Neste trabalho não se teve o intuito de exaurir as análises do conceito de intelectual orgânico por não ser este o foco das investigações. Para maiores esclarecimentos, existe rica bibliografia tanto das obras do filósofo italiano Antonio Gramsci quanto de outros autores que dele se utilizam. Entre elas destacamos: GRAMSCI (1978a/ 1978b/ 1984/1989/1999/2001); BADALONI (1987); BROCCOLI (1977); VIEIRA (1999); VIEIRA (2007/2000).

âmbito estadual, quanto nacional. Sua atuação intervinha, diretamente, sobre o modo de vida e sobre os processos de formação das novas gerações - fato este que reafirmava o papel da Igreja Católica sul-rio-grandense.

Ao fazer a leitura dos diferentes documentos do período de D. João Becker, ler trabalhos que foram realizados *por* e *sobre* ele, pude reconhecer diversas faces de um mesmo arcebispo metropolitano. Sua trajetória é vista de modo diferenciado pelos diversos estudiosos. D. João foi um homem de seu tempo, representou todo um período de grandes transformações. Não cabe aqui definir se foi um homem bom ou mau, mas o que ele representou à sua época e ao catolicismo sul-rio-grandense.

Conforme mencionado em parágrafos anteriores, Dom João Becker teve na imprensa uma grande aliada, no sentido de propagar o seu discurso. É por esse motivo que tecemos, na sequência, algumas considerações sobre a imprensa católica e sua relevância à implementação do projeto católico sul-rio-grandense.

2.2 A Imprensa Católica

A imprensa foi um dos instrumentos essenciais para a Igreja Católica. Através dela foi possível disseminar os ideais e princípios católicos entre os mais diferentes públicos. A imprensa católica era vista como uma aliada na restauração social, divulgando a doutrina católica, informando sobre os principais acontecimentos e as posições a serem tomadas em defesa da Igreja Católica.

De acordo com Santos (2008) entre muitos títulos de semanários, diários e revistas, destacamos dois dos mais importantes no Rio Grande do Sul: o Semanário “Estrela do Sul”, fundado por D. Sebastião Dias Laranjeira; e a “Revista Unitas”, fundada por Dom João Becker. A imprensa possibilitou maior estreitamento entre Igreja Católica e Estado, assim como com a sociedade brasileira, tendo em vista o número reduzido de católicos praticantes.

O discurso religioso sempre se utilizou de muitos mecanismos de persuasão. Nesse sentido, Citelli (1990) destaca que o uso do modo imperativo revela a idéia de coisa pronta, acabada. O uso do vocativo subjacente (Creio), afirma o chamamento ao sujeito. A função emotiva, o uso de metáfora, de parábolas e de paráfrases, além do uso de “estereótipos e chavões, que possuem a força daquilo que Umberto Eco chama de ‘sintagmas cristalizados’ (‘Oh! Senhor’, ‘todo-poderoso’, ‘nosso senhor’, etc)” (CITELLI, 1990, p. 52), possibilitam que a Igreja transmita seus ideais.

Percebendo as mudanças de seu tempo, a Igreja Católica encontrou na imprensa a possibilidade de expandir seus princípios de maneira mais incisiva. A Revista Unitas foi apenas um entre os muitos periódicos publicados pela Igreja Católica. A revista se destinava ao clero. Conforme veremos mais adiante, ela surge com a proposta de unir o clero, como uma das metas de recuperação dos sacerdotes. Dom João Becker, ao longo de sua trajetória, muito se preocupou com o problema da formação sacerdotal.

No ano de 1913, D. João publica uma Circular que deveria ser lida nas celebrações, em todas as Igrejas matrizes e capelas da Arquidiocese. Datada de 25 de agosto, nela o arcebispo menciona o papel da imprensa católica afirmando que “pela palavra escripta, propaga e defende os mesmos princípios e doutrinas no meio da sociedade e dos lares aonde não chega o echo das homelias e dos sermões” (Revista Unitas, Nº1, 1913, p. 22).

No texto desta Circular, D. João defende a imprensa católica, sobretudo a publicação do jornal “Actualidade”, o único jornal católico publicado em português na arquidiocese, dando provas de sua boa orientação e prestação de serviços à Igreja Católica. Para o arcebispo o jornal constituía-se em mais um exemplo de como a imprensa poderia se configurar numa poderosa aliada da Igreja na defesa de seus ideais.

Em âmbito nacional, podemos destacar a grande influência da revista “A Ordem”. Amaral (2009, p. 2300) ressalta que

[...] foi fundamental a veiculação da revista “A Ordem”, que se deu a partir de 1921, e a criação, em 1922, no Rio de Janeiro, do Centro Dom Vital. Ambos visavam essencialmente criticar o liberalismo em bases moralistas e reformistas, combatendo veementemente as idéias que lhes fossem contrárias. A revista, inclusive, torna-se um importante meio de divulgação das idéias católicas no país e, a partir dela, a imprensa católica nacional se fortalece. Os seus textos são publicados em vários órgãos da “boa imprensa” espalhados pelo Brasil, incluindo o periódico “A Palavra”, da diocese de Pelotas (que já circulava 10 anos antes da criação de “A Ordem”).

Amaral (2009) observa que dessa forma a Igreja Católica almejava divulgar seus valores. Ao analisar o periódico católico pelotense - “A Palavra” -, Amaral (2009, p. 2300) relata que

No processo de romanização, a Igreja Católica, no que dizia respeito à “educação cristã”, apresentava diretrizes extremamente coercitivas, determinando uma série de procedimentos a seus fiéis. Especificamente no que tange à educação escolar, obrigava-os a enviar seus filhos a escolas católicas e era categoricamente contrária ao ensino ministrado em escolas de ensino laico ou sob orientação de outras religiões. Isso justifica um forte posicionamento contrário à co-educação e o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular em todas as paróquias a criação de escolas sob a orientação ou direção dos

sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas assim como organizar movimentos político-religiosos vinculado à partidos políticos.

O periódico “A Palavra”²³, a exemplo de outros periódicos católicos, contribuiu para ampliar a chamada boa imprensa. Concordo com Tonini (2003) quando esta afirma que “A Igreja acreditava que, através da boa imprensa²⁴, poder-se-ia conseguir a força moral, a ordem, a tranquilidade e a paz na sociedade” (p. 51).

Através da imprensa, a Igreja Católica pôde reforçar seu discurso. D. João Becker, ao fundar a Revista Unitas, tinha em mente o poder da palavra escrita. A veiculação da revista entre o clero possibilitaria uma formação e capacitação dos sacerdotes visando uma união clerical baseada no comprometimento com a fé católica e com o fortalecimento da doutrina. Na sequência são apresentadas algumas considerações sobre a Revista Unitas, no sentido de compreender a proeminência deste periódico na época.

2.3 A Revista Unitas: o que foi e o que representou

A caracterização da Revista Unitas se faz necessária, percebendo-a nas suas peculiaridades, analisando-a pelo que foi e o que representou naquele período. Ela foi “órgão oficial da Archidiocese de Porto Alegre e publica-se sob os auspícios do Prelado Metropolitano” (Contra-Capa Revista Unitas, Volume 1, 1913). O primeiro exemplar da revista foi lançado no ano de 1913 (Anexo D), com o intuito de preencher uma sensível lacuna na vida paroquial, buscando unir as autoridades superiores da Igreja entre si.

Propondo-se modesta e despretenciosa - nas palavras do próprio Dom João Becker, responsável pela publicação -, a revista buscou se constituir numa abundante fonte de informações, avisos, ordens e leituras, que seriam para o clero de real necessidade e indiscutível valor.

A importância deste veículo estava também na necessidade de unir o clero, tendo em mente que os sacerdotes eram oriundos de várias nacionalidades e estavam espalhados em diversos lugares distantes da arquidiocese. Para Dom João Becker

²³ Anexo C – Exemplar do Periódico *A Palavra*, publicado em Pelotas, em 15 de março de 1914. Órgão da Legião da Boa Imprensa. Entre outras notas, ressalta-se a Carta Pontifícia de Pio X ao Arcebispo D. João Becker a propósito da fundação do Seminário Provincial de São Leopoldo.

²⁴ No ano de 1924, constituiu-se oficialmente o Centro de Boa Imprensa, com o intuito de municiar todo esse movimento com livros, jornais e revistas.

[...] a Unitas visita-los-á, como um anjo de paz, pregando-lhes a união fraternal, a concórdia, a harmonia, mostrando-lhes o fim commum para o qual todos devem trabalhar a saber: a santificação pessoal, a salvação das almas e a glória de Deus, e lhes conservará a lembrança da jerarchia ecclesiastica e o espírito de disciplina (Revista Unitas. Porto Alegre. 1913, p. 03).

Cabe salientar que Dom João Becker se transformou num personagem importante na história da evangelização no RS, influenciando não somente o âmbito religioso, mas também os campos político e pedagógico. Como arcebispo metropolitano, D. Becker fez e desfez acordos no âmbito político, tendo em vista a grande penetração e legitimidade da Igreja junto aos pólos econômicos mais dinâmicos do estado do RS. Um exemplo disso eram os interesses do PRR ao aliar-se à Igreja: mesmo sendo um partido radical defensor do positivismo (teoria de base científica e não religiosa), inclinava-se à força do Catolicismo.

Historicamente, conforme afirmou Giolo (2007), a Igreja Católica, sobretudo, no Rio Grande do Sul, era uma instituição fraca até os anos finais do regime imperial. Diferente de outras Províncias centrais do Brasil, a Igreja Gaúcha permaneceu completamente esquecida. O autor observa que nenhum seminário, colégio, ou ação missionária foi minimamente organizado. Segundo ele, a primeira diocese só foi criada em 1848, visando apagar os resquícios do cisma rio-grandense.

Cabe ressaltar que a Igreja Católica só foi se reestruturando com o tempo, uma vez que o primeiro episcopado de Dom Feliciano Prates não ocasionou grandes repercussões. Foi a partir dos episcopados de D. Sebastião Dias Laranjeira, D. Cláudio José Gonçalves Ponce Leão e D. João Becker que a instituição assumiu novas atuações.

A Revista Unitas se constituiu à época em importante publicação que consolidou alguns ideais católicos, unindo ideologicamente o clero. Publicada inicialmente de dois em dois meses, a revista apresentava diferentes seções que contemplavam: os Actos da Santa Sé, O Governo do Arcebispado, Seção Doutrinária, Seminário Provincial, Chronica Nacional, Echos do Estrangeiro, Variedades, Necrologia, Notas Bibliográficas, entre outras.

Sobretudo nas Seções Doutrinárias é interessante destacar todo um discurso direcionado à inculcação de idéias através de temas diferenciados, enfatizando aspectos educacionais e pedagógicos que permeavam os textos, além das influências dos conflitos de guerra na doutrina cristã e as possíveis repercussões na educação.

As seções doutrinárias nem sempre apareciam em destaque na revista. Ao longo do Ano I, por exemplo, esta seção aparecia em separado nos seis números publicados nos anos de 1913 e 1914. A partir de 1915, a seção doutrinária desaparece, mas o cunho doutrinário continua diluído em toda a revista. Somente anos depois ela retorna à revista.

No primeiro volume da Unitas, Ano 2, a redação da revista traz um texto intitulado “Na portada”, que abre mais um ano de publicações.

Eis-nos a abrir o segundo anno de caminho! Um pouco atrasados, talvez, não, porém, arredios, pois que longe está a nossa meta a nos adejar com carinho, chamando-nos às fileiras. (...) “Unitas”, na parte official, representará a união de vistas na direção espiritual dos fiéis tão acoroçada pela Santa Sé e nossos Venerandos Bispos (Unitas, 1915, Vol 1, p. 01).

Sendo a revista destinada ao Clero, buscava a união dos sacerdotes e a consolidação dos ideais cristãos. Nesse mesmo texto, pode-se observar um pouco do que a religião católica enfrentava no período e quais eram as expectativas da Igreja.

[...] a hora amargurada por que passa a christandade, a todos affecta, e as dificuldades acarretam faltas de compromissos, amigaveis, aliás. Entretanto, breve, hão de sorrir melhores dias, e tudo se ha de applainar (Unitas, 1915, Vol 1, p. 01).

A seguir, apresento um mapeamento dos exemplares²⁵ da Revista Unitas pertencentes ao período de 1913 a 1946 para que possa ter um panorama geral da publicação ao longo do período analisado.

Quadro 1 – Mapeamento da Revista Unitas

ANO	PERÍODO	Nº DE EXEMPLARES/ VOLUMES/ EDIÇÕES
ANO I	1913-1914	06
ANO II	1915	10
ANO III	1916	12
ANO IV	1917	10
ANO V	1918	07
ANO VI	1919	04
ANO VII	1920	12

²⁵ Cabe salientar que a coleção completa dos exemplares da Revista Unitas pode ser consultada no arquivo histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – RS.

ANO VIII	1921	12
ANO IX	1922	12
ANO X	1923	12
ANO XI	1924	12
ANO XII	1925	12
ANO XIII	1926	12
ANO XIV	1927	12
ANO XV	1928	12
ANO XVI	1929	12
ANO XVII	1930	12
ANO XVIII	1931	12
ANO XIX	1932	12
ANO XX	1933	12
ANO XXI	1934	12
ANO XXII	1935	12
ANO XXIII	1936	12
ANO XXIV	1937	12
ANO XXV	1938	12
ANO XXVI	1939	06
ANO XXVII	1940	06
ANO XXVIII	1941	06
ANO XXIX	1942	05
ANO XXX	1943	04

ANO XXXI	1944	04
ANO XXXII	1945	04
ANO XXXV	1946	04

Fonte: Arquivo histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – RS.

Nesta tabela podemos visualizar certa inconstância no número de exemplares publicados por ano. Nos anos de 1913 e 1914, por exemplo, a revista publicou 06 exemplares englobando os 12 meses de seu Ano I de publicação. Já no Ano II, em 1915, foram publicados 10 exemplares reunindo os 12 meses. No ano de 1916 e no período de 1920 a 1938 foram publicados um exemplar para cada mês do ano em questão. Uma peculiaridade da revista é que, ao longo de cada ano, as páginas eram contadas do primeiro até o último número do ano, não havendo reinício da numeração a cada nova revista publicada. A numeração somente iniciava no começo de cada ano das edições.

Conforme já mencionamos, a Revista Unitas buscou, através da palavra escrita, disseminar entre os sacerdotes o comprometimento e a responsabilidade com o projeto de recristianização da sociedade gaúcha. O clero foi para a Revista Unitas o seu principal público. Os textos veiculados neste periódico discutiam todo o contexto sócio-histórico e político, ampliando o entendimento dos sacerdotes para que estes, no exercício de seu ofício, pudessem alargar a doutrina católica e “inculcar” em seus fiéis o sentido e o significado do catolicismo.

Agimos segundo o espírito e as instruções do Sumo Pontífice Pio XI. De fato, ele diz que é dever principalíssimo do episcopado e do clero educar e instruir os leigos na sociologia cristã, afim de que possam contribuir para a regeneração das classes sociais. É, certamente, um pesado múnus imposto aos sacerdotes. Para o devido desempenho dessa missão cívica e religiosa devem eles preparar-se, com acurado estudo das questões sociais, desde os bancos do seminário (BECKER, 1935, p. 05).

Cabe salientar que toda essa movimentação por parte da Igreja diz respeito a um período de “construção institucional” frente a um novo paradigma - o republicano. Compartilho com Miceli quando este afirma que

A Igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou suas fontes de receita e recuperou seu patrimônio imobiliário, reconstruiu e “modernizou” suas casas de formação e seminários, dinamizou consideravelmente sua presença territorial, “moralizou”, profissionalizou e ampliou seus quadros de pessoal, ainda que para tanto tivesse que apelar maciçamente à importação de mão-

de obra religiosa, diversificou a pauta de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com facções oligárquicas estaduais, em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática (1988, p. 153).

Ou seja, é fascinante pensar num movimento em que todos os indicativos eram contrários a um desenvolvimento da Igreja Católica. Ela perde suas regalias junto ao Estado, mas consegue reverter esta situação de forma não só a se manter enquanto instituição, mas também ampliar e aperfeiçoar sua corporação.

De acordo com Miceli (1988), frente à perda do seu monopólio em matéria religiosa, a Igreja, estrategicamente, optou pela sua construção institucional e a expansão territorial do laicato, com a organização de novas dioceses que investiram na formação e reprodução de quadros eclesiásticos e na formação da elite política através da expansão das escolas católicas.

O arcebispo metropolitano ao assumir a arquidiocese de Porto Alegre em 1912, avoca um grande múnus no restabelecimento da Igreja. No próximo capítulo busco refletir um pouco sobre o conceito de educação e de que maneira essa educação, entendida como processo de formação/constituição humana, possibilitou a D. João Becker estabelecer em seu projeto de recristianização da sociedade gaúcha um ideal de homem e, por conseguinte, de sociedade perfeita de acordo com os princípios e valores do catolicismo.



UNITAS



CAPÍTULO III - A CONSTITUIÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA CATÓLICA

da

Archidiocese de Porto Alegre

A arte, ao modelo matemático do triângulo isósceles, expressão da idéia (da forma, da essência) perfeita de uma coisa, tem três características: equilíbrio, proporção e harmonia (ZANOTELLI, 2007, p. 49).



Imp. nas Oficinas graphicas da Typographia do Centro - Porto Alegre

Depois de contextualizarmos o período de 1912 a 1946 - época de grandes transformações no arcebispado de D. João Becker -, de apresentarmos este protagonista junto à Arquidiocese Metropolitana, examinamos, agora, o cerne deste trabalho que se estabelece na análise da constituição humana a partir da perspectiva católica. Tal análise se dá através da compreensão do conceito de perfeição humana que se delineava no discurso católico de D. João Becker, tanto nas suas inúmeras cartas pastorais, quanto nos textos veiculados na revista²⁶ por ele fundada em 1913.

Ao fazer a análise do conteúdo veiculado na Revista Unitas, podemos examinar os conceitos de homem e sociedade perfeitos idealizados pela Igreja, de acordo com os princípios católicos na sua vertente mais conservadora. Cabe destacar que me refiro a uma vertente conservadora, no sentido de que essa corrente ideológica da Igreja buscou restabelecer o poder de Roma, sobretudo o poder do Papa, através da defesa de uma obediência à hierarquia eclesiástica. Em contrapartida, posso analisar esse processo como reacionário se pensarmos em relação à reação ao regime do padroado e a reestruturação da Igreja frente às novas necessidades de readaptação.

Como já o disse, D. João Becker foi um homem de seu tempo. Soube muito bem se utilizar da palavra escrita para transmitir a sua mensagem. Como estrategista político soube o momento de falar e a ocasião de silenciar.

Utilizando-me da análise de conteúdo que busca analisar o contexto e o significado de conceitos sociológicos, foram selecionadas três categorias de análise para definirmos o que representou a perfeição humana na perspectiva católica do arcebispo D. Becker. Neste capítulo, foram tratados os resultados obtidos na pesquisa, as inferências e as interpretações. Nesta análise é feito o desmembramento do discurso em categorias. Os critérios de escolha e de delimitação de tais categorias são balizados pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto de pesquisa, identificados nos discursos do arcebispo metropolitano.

As três categorias escolhidas foram: a educação, o homem e o sacerdote. A educação se destacou enquanto mecanismo utilizado pela Igreja Católica para alcançar seu ideal de homem perfeito. A educação representou tanto um limite como uma possibilidade de atingir esse ideal de humanidade. O homem como ser em formação é produto e produtor da religião. A Igreja Católica ao se utilizar deste homem procura perpetuar a sua doutrina, reafirmando seu papel frente às novas gerações. O sacerdote, como servo de Deus, busca propagar a fé

²⁶ Revista Unitas – Revista Eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre.

católica e dedica sua existência à essa função de divulgar a doutrina cristã junto às comunidades.

Antes de partirmos para a análise das categorias, faz-se necessário definirmos o que estamos compreendendo por perfeição humana. Nesse sentido, são tecidas, na sequência, algumas reflexões sobre este conceito, tendo como base alguns autores que refletiram sobre esse assunto.

3.1 A perfeição humana para o catolicismo: compreendendo o conceito

De acordo com a história da filosofia cristã, a perfeição do mundo se dá a partir do momento que Deus se limitou a criar o número de criaturas racionais e a quantidade de matéria necessária à beleza e perfeição do mundo. Diz a Escritura que Deus criou e dispôs todas as coisas com número, medida e peso. Segundo Boehner & Gilson (2003), para a mentalidade grega, a medida e a determinação são inseparáveis da perfeição e da ordem. Daí decorre que o mundo é uma obra de arte.

Na filosofia medieval, dois períodos são importantes para refletirmos sobre a perfeição humana para o catolicismo: a Patrística, que teve como principal representante Santo Agostinho - que adequou a teoria de Platão aos preceitos do catolicismo - e a Escolástica, representada por Santo Tomás de Aquino, que se fundamentou na doutrina de Aristóteles.

Considerado uma grande referência para a Igreja Latina, Santo Agostinho foi ativo em seu papel pastoral. Foi ele o primeiro teólogo cristão a expressar a doutrina da Salvação do Homem por graça divina. E, por esse motivo, em seu “Cantando as perfeições de Deus” Agostinho observa a grandiosidade da figura divina: “Ó Deus tão alto, tão excelente, tão poderoso, tão onipotente, tão misericordioso e tão justo, tão oculto e tão presente, tão formoso e tão forte, estável e incompreensível, imutável e tudo mudando, nunca novo e nunca antigo” (AGOSTINHO, 1973, p. 27).

Santo Agostinho se constituiu no maior nome da Patrística, corrente que se transformou numa das primeiras formas de cultura e educação na Alta Idade Média. Tal corrente filosófica surgiu como forma de evitar heresias, fazendo com que os sacerdotes tivessem de procurar argumentação nos fundamentos filosóficos gregos. A patrística preocupou-se com a relação entre fé e ciência, buscando fundamentar a religião na filosofia.

No campo educacional, Santo Agostinho trouxe muitas contribuições, reconhecendo que paralelo à conquista do domínio dos conteúdos, o aluno precisava ser orientado a

relacionar esse conhecimento a uma realidade maior que se tornava indispensável à formação de valores.

Nas suas “Confissões” Santo Agostinho (1973, p. 40-41) ressalta:

Digo e confesso, diante de Vós, meu Deus, estas fraquezas que me angariavam aplausos daqueles cuja simpatia equivalia para mim a viver cheio de honra. Não via a voragem de luxúria para a qual era atirado, longe da vossa vista [...] Vencido pelo louco desejo de superioridade, obtinha também muitas vezes nesse jogo as vitórias com fraude [...] Eu pecava, porque em vez de procurar em Deus os prazeres, as grandezas e as verdades, procurava-os nas suas criaturas: em mim e nos outros. Por isso, precipitava-me na dor, na confusão e no erro.

Confessando suas imperfeições, Agostinho reflete sobre normas de perfeição que são louvadas pela esperança de proveito que anunciam.

Tratando da “Insatisfação das Criaturas”, Agostinho (1973, p. 80) em seu confessar e implorar destaca:

Deus das virtudes, convertei-nos, mostrai-nos a vossa face, e seremos salvos. Para qualquer parte que se volte a alma humana, é à dor que se agarra, se não se fixa em vós, ainda mesmo que se agarre às belezas existentes fora de vós e de si mesma. Estas nada teriam de belo, se não proviessem de vós. Nascem e morrem. Nascendo, começam a existir; crescem para se aperfeiçoarem; e, quando perfeitas, envelhecem e morrem. Nem tudo envelhece, mas tudo morre. Por isso, os seres, quando nascem e se esforçam por existir, quanto mais depressa crescem para existir tanto mais se apressam a não existir. Tal é a sua condição. Só isso lhes destes, porque são partes de coisas que não existem simultaneamente, e que, desaparecendo e sucedendo-se, perfazem juntas um todo de que são partes.

Santo Agostinho em sua obra nos coloca sempre uma busca insaciável por uma verdade. Verdade esta que se configurava em Deus. Um Deus incorruptível, perfeito, piedoso, onipotente e justo. Penso que é justamente aqui que se fundamenta a noção de perfectibilidade humana, tendo em vista que a busca humana para se tornar a imagem e semelhança de Deus, o homem precisa tornar-se perfeito para aproximar-se cada vez mais de Deus.

Para Santo Agostinho em “O descortinar do mistério divino” (1973, p. 139) afirma que

Quem conhece a Verdade conhece a Luz Imutável, e quem a conhece conhece a Eternidade. O Amor conhece-a! Ó Verdade eterna, Amor verdadeiro, Eternidade adorável! Vós sois o meu Deus! Por Vós suspiro noite e dia. Quando pela primeira vez vos conheci, erguestes-me para que aprendesse a existência d’Aquele que era objeto do meu olhar. Mas eu ainda não era capaz de ver! Deslumbrastes a fraqueza da minha íris, brilhando com veemência sobre mim. Tremi com amor e horror. Pareceu-me estar longe de Vós numa região desconhecida, como se ouvisse a vossa voz lá do alto: “Sou o pão dos fortes; cresce e comer-me-ás. Não me transformarás em ti como ao alimento da tua carne, mas mudar-te-ás em Mim”.

Santo Agostinho ao questionar sobre o problema do mal e sobre a perfeição das criaturas destaca que parece evidente para ele que Deus criou boas todas as coisas, e que, certamente, não existe nenhuma substância que Deus não tenha criado. Deus, porém, não criou todas as coisas iguais e, por esta razão, Agostinho acredita que todas as criaturas, ainda que boas em particular, tomadas conjuntamente são muito boas, pois Deus criou tudo muito bom.

São Tomás de Aquino também concebia toda a criação como sendo boa. Para ele, tudo o que existia era bom, por participar do ser de Deus - o mal seria a ausência de uma perfeição devida e a sua essência seria a privação ou ausência do bem. A alma humana, numa concepção aristotélico-tomista²⁷, era concebida como o primeiro ato substancial do corpo, forma do corpo e princípio da atividade humana. Nessa perspectiva, a alma possui capacidades constitutivas, as chamadas potências.

O tomismo empregou a razão a serviço da fé cristã, dependendo da doutrina da potência e do ato²⁸. O ato vai significar a realidade, a perfeição; já a potência significaria a não-realidade, a imperfeição. Porém, nessa imperfeição da potência o ser tem a capacidade para chegar à perfeição. O vir-a-ser é que caracteriza a trajetória da potência ao ato.

Contrária à teoria agostiniana, que afirmava que Deus poderia ser conhecido de modo imediato através da intuição, a teoria tomista defendia a ideia de que Deus é cognoscível por comprovação. Dessa forma, foram estabelecidos cinco argumentos que comprovavam a existência de Deus²⁹. Seriam cinco vias que levariam até Deus³⁰: 1) o movimento; 2) a causalidade; 3) o possível e o necessário; 4) os graus de perfeição e 5) a finalidade.

Dos cinco argumentos instituídos por Tomás de Aquino, sobretudo, o quarto, permite algumas reflexões sobre a perfeição humana. Para a concepção tomista, as criaturas diferem

²⁷ Cabe salientar que essa perspectiva aristotélico-tomista teve grande influência nas percepções de D. João Becker, sobretudo, pela sua formação eclesial ter sido feita junto aos padres jesuítas. Os jesuítas foram um poderoso veículo da escolástica tanto em Portugal quanto no Brasil. O ano de 1549 marca a chegada dos jesuítas no Brasil.

²⁸ “Todas las cosas creadas constan de potencia y acto. Esta es la doctrina fundamental de todo el tomismo. También la potencia es ya un ser, pero un ser incompleto, una pura posibilidad que no puede existir por si misma, sino que aguarda a su realización. El acto es la realización de la potencia y, por ende, su perfección. Todo ser, según Tomás, está encuadrado entre la pura potencia y Dios como acto puro, y todo acontecer es realización y desrealización de potencias”(FISCHL, 1984, p. 190).

²⁹ Para Santanna (1901, 35), “a existência de Deus é um d’essas verdades primordiais que se impõem naturalmente a todo o espírito capaz de reflexão, como por uma inspiração da natureza racional, cuja intuição e aspiração está sempre orientada para o porquê das coisas”.

³⁰ “Las cinco pruebas de la existencia de Dios: Como sólo por el mundo visible podemos remontarnos al creador invisible, rechaza Tomás el argumento ontológico de Anselmo, con tal decisión que desaparece para siempre de la literatura teológica. Él conoce cinco vias de ascensión a Dios: 1. El movimiento del mundo exige um primer motor inmóvil. 2. Las causas eficientes exigen una causa no causada. 3. La contingencia de las criaturas exige um Dios necesario. 4. Los grados de perfección exigen um ser perfectísimo. 5. El orden, belleza y finalidad del mundo exigen um Dios ordenador” (FISCHL, 1984, p. 191).

hierarquicamente em função da sua finalidade divina. Deus, nesta perspectiva, seria o padrão absoluto de perfeição e a causa da perfeição dos demais seres. Constata-se, desse modo, a existência de diferentes graus de perfeição nos seres.

Resgatando o ideário tomista da Idade Média à luz de tendências intelectuais modernas, a filosofia neotomista considerava o homem como pessoa humana que se completa e se realiza em sociedade. O neotomismo se estruturou, sobretudo, a partir de 1879 por influência do Papa Leão XIII. O neotomismo influenciou o ideário católico nos períodos de 1930/1940 considerando que o homem seria o ente responsável pela reconstrução dos valores morais da sociedade, o que o encaminharia para o bem comum seguindo os princípios da fé católica.

O filósofo francês Jacques Maritain é considerado um dos maiores expoentes da corrente filosófica neotomista. Maritain (apud GALVÃO, 2011) considerava o verdadeiro humanismo como aquele sistema capaz de fazer florescer no âmago do ser humano todas as suas virtudes, que lhes são próprias enquanto filho de Deus. Maritain defendia uma revolução moral que alterasse a consciência social e trouxesse a paz e a justiça social aos homens. Para Maritain, o homem teria livre-arbítrio para construir uma sociedade justa, ou para fazer deste mundo um universo de injustiças.

Para o filósofo francês a educação era o melhor caminho para a libertação do homem. Defendia uma igualdade cristã de oportunidades para o desenvolvimento de todo o potencial humano. Para ele, todos os homens são iguais em essência, mas há a necessidade de que alguns liderem e outros obedeçam. Maritain (1968) percebia a educação através de seu aspecto utilitário de tornar a criança apta a exercer mais tarde um ofício e ganhar sua vida.

Vigneron (2011) destacou que, para Maritain, o humanismo tendia essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente homem, buscando enriquecer-se na sua natureza e história. Nessa perspectiva, o homem constitui-se em criatura e filho de Deus, somente constituindo-se pessoa na medida em que for um espírito livre, sendo reflexo do bem supremo. O humanismo de Maritain (1999) se fundamenta na perfeição cristã do amor entre o homem e Deus. Para Maritain (1999, p. 146), “a nossa tarefa não é de construir por meio dos nossos esforços uma natureza humana perfeita, é sim a de fazer-nos conduzir pela graça a uma vida perfeita e a uma reciprocidade de amor”.

Cabe salientar que o neotomismo, enquanto corrente teológica articulada à romanização da Igreja Católica, que teve franco desenvolvimento na Europa no século XIX, particularmente entre os jesuítas, teve grande influência no pensamento católico sul-rio-grandense, sobretudo pela formação do arcebispo D. Becker.

Os pressupostos citados anteriormente, de certa forma fundamentaram todo ideário católico da Igreja Latina e, sobretudo, da Igreja Católica sul-rio-grandense, que foi implementado por D. João Becker. Outros autores também analisaram o conceito de perfeição e nos auxiliam na compreensão deste conceito fazendo o contraponto de idéias sobre a constituição de um ideal humano que buscava ser a semelhança da perfeição divina.

John Passmore (2004, p. 35), filósofo australiano, destaca que a palavra grega *teleios*, pode ser traduzida como “perfeito”. O vocábulo está etimologicamente relacionado como *telos* (fim, finalidade) – a relação entre perfeição e a consecução de uma finalidade estando, como se fora, inscrita nela. A palavra inglesa “perfect” (perfeito), contudo, deriva ulteriormente, através do inglês medieval, do latim *perficere*, cujas raízes são *facere*, “fazer”, e do prefixo *per*, “por completo, através”. O perfeito, portanto, é etimologicamente definível como aquilo que é “feito por completo”, “completado”.

Para Passmore (2004), a perfeição pode ser entendida a partir de muitas interpretações. Três delas se destacam para o autor: a perfeição técnica, a perfeição obedecente e a perfeição teleológica. A primeira delas se constitui num conceito bastante genérico (e, por isso, desprovida de qualquer conotação moral), baseando-se no talento, na destreza ou na competência para um determinado ofício, cargo ou trabalho. A segunda significação se refere à obediência a Deus e seu projeto para o homem. Englobando a perfeição técnica, este segundo tipo está relacionado à vocação para servir os demais seres humanos. A terceira, por sua vez, estaria relacionada ao princípio de que alguma coisa deve alcançar sua finalidade natural. Aqui se associa o conceito de eudemonia, no qual o ser humano sendo perfectível, movimentar-se-ia para atingir o seu bem-estar, a sua felicidade, sob o comando da razão. Nessa última interpretação, são agregadas as contribuições de São Tomás de Aquino, que analisou a perfectibilidade como possibilidade de concretização das potencialidades humanas.

Cabe salientar que a eudemonia pode ser associada à felicidade ou ao bem supremo na perspectiva de Aristóteles. O filósofo grego estabelece uma espécie de classificação de bens e uma hierarquia na sua realização, tomando como critério o fim objetivado. Na perspectiva aristotélica, o homem deve desenvolver suas aptidões para alcançar o seu fim, ou seja, a sua perfeição. Assim, a felicidade/eudemonia só pode ser atingida depois de um longo trajeto, percorrido com esforço constante. São as ações constantes que constituem o homem. A eudemonia seria o objetivo de cada atividade humana. Chegar à perfeição humana seria exercer com sucesso suas funções realizando-se plenamente até a sua mais alta excelência.

O conceito de perfeição nos leva à ideia de um conjunto de qualidades, assim como nos remete a uma total ausência de defeitos. Pode ser também considerado o máximo da

excelência que uma coisa possa alcançar. Associa-se à qualidade do que é perfectível, suscetível de perfeição ou de aperfeiçoamento. Mora (2001, p. 564) nos auxilia a compreender esse conceito quando afirma:

Diz-se de algo que é perfeito quando está “completado” e “acabado”, de tal modo que não lhe falta nada, mas tampouco nada lhe sobra para ser o que é. Nesse sentido, diz-se que algo é perfeito quando é justa e exatamente o que é. Essa ideia de perfeição inclui a ideia de limitação, acabamento e finalidade própria, e é uma das idéias que ressurgem constantemente no pensamento grego. Foi dito, inclusive, que “perfeito”, “terminado”, “classificado” e “helênico” são diversos aspectos de um mesmo e único modo de ser segundo o qual tudo o que não é limitado e, por assim dizer, “fechado em si mesmo” é imperfeito. Se o perfeito é o que acabamos de dizer, será também o melhor de seu gênero, pois nada haverá que possa superá-lo; toda mudança no perfeito introduzirá nele alguma imperfeição.

Para os gregos, a perfeição associa-se à arte, ao que é belo e, para isso, requer características como equilíbrio, proporção e harmonia.

A ideia de perfeição teve considerável importância em toda a história do pensamento ocidental, sobretudo a partir do cristianismo, isto é, quando Deus foi concebido como o modelo da perfeição, se não a própria perfeição [...] O perfectus é concebido também como completus. [...] Dois tipos de perfeição são claramente distintos entre si: a perfeição absoluta, segundo a qual o que é declarado perfeito o é de um modo completo, e a perfeição relativa, que só é perfeição a respeito de algo que é absolutamente perfeito ou perfeito em si. Só Deus pode ser considerado perfeição absoluta; tudo o mais tem (se tiver) uma perfeição relativa. Além disso, distinguiu-se entre diversas formas de perfeição de acordo com aquilo a cujo respeito se diz que algo é perfeito (MORA, 2001, p. 565).

Entre aquilo que é perfeito e o que é imperfeito teremos muitas interpretações, dependendo dos autores que nos utilizarmos. Mora (2001) se utiliza das concepções de Passmore no que tange ao que chama de “modos de perfeição”. Mora destaca no pensamento do filósofo australiano oito modos de entender que o homem é perfectível, a saber:

(1) há alguma tarefa na qual todos e cada um dos homens podem aperfeiçoar-se tecnicamente; (2) o homem é capaz de subordinar-se completamente à vontade de Deus; (3) pode alcançar o seu fim natural; (4) pode encontrar-se inteiramente livre de defeito moral; (5) pode fazer de si mesmo um ser metafisicamente perfeito; (6) pode fazer de si mesmo um ser harmonioso e ordenado; (7) pode viver à maneira de um ser humano idealmente perfeito; (8) pode chegar a ser como Deus (MORA, 2001, p. 566).

Dent (1996, p. 180) ao utilizar-se do pensamento de Rousseau, associa-se a essa ideia quando afirma: “os seres humanos possuem duas faculdades que os distinguem definitivamente dos animais. Uma delas é o livre-arbítrio; a outra é a faculdade de aperfeiçoamento pessoal, a que ele chama de perfectibilidade”. Para Dent (1996), a nossa

perfectibilidade é a fonte de nossas virtudes e vícios. A perfectibilidade pode abrir o caminho para o vício e o erro, mas sem ela tampouco pode haver virtude ou sabedoria.

Para o pensamento católico, de acordo com o professor Jaime Giolo (1997, p. 159),

Há, portanto, uma hierarquia entre os seres, que vai da perfeição espiritual à imperfeição material. Nessa gradação de essências, o homem ocupa o lugar intermediário porque participa igualmente da dimensão espiritual e da dimensão material. Trata-se de uma posição fundamentalmente paradoxal, porque, enquanto espírito, o homem ingressa na esfera da razão, da liberdade e da moralidade, sendo, por conta disso, participante da obra criadora de Deus; mas nessa condição, por seu arbítrio, o homem pode também orientar sua ação para o mal e fazer tudo ao contrário do plano divino. Aliás, na concepção cristã, a porta que conduz ao pecado é sempre mais larga do que a porta que se abre à virtude, por isso a insistência para que as pessoas se submetam, sem contestação (fielmente), à vontade de Deus e à vontade de seus representantes na terra.

Após a análise destes autores, percebemos que a perfeição pode ser concebida através de diferentes perspectivas; porém, o que se assemelha entre os diferentes autores e que embasa a concepção católica de perfeição é que o homem na sua busca incessante pela perfeição procura chegar mais próximo de Deus, que é tido como a perfeição absoluta.

Alves (2011, p. 2) destacou que para Nicolau de Cusa³¹,

Deus é o Ser, a perfeição das perfeições, algo cuja grandeza não poderá nunca ser ultrapassada. Deus é o infinito. O que é finito não pode aceder ao infinito. Quando sei que não conheço Deus, quando sei que não sei quem é Deus, estou em contacto com o fundamento do meu conhecimento.

Para Nicolau de Cusa (1998), Deus é a própria sumidade de toda a perfeição. É Deus a razão absoluta de todas as razões formáveis. Nessa perspectiva, Deus representa aquilo que está pronto, acabado. Cabe salientar que a possibilidade de aperfeiçoamento é uma faculdade essencialmente humana.

Tambara (1995) observa que o perfil ideológico da Igreja Católica no início do século apresentou-se composto fundamentalmente pela justaposição de duas cosmovisões: a ideia de cristandade e a ideia de sociedade perfeita. A ideia de cristandade “baseava-se em concepção oriunda da Idade Média, cuja proposta principal era a integração entre Igreja e Estado” (TAMBARA, 1995, p. 413). Já a ideia de sociedade perfeita “originou-se, fundamentalmente, a partir do Concílio de Trento (1545-1563) e concebia a instituição Igreja perfeita em si mesma, sem uma vinculação necessária com o Estado” (TAMBARA, 1995, p. 414).

Na perspectiva católica, D. João Becker enfatizava

³¹ Nicolau de Cusa foi cardeal, teólogo e filósofo alemão que teve influências do misticismo alemão, do platonismo e neoplatonismo e, sobretudo, de Santo Agostinho.

A religião revelada nos instrúe, plena e verazmente, sobre a vida moral, as boas e más qualidades e tendências do homem, especialmente enquanto as disposições humanas são capazes de melhoria e de perfeição. Uma boa organização social, que torne ordeiro e tranquilo o consorcio humano, deve, necessariamente, acomodar-se às qualidades dos próprios cidadãos, sem pretender heroísmos, mas tomando em conta as forças e energias morais que neles existem (BECKER, 1935, p. 14-15).

Para o arcebispo, a religião católica

[...] oferece aos homens os motivos mais eficazes para o cumprimento de todos os deveres. Quem conhece a fraqueza humana, deve convencer-se de que nenhuma razão, afora daquelas que a religião ensina, será suficiente para levar a totalidade dos homens ao exato e constante cumprimento dos deveres que tem para com os outros. (BECKER, 1935, p. 15)

Para D. Becker era necessário que a sociedade humana se desenvolvesse e progredisse em todos os seus âmbitos, mas era também imprescindível que as causas da desordem social fossem conhecidas para que pudessem ser aplicados os “remédios” eficientes.

Portanto, a sociedade humana somente se poderá curar, voltando á vida e ás instituições cristãs. Só estas podem dar remédio eficaz á demasiada solicitude das cousas caducas; só elas podem fazer que os homens, fascinados pelos bens deste mundo transitório, desviem deles os olhos e os levatem ao céu. (BECKER, 1935, p.18)

Dessa forma, o ideal cristão delineava-se nos documentos eclesiásticos. Um exemplo disso aparece na Bula “Ad oves dominicas” do Papa Pio IX. Na referida Bula é criado o bispado do Rio Grande do Sul. No excerto abaixo, Rubert nos oferece a tradução da Bula em que é possível entender um pouco as representações do Papa sobre a sociedade perfeita de homens igualmente perfeitos.

Pio Bispo, Servo dos Servos de Deus, para eterna memória. É geralmente sabido que nada contribue tanto para que as Ovelhas do Senhor sejam bem apascentadas, como o aumentar-se o número de pastores, os quais, segundo os exemplos de Cristo, príncipe dos pastores, vestindo as suas entranhas, sem transgredir no mínimo ponto os deveres que lhes são prescritos, as desviem dos pastos nocivos e façam entrar nos saudáveis; curem as enfermas, tratem bem as sãs; livrem-nas das insídias dos lobos, arrebatando-as das garras destes, se nelas por acaso caírem; e estejam sempre prontos, com ânimo forte e de bom grado, a dar a vida pela conservação do seu rebanho (...) manter-se os bons costumes, corrigir-se os depravados e se inflamaria admiravelmente o ânimo do povo com os exemplos a exortações dos Bispos para a manutenção da Religião, da paz e da inocência (RUBERT, 1998, p. 297).

D. João Becker contribui com essa idéia afirmando que

Em Deus se acha a razão de todas as cousas e a explicação de todos os enigmas. O primeiro postulado da ordem social cristã é a existência de um Ser Supremo, de um Deus pessoal, perfeitíssimo em sua essência, substancialmente distinto do universo, princípio de todos os seres por livre criação, conservador de quanto existe pela ação sustentadora do seu infinito poder, governador do mundo pela sua sabedoria inefável, e juiz máximo da humanidade. (...) o homem procede de Deus por livre criação. É composto de corpo material e de alma espiritual. Seu destino não se resume na vida terrena mas alcança seu fim completo na eternidade. Sua alma não se aniquila com a dissolução do corpo, não morre, mas é imortal. (...) Jesus Cristo é a segunda pessoa da Santíssima Trindade, o Filho de Deus feito homem. Morreu sobre a cruz para resgatar o gênero humano do pecado. Instituiu sua Igreja, sociedade perfeita, para conduzir a humanidade pelo caminho da fé e da virtude, através de todos os séculos, á bemaventurança eterna (BECKER, 1935, p. 19-20).

Nessa perspectiva, D. Becker (1935) defende o destino do homem como sendo uma busca pela perfeição da parte mais alta e divina do seu ser, de suas mais nobres e excelentes faculdades, o que o levaria ao conhecimento da verdade, à posse do bem, numa união íntima com Deus pela visão e pelo amor.

Frente a isso, podemos salientar que a Igreja se engajava em vários movimentos na década de 1930, visando apresentar-se como a instituição essencial para combater os males que afligiam a sociedade e a única apta a orientar o caminho “ideal” aos homens (TONINI, 2003, p. 39).

Nesse sentido, o arcebispo afirmava que

Toda a estrutura da sociedade civil, os direitos e os deveres dos homens, a constituição da família, a organização social, as instituições publicas, em suma: a civilização humana de vinte séculos baseia-se nos preceitos e ensinamentos do cristianismo e não pode subsistir em outro fundamento. A destruição desses alicerces tem como consequência lógica o desmoronamento fatal e a ruína fragorosa da civilização ocidental. (BECKER, 1935, p. 06)

Para manter tais alicerces exigia-se dos católicos³² o sacrifício pela religião, pela pátria e pela família. O homem é naturalmente social, sendo por isso forçado a viver em sociedade

³² Cabe destacar que no ano de 1917, “a revista *O Echo* publicou 16 mandamentos para um bom brasileiro, onde estava expressa, com clareza, a contribuição que a Igreja estava dando ao poder republicano brasileiro e gaúcho e também as reivindicações que fazia para si. O texto é o seguinte: “1- O bom brasileiro sacrifica-se pela religião, pela pátria e pela família; 2- Exerce a máxima honestidade na função pública e é todo virtudes e carinhoso no lar; 3- Presta-se de bom grado a ser soldado, eleitor, jurado e contribuinte; 4- Descobre-se perante os símbolos da pátria, a bandeira, o hino e o chefe do Estado; 5- Respeita as leis e as autoridades; 6- Consagra as glórias e as datas nacionais; 7- Divulga a instrução e a verdade; 8- Ajuda a manter a ordem e a moral; 9- Trabalha e economiza para a prosperidade sua e da pátria; 10- Protege tudo que seja brasileiro; 11- É hospitaleiro para com os estrangeiros e respeita-lhes as crenças; 12- Exige uma justiça severa e não pede ao Estado interesses propriamente pessoais; 13- É católico, apostólico romano; 14- Acompanha o progresso das outras nações; 15- Mantém o culto da honra política e pessoal; 16- Ouve com a

com os outros homens. De acordo com Padovani e Castagnola (1962), a primeira forma de sociedade humana é a família, de que depende a conservação do gênero humano; a segunda forma é o Estado, de que depende o bem comum dos indivíduos. Embora o Estado seja completo em seu gênero, fica, porém, subordinado em tudo quanto diz respeito à religião e à moral. A terceira forma é a Igreja, que tem como finalidade o bem eterno das almas.

Dessa forma, a constituição humana somente se daria de forma profícua na medida em que a busca pela perfeição (eterna busca para chegar mais perto de Deus) se tornasse algo inabalável. Ou seja, a perfectibilidade se tornasse uma constante na vida dos católicos. Nesse sentido, a educação se configura em um elo que vai unir a formação de um homem e de um sacerdote ideais constituindo igualmente uma “sociedade ideal”.

3.2 Três categorias: a educação, o homem e o sacerdote

Para compreender o ideal de homem e de sociedade perfeitos na concepção católica do arcebispo D. João Becker foram eleitas três categorias básicas: *a educação, o homem e o sacerdote*.

A *educação*, como fenômeno cultural, constitui-se numa “ação que as gerações mais velhas exercem sobre as mais novas no sentido de fazer com que estas assumam uma conduta julgada desejável” (ANTUNES, 2001, p. 107). Em outras palavras, seriam “todas as ações e influências destinadas a desenvolver e cultivar habilidades mentais, perícias, conhecimentos, atitudes e comportamentos, de tal forma que a personalidade do indivíduo possa se desenvolver o mais extensamente possível e ser de valor positivo para a sociedade onde vive” (ANTUNES, 2001, p. 107).

Como conceito teologicamente relevante, a educação, de acordo com Eicher (1993), associa-se com qualitativos como “religiosa”, “na fé”, “cristã”, entre outros. Para o autor a pedagogia religiosa deve ser entendida como teoria da educação e formação religiosa nos campos do agir social e eclesial, sobretudo, na família, na escola e na comunidade. Nesse sentido, a educação reflete não somente os processos pedagógico-didáticos da realização da vida eclesial-cristã, mas se preocupa também em demonstrar a proeminência da religião para toda a realidade. Eicher (1993) destaca que a educação e a formação têm o dever de trazer à consciência e desenvolver o ser que foi concedido, na graça, por Deus. Desse modo, o critério para a escolha de conteúdos e práticas em particular é que levam o homem a crescer em

maior obediência as autoridades da Igreja e cumpre restritamente os mandamentos da lei de Deus” (GIOLO, 1997, p. 296-297).

direção aos princípios de Cristo. Nessa concepção, sobretudo, agostiniana, a idéia da perdição nata da natureza infantil leva-o a ser favorável à repressão das inclinações más da criança, e com dureza em caso de necessidade. Dessa forma, a significação necessária e a finalidade salvífica da educação, cuja base seria a fé, fez com que a Igreja tornasse determinante o âmbito educacional tanto na Idade Média como nos tempos modernos.

O *homem* na perspectiva católica faz parte do paradoxo bíblico, ou seja, o homem foi criado à imagem de Deus, mas ao mesmo tempo não deve ser feita nenhuma imagem de Deus, o que atentaria contra o seu Nome. Eicher (1993) destaca que o homem seria o administrador de Deus na terra - ele deveria guardar todas as co-criaturas a ele subordinadas e cuidar do futuro da vida humana. Desse modo,

Quando se chama o homem de imagem de Deus, expressa-se antes uma relação: o homem exerce neste mundo papel análogo ao que Deus exerce para com toda a criação, análogo, pois que as limitações impõem-se por si: em primeiro lugar, o homem é criatura e não possui o poder do Criador; em segundo lugar, o homem não dispõe do poder de decidir por seu próprio talante e precisamente no seu ser-imagem é diferenciado e plural (EICHER, 1993, p. 362).

Já o *sacerdote*, representante de Cristo, vai ser, dentre os homens, o escolhido por dom ou vocação para a defesa da fé católica no espaço terreno. Eicher (1993) nos auxilia a compreender o conceito de sacerdote como sinônimo de “sacrifício”, de “culto”, conceitos que reportam a um fenômeno de tradição religiosa que remonta aos tempos mais primitivos da humanidade, mas que se tornou estranho à moderna cultura ocidental (científico-técnico-industrial). O autor observa uma ruptura de tradição entre uma “cultura e forma de pensar arcaicas” - em que a religião e o seu representante típico, o “sacerdote”, ocupavam posto considerado evidente - e uma cultura de corte moderno, secularizada e laica, que tornou impossível o trato irreflexivo com os conceitos sacrais.

Além de associar-se ao termo sacrifício, é importante se ressaltar que o sacerdote é também sinônimo do vocábulo grego *presbyteros*, do qual deriva o termo “padre”, significando simplesmente “o mais velho”, e indica um “conselho de anciãos” que nos tempos mais primitivos presidiam as comunidades cristãs das origens.

Nessa concepção, sacerdotes são homens e mulheres que em razão de capacidades especiais, que teriam recebido por dote natural (vocação) ou por missão especial (consagração), confia-se a tarefa de manter intata e regular a relação com a divindade ou com as forças celestes.

São ainda

[...] os especialistas que dispõem do necessário saber e das forças correspondentes (a “autoridade”) que se requerem para o trato com o âmbito do sacral (“santo”). Sua tarefa consiste em oferecer sacrifícios e cuidar de modo geral do bom andamento dos ritos religiosos. São responsáveis, ao lado do rei ou em união pessoal com ele (o rei também é “figura sacral”), pelo bem geral da comunidade (por exemplo, da tribo) ou do Estado (*salus rei publicae*), pela colheita e pela economia, como também pela guerra e pela paz. À sua alta tarefa correspondem determinados privilégios como também rigorosas obrigações (pureza, cultural, impedimentos de casamento, código de comportamento). Comumente o sacerdócio encontra-se firmemente vinculado à eventual entidade social e é plenamente co-responsável pela “salvação” do Estado e da sociedade (EICHER, 1993, p. 610).

Manter e garantir a harmonia e a concórdia entre o céu e a terra se configura na grande tarefa dos sacerdotes. Além disso, organizam os ritos através da normalização de regras fixas já estabelecidas; quando feridas tais normas, é função do sacerdote reestabelecê-las. Como guia e representante de Cristo, cabe ao sacerdote orientar o chamado povo sacerdotal de Deus.

Partindo desses pressupostos, na sequência são feitas as análises destas três categorias a partir das concepções trazidas na Revistas Unitas, o que nos permite entender a perspectiva católica de D. João Becker.

3.2.1 O conceito de educação para a Revista Unitas

A educação é um ato de amor importante para as famílias e para sociedade.³³

A educação representou para a doutrina católica uma possibilidade, assim como um limite para se alcançar o ideal de homem e de sociedade perfeitos. Nos mais distintos periódicos e, principalmente, na Revista Unitas a educação se apresenta como promotora da felicidade humana, seguindo os preceitos da fé católica.

Nesse sentido, apareciam com frequência, textos na revista *Unitas* mostrando a Igreja como organizadora da sociedade humana e reforçando o crucial papel da juventude (TONINI, 2003, p. 42).

A constituição/formação humana estabelecida através da educação se dava num primeiro momento no âmbito familiar, que desde cedo já devia transmitir a mensagem católica ao “ser” em formação. De acordo com Giolo (2008) a Igreja Católica empreendeu

³³ TAMBARA, E. & GHIGGI, G. **A arte de criar bem os filhos na Idade da Puerícia**. (Alexandre Gusmão). Fac-simile. Pelotas: Seiva, 2000, p. 07.

seus esforços para demonstrar que a educação era atribuição da família e das instituições às quais ela delegasse essa função.

Nessa perspectiva, o discurso veiculado na Revista Unitas destacava que

Por isso, ordena a Igreja no Direito Canônico: “Todos os fiéis devem ser educados de tal forma, desde a sua infância, que nada se lhes inculque contrário à religião católica e aos bons costumes, sendo preciso que o primeiro lugar obtenha a formação religiosa e moral”. (...) A educação cristã, diz Pio XI, compreende todo o âmbito da vida humana, sensível e espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social (Revista Unitas, 1941, p. 35-36).

Para Tonini (2003), a preocupação maior da Igreja Católica com os jovens estava justamente por pensar que o futuro estava nas mãos da juventude. Dessa forma, via nos jovens uma possibilidade de restituir o poder que estava sendo perdido por parte da instituição católica. A conduta dos jovens representaria, no futuro, a conduta da sociedade. Por esse motivo, a Igreja sempre ressaltava a importante missão dos jovens perante a sociedade futura.

Fitzpatrick (1958, p. 22) destacou que

Se considera a la educación como el remedio para la desintegración espiritual y económica de nuestra civilización, y el único método capaz de lograr la recuperación y canalización de sus fuerzas. Pero debemos precavernos también de la educación, pues en ella residen las causas de dicha desintegración. Por lo tanto, pudiendo esperar los resultados más diversos, es nuestro deber saber diferenciar entre aquellos tipos de educación que salven nuestra cultura y aquellos que la arruinen.

Também no trecho a seguir, veiculado na Revista Unitas, podemos ver o quanto a Igreja tomava para si a tarefa educadora da sociedade, salvando-a dos perigos de uma “má” educação.

A Igreja tem de exercer a sua tarefa educadora. Não pode abandoná-la, sem que renegue a sua missão divina. Pois, ensinar a doutrina de Cristo a todas as nações e durante todos os séculos, é seu destino supremo. E esses direitos da Igreja não dependem da benevolência ou arbítrio de Estados ou governos. Porque tem sua razão em esferas superiores e tutelam valores dos maiores quilates. (Revista Unitas, 1941, p. 35)

“Sobre o direito de educar” foi o título dado ao texto de D. João publicado na Revista Unitas no ano de 1941. Este mesmo artigo foi publicado anteriormente em “A Nação” de 10 de novembro de 1940. Neste texto o arcebispo aborda os fatores que deviam, harmonicamente, colaborar para a constituição de uma educação perfeita desde a infância. Para ele, desde a tenra idade, família, Igreja e Estado deviam se articular de modo a formar os

jovens. O direito de educar caberia em primeiro lugar aos pais - estes teriam o direito de dirigir a educação e a formação intelectual e religiosa dos seus filhos. Tendo em vista que,

Os filhos, quando vem ao mundo, continuam a viver, durante muito tempo, em tais condições de fraqueza e indigência, moral e física, que necessitam dos cuidados especiais de uma prolongada e zelosa educação, para que possam chegar ao seu completo e desejado desenvolvimento (Revista Unitas, 1941, p. 34).

Dando vida a um novo ser, cabia aos progenitores dar à sua prole uma boa instrução. D. João observa que o código canônico prevê que os pais têm obrigação “gravíssima” de cuidar, segundo as suas forças, da educação religiosa e moral, física e civil dos filhos, e também prover o seu bem-estar temporal. Mesmo com essa função a família é uma sociedade limitada, enfatiza D. João. Para o arcebispo, a ação da família, ainda que importante, é insuficiente para o completo desempenho da missão educativa. Por isso Igreja e Estado deviam vir ao seu auxílio para aperfeiçoar e completar a educação.

A Igreja tem como deveres a pregação e o ensino da doutrina quanto à fé e os costumes. Já o Estado, responsável pela promoção do bem comum da coletividade social, deve manter a paz, a segurança pública e intervir na formação cultural e científica dos cidadãos, que, de acordo com D. João, tal formação seria uma das colunas da prosperidade humana. Para o arcebispo, a educação seria a base da felicidade temporal e eterna do indivíduo, isto é, o mais poderoso fator da vida e prosperidade dos povos, esperança e força da Igreja Católica.

A conjuntura favoreceu enormemente as pretensões da Igreja, que encontrou um ambiente receptivo à sua ação junto a uma população que se ufanava de ser católica apostólica romana, sobretudo, na região de imigração. Também da parte do governo – não obstante as influências do positivismo - houve essa receptividade, uma vez que garantiu à Igreja, constitucionalmente, um espaço à expansão de suas ações educacionais nas entidades privadas. Giolo (1997) nos auxilia a compreender essa perspectiva católica quando afirma que a Igreja também participava da concepção de que a escola seria o instrumento mais apropriado à edificação, tanto da personalidade dos indivíduos, como do caráter das relações e das instituições sociais.

Como condutora da humanidade, a Igreja ditava diretrizes com relação à educação que eram extremamente coercitivas. Dallabrida (1999) ressaltou que a educação católica, segundo D. Becker, deveria desenvolver nos alunos hábitos morais que concorressem para o bem estar social e visassem a verdade, a graça e a salvação, e criasse uma dimensão sobrenatural que a

diferenciasse das outras e lhe desse eficácia na formação dos indivíduos. D. Becker refutava a filosofia que pregava que “a sociedade corrompe o homem”, recolocando a indelével marca do pecado original e a necessidade de corrigir o ser humano a partir da moral católica.

Para D. Becker a missão do mestre cristão seria restabelecer a verdade e, para isso, utilizar-se-ia do ensino da história na obra da educação em combate aos “inimigos” da Igreja.

A missão do mestre christão, no domínio da Historia, depreheende-se facilmente. Não lhe cabe, apenas, a responsabilidade de restabelecer a verdade. É mister que tire, desse ensino que offerece tão preciosos recursos ao zelo apostólico, todos os recursos possíveis para a defeza da fé e da virtude no espírito das crianças (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 11, Jan. 1922).

Ensinar a “verdade” (e essa verdade em defesa do catolicismo) era a principal função da educação. Educação esta que seria um instrumento de disseminação da “verdade” católica para a sociedade, enfatizando a importância da Igreja para a constituição humana. Por isso, a instrução de D. Becker:

O catechista deve ensinar as verdades, mas de modo que as verdades ensinadas não fiquem só na memória e na intelligência, mas que passem para a vontade e para a vida, e tornem-se lei e norma das acções. O cura tem que continuar e completar a obra do catechista, pela educação paciente e constante, por meio da instrucção e praxe, habituando as creanças á oração, á participação dos actos religiosos (assistência á missa, etc.), á recepção dos ss. Sacramentos e sobretudo, preservando-as das influencias prejudiciais de fora e premunindo-as contra os perigos de dentro! Pois, também depois do baptismo, ainda fica em todos a concupiscência e póde chegar o dia, em que, mesmo numa creança bem educada, esta se desenvolva num fogo que destróe todas as boas disposições, caso falte a cura e direcção. O problema do esclarecimento sexual, tão ventilado em nossos dias, não tinha razão de ser no povo catholico que aproveitava a direcção espiritual na recepção dos Sacramentos! (Revista Unitas. Porto Alegre, p.94, Abr. 1922).

Seguindo essa prerrogativa, o ensino das “verdades” do catolicismo seria o antídoto eficiente para a salvação da humanidade “doente” nas suas diferentes gerações. Assim,

Se tudo estivesse normal na sociedade, as obras não teriam tanta importância. O sentimento religioso seria sufficiente para preservar do mal as crianças, e para conduzir-as ao pé dos altares; por outra, a família ultimaria o trabalho educativo empreendido na escola. Mas precisamente, hoje, na sociedade, tudo está anormal; os paes não se importam com os filhos, a atmosphaera mundana é inteiramente pagã, as ciladas armadas contra os jovens multiplicam-se a tal ponto que todos os fructos da educação religiosa serão perdidos se os mestres christãos não empregarem os meios de os preservar. Assim como nas enchentes se recorre a todos os expedientes para tirar do perigo as vidas ameaçadas, cabe aos educacionistas religiosos tudo imaginar para conservarem as almas que lhes são confiadas, e que as águas revoltas do mundo ameçam subverter (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 200, Jun/Jul.1922).

Como salvação ou remédio, o catolicismo impunha-se nos diferentes contextos históricos, mantendo sua hierarquia, reestruturando suas bases, seguindo os ditames de Roma. Santo Agostinho, em muitos momentos é tomado como mestre, no sentido de amparar e, até mesmo, justificar a fé católica.

Á visto d'isto o grande e genial S. Agostinho – de cuja morte estamos para celebrar o décimo quinto centenário – prorompia, cheio de santo affecto por tal Mãe, nestas expressões: “Ó Igreja Catholica, Mãe verissima dos Christãos, vós com razão pregais, não só que se deve honrar puríssima e castissimamente o próprio Deus, cuja consecução é vida felicíssima, mas também de tal modo exerceis o vosso amor e caridade para com o próximo que, junto de vós, se encontra poderosamente efficaz, todo o remédio para os muitos males de que por causa dos peccados soffrem as almas. Vós adextraes e ensinaes, com simplicidade as creanças, com fortaleza os jovens, com delicadeza os velhos, segundo as necessidades do corpo e do espírito. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 104, Mar/Abr. 1930)

A Igreja como salvadora da humanidade se utilizava de toda uma organização que a tornava importante para o contexto histórico em que se via inserida. De acordo com Eicher (1993), sociologicamente pode-se considerar a Igreja como forma organizada autônoma de uma comunidade religiosa (regularmente, cristã). Para o autor, as ciências sociais estão, contemporaneamente, em condições de demonstrar que nenhuma comunidade consegue continuidade sem um modelo relativamente estável de papéis, tarefas, atividades comuns. Mas as comunidades estáveis só tomam sentido na medida em que a liberdade do indivíduo se concretiza dentro delas.

Para Eicher (1993, p. 380), a “Igreja é qualitativamente mais do que as suas instituições. Tornam, contudo, possível que o Evangelho seja ouvido; vinculam os grupos, em que acontece Igreja, acima dos espaços e tempos; criam, portanto, o espaço social objetivo onde a Igreja se realiza”. O autor ressalta ainda que

Formaram-se na Igreja desde os seus primórdios padrões básicos de ação: a pregação e a doutrina, a liturgia, o batismo e a eucaristia. Uma variedade de funções em princípio apreciadas (carismas) foram se desenvolvendo. O trio ministério cânon da Escritura, regra de fé adquire importância excepcional para os tempos posteriores. Definições de fé, doutrinas de fé e normas de comportamento, uma rede cada vez mais cerrada de fatores litúrgicos, teológicos, jurídicos, econômicos configuram a Igreja que já na Antiguidade torna-se grande organização. Por isso, a questão da figura institucional da Igreja sempre esteve vinculada à questão da sua contínua reforma. De outra maneira, estas instituições sucumbem à sua própria e necessária ambivalência (EICHER, 1993, p. 380).

Na Carta Encíclica sobre a educação cristã da juventude, o Papa Pio XI estabeleceu as sociedades necessárias para a efetivação da formação humana, ressaltando a importância da tarefa da instituição Igreja. De modo geral,

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quaes nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 70-71, Mar/Abr. 1930)

A família apresenta como função primordial a procriação e a educação da prole, contudo, é vista pela Igreja como uma sociedade imperfeita por abranger apenas o domínio temporal. A sociedade civil, do mesmo modo, é considerada imperfeita na sua função temporal, justamente, por não envolver o âmbito espiritual – campo destinado à Igreja Católica, razão pela qual se institui a sua perfeição ao chegar mais próxima de Deus.

Como instituição perfeita, a Igreja proclama-se *santa*, *católica*, *apostólica* e *una*. Eicher (1993, p. 380) auxilia nesta compreensão ao explicar que a Igreja chama-se *santa* por se considerar chamada por Deus para divulgar a fé no campo temporal. Diz-se *católica*, pela convicção de que se encontra presente em toda parte onde Jesus Cristo é confessado na fé. A catolicidade requer universalidade tanto para os povos quanto para as classes sociais. É dita *apostólica* porque se estabelece sobre a fé dos apóstolos e à memória de Cristo. É também *una*, enquanto consegue realizar na sua existência a reconciliação oferecida no Espírito. Para Eicher (1993) não se trata de unidade que se possa impor institucionalmente, nem de afirmação (disfarçante) de mera unidade espiritual, mas se trata do começo da paz dentro da Igreja. O fato de as Igrejas estarem institucionalmente dilaceradas contradiz o princípio da catolicidade, que teria que mediar entre a liberdade da comunidade local e a inserção e referência à comunidade universal.

À Igreja, de modo sobreeminente, foi dada a missão e autoridade suprema do magistério pelo “divino fundador”.

“Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Ide pois, ensinae todos os povos, baptizando-os em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo: ensinando-os a observar tudo o que vos mandei. E eu estarei convosco até á consummação dos séculos”. (Matth., XXVIII, 18-20). A este magistério foi conferida por Christo a infallibilidade juntamente com o preceito de ensinar a sua doutrina; assim a Igreja “foi constituída pelo seu Divino Autor columna e fundamento da verdade, afim de que ensine aos homens a fé divina cujo deposito lhe foi confiado para que o guarde integro e inviolável, e dirija e prepare os homens, as suas associações e acções em ordem á honestidade de costumes, integridade de vida, segunda a norma da doutrina revelada”. (Pius IX, Ep. Quum non sine, 14 jul. 1864) (Unitas. Porto Alegre, p. 71-72, Mar/Abr. 1930)

À Igreja Católica também coube o papel da maternidade sobrenatural. Considerando-se esposa imaculada de Cristo, ela gera, nutre e educa as almas na vida divina, através de seus

sacramentos e seu ensino. “Não terá Deus como Pae quem se tiver recusado a ter a Igreja como Mãe” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 72, Mar/Abr. 1930).

Tendo em vista a sua “superioridade” espiritual em relação às outras instituições temporais, a Igreja se diz independente de qualquer autoridade terrena, tanto na origem como no exercício da sua missão educativa³⁴.

Por isso em relação a qualquer outra disciplina, e ensino humano, que considerado em si é patrimônio de todos, indivíduos e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar delle, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrario á educação christã. E isto, já porque a Igreja, como sociedade perfeita, tem direito aos meios para seu fim, já porque todo o ensino, como toda a acção humana, tem necessaria relação de independência do fim ultimo do homem, e por isso não pode subtrair-se ás normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, interprete e mestra infallivel. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 72, Mar/Abr. 1930)

A família, como primeiro espaço de socialização, aliada da Igreja ao educar a sua prole, precisava orientar religiosa e moralmente as novas gerações. Outra preocupação estava relacionada ao ambiente da educação. Por conseguinte,

Para obter uma educação perfeita é de summa importância cuidar em que as condições de tudo o que rodeia o educando, no período da sua formação, isto é, o complexo de todas as circunstancias que costumam denominar-se “ambiente”, corresponda bem ao fim em vista (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 91, Mar/Abr. 1930).

A família como ambiente natural e necessário à educação, para ser eficaz em sua tarefa educativa, precisa estar bem ordenada e disciplinada de acordo com os preceitos cristãos. Já o ambiente educativo da Igreja abarcava tanto os sacramentos e os ritos, quanto a linguagem da liturgia e da arte. A escola - concebida como espaço complementar da família - e a Igreja deviam se harmonizar e convergir com fins aos ensinamentos dos princípios cristãos.

O princípio da autoridade, tão defendido pelo arcebispo D. Becker ao longo de sua atuação, novamente se repete aqui.

³⁴ Buscando “salvar” as almas, a Igreja fundou e manteve escolas e instituições próprias abrangendo todos os gêneros de disciplinas e todos os graus de cultura. A Igreja Católica foi responsável por uma “grande multiplicidade e variedade de escolas, associações e todo o gênero de instituições tendentes a formar a juventude na piedade religiosa, juntamente com o estudo das letras e das sciencias e com a mesma recreação e cultura physica. E nesta inexaurível fecundidade de obras educativas, como é admirável, ao mesmo tempo que insuperável, a providencia maternal da Igreja, admirável é a harmonia acima indicada, que ella sabe manter com família christã, a ponto de poder dizer-se com verdade, que a Igreja e a família constituem um único templo de educação christã”(Revista Unitas. Porto Alegre, p. 93-94, Mar/Abr. 1930).

Cuidem por isso os Paes e com elles todos os educadores, de usar rectamente da autoridade a elles dada por Deus, de Quem são verdadeiramente vigários, não para a vantagem própria, mas para a recta educação dos filhos no santo e filial “temor de Deus, principio da sabedoria” sobre o qual se funda exclusiva e solidamente o respeito á autoridade, sem o qual não pode subsistir nem ordem, nem tranqüillidade, nem bem-estar algum na família e na sociedade (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 93, Mar/Abr. 1930).

Nesta perspectiva católica, considerava-se que

As boas escolas são fructo, não tanto dos bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que, egregiamente preparados e instruídos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das qualidades intellectuaes e moraes exigidas pelo seu importantíssimo officio, se abraçam dum amor puro e divino para com os jovens que lhe foram confiados, precisamente porque amam Jesus Christo e a sua Igreja de quem elles são filhos predilectos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das famílias e da sua Patria. É por isso que nos enche a alma de consolação e de gratidão para com a Bondade Divina o ver como juntamente com os religiosos e religiosas que se dedicam ao ensino, tão grande numero de taes bons mestres e mestras (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 98-99, Mar/Abr. 1930).

“Bons” educadores contribuiriam à formação do verdadeiro e perfeito cristão. Tal tarefa se estende por toda a vida humana, visando permanentemente o aperfeiçoamento do homem em direção a Cristo. O “verdadeiro e perfeito cristão” na sua nobreza de caráter e conveniência na sociedade

[...] em vez de renunciar ás obras da vida terrena ou diminuir as suas faculdades naturaes, antes as desenvolve e aperfeiçoa, coordenando-as com a vida sobrenatural, de modo a ennobrecer a mesma vida natural, e a procurar-lhe utilidade mais efficaz, não só de ordem espiritual e eterna, mas material e temporal (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 102, Mar/Abr. 1930).

A educação cristã era considerada superior a qualquer método pedagógico moderno. Qualquer método que não estivesse de acordo com a moral cristã era avaliado como imperfeito e prejudicial ao homem. A educação cristã dos jovens, iniciada ainda no seio materno com o auxílio da Igreja, era complementada no âmbito escolar. Dessa forma era

[...] com certeza uma questão eminentemente religiosa e moral a educação das almas juvenis numa atmosfera saturada de indiferentismo, de liberalismo agnóstico e ateu ou de sentimentos cristãos. A escola por sua essência e finalidade não apenas deve ministrar mecanicamente um certo cabedal de conhecimentos, mas precisa tomar parte saliente na formação da personalidade do aluno, do seu caráter, pelo que ela apresenta, segundo a sua íntima natureza, um aspecto cívico e estatal e outro moral e religioso (22ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: Revista Unitas. Porto Alegre, p. 303, Ago/Set. 1932).

A educação para o arcebispo D. Becker devia ser tanto moral quanto religiosa. *Moral* no sentido de formar os jovens a partir de princípios firmes e justos e, *religiosa*, uma vez que “os princípios não tiram sua perfeita certeza e plena segurança senão da religião. Com efeito, a educação requer uma reta formação da vontade; mas a forma da retidão é a própria moralidade, que é ligada à religião como ao seu fundamento” (23ª Carta Pastoral de D. João Becker. *In: Unitas*. Porto Alegre, p. 368, Nov. 1933).

O cuidado da Igreja Católica para com os jovens não foi de maneira alguma impensado. Configurou-se muito mais em uma estratégia do que, propriamente, um serviço prestado à sociedade. D. João Becker destacava que

(...) como o futuro se acha nas mãos dos jovens, especialmente dos jovens estudiosos, a estes se deverá consagrar os maiores cuidados, para neles suscitar, mediante adequada instrução, firmes convicções e entusiasmos pelas grandes e santas causas da Igreja, os quais, entretanto, serão para eles proteção e salvação no fervor das paixões juvenis, e assegurarão à Ação Católica ótimos dirigentes e soldados para as conquistas futuras. Não sómente nas universidades e escolas públicas secundárias, devem existir centros de Ação Católica, mas eles devem também multiplicar-se nos colégios e casas de educação, onde é preciso que os jovens sejam instruídos, encaminhados e preparados para a Ação Católica, tendo-se em vista sua futura participação nas organizações da mesma, o que será também um belo aperfeiçoamento de sua educação cristã (24ª Carta Pastoral de D. João Becker. *In: Revista Unitas*. Porto Alegre, p. 319, Ago/Out. 1934).

Dessa maneira, a preocupação com a formação humana esteve atrelada à necessidade de manter o ideário católico através das diferentes gerações. Na sequência, ao analisar a constituição do homem, podemos compreender como esta rica formação com bases católicas poderia não só capacitar o homem para o desenvolvimento de suas atividades e para a convivência em sociedade, mas também difundir os valores católicos.

3.2.2 A constituição do homem na Revista Unitas

A antropologia é definida como a ciência que estuda o homem e seus trabalhos. Apesar de ser uma ciência jovem, sabemos, contudo, que a busca pela compreensão do conceito de homem não é algo novo. Historicamente muitos autores debruçaram-se no estudo deste conceito.

De acordo com Linton (2000) o homem deve seu predomínio atual tanto a seu equipamento mental superior, quanto às suas idéias, hábitos e técnicas que lhe foram transmitidos pelos ancestrais. Ao nascer numa sociedade qualquer, toda criança descobre que a maioria de seus problemas já foram enfrentados por aqueles que a antecederam. Nessa

perspectiva, o acúmulo e a transmissão de idéias e hábitos são, freqüentemente, apresentados como atributos essencialmente humanos. A toda essa herança social dá-se o nome de cultura.

Esta, por sua vez, só chega até o homem através da linguagem, considerada instrumento de comunicação. É graças à linguagem que os homens transmitem sua herança social e podem aproveitar as experiências de gerações anteriores. O homem como produto e produtor da cultura tem a capacidade de aprender e aperfeiçoar o aprendido, o que o distingue das outras espécies. Tal habilidade permite a organização e o ajustamento recíproco do comportamento e das atitudes dos indivíduos em sociedade.

O homem vive num universo simbólico. Cassirer (2005) lembra que a linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo; são os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. O progresso da cultura está baseado nas características simbólicas essenciais da vida humana.

Concordo com Linton (2000, p. 282) quando afirma que “parece que a transmissão da cultura tem, de certo modo, as mesmas qualidades da imposição de ordens religiosas. Sua legítima transferência de indivíduo para indivíduo, ou de geração para geração, só pode ser feita por meio de contatos pessoais”. Cassirer (2005, p. 121) diz que

De todos os fenômenos da cultura humana, o mito e a religião são os mais refratários a uma análise meramente lógica. O mito, à primeira vista, parece ser apenas caos – uma massa disforme de idéias incoerentes. Procurar as “razões” para tais idéias parece fútil e vão. Se existe alguma coisa que seja característica do mito, é o fato de que ele “não tem pé, nem cabeça”. Quanto ao pensamento religioso, não está de modo algum em oposição, necessariamente, ao pensamento racional ou filosófico. [...] Segundo Tomás de Aquino, a verdade religiosa é supranatural e supra-racional; mas não é “irracional” (p. 121).

O catolicismo vai entender a cultura como o

[...] conjunto de esforços e atividades que aperfeiçoam e desenvolvem as diferentes faculdades e forças do homem e bem assim a situação de um povo creada por esse meio. Pode-se dividir em cultura material ou inferior e cultura espiritual ou superior. A cultura material abrange todos os esforços que se dirigem á consecução de bens externos e materiais e que tem por fim a conservação e a melhoria da vida corporal. A esses bens e aperfeiçoamento pertencem a agricultura, a industria, a exploração de minas, a viação, o comercio, a arquitetura e muitos outros ramos das ciências praticas. A cultura espiritual encerra todas as atividades atinentes á vida espiritual, como sejam as artes e as ciências, a moral e a religião. Cultura não se identifica com civilização, mas dela é parte integrante e principal (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 115, Jun/Jul. 1935)

Para o catolicismo, é através da cultura que o homem pode se aperfeiçoar tanto no âmbito material quanto espiritual. Nessa busca pelo aperfeiçoamento, Jesus Cristo está no topo da perfeição, como o grande exemplo a ser seguido. Desse modo,

Não podemos prescindir de Jesus Christo. Em vão tortura-se o espírito para saber como curar a sociedade sem recorrer a religião! Volte a sociedade moderna a Nosso Senhor Jesus Christo. Elle é o rei do mundo e quanto mais real e efficiente for seu reinado em todos os departamentos da sociedade hodierna, com maior razão será elle o baluarte reconhecido e indestructivel das leis, dos costumes privados e públicos. E quanto mais garantidas forem a ordem e a paz, mais se elevará a cultura e maior será o progresso multiforme da nossa terra (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 301, Jul/Ago. 1930).

A tarefa do aperfeiçoamento humano é constante, desde a mais tenra idade até a sua morte. A formação da alma da criança sempre foi preocupação para a Igreja Católica.

A formação da piedade nas crianças é um problema de muita complexidade que, não raras vezes, escapa, pelo menos praticamente, á atenção de certos educacionistas. É factó averiguado estar a alma do adulto formada, quanto ás ideas essenciaes e aos hábitos fundamentaes, na alma da criança de sete annos. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 233, Jul/ago. 1921)³⁵

Assim como a criança, os jovens são comparados à “cera branda” que toma qualquer forma que se lhe imprima, ou ainda como “terra fofa” onde a semente nasce de pronto. Cabe salientar que a noção de infância aqui abordada se refere a um entendimento moderno. Ariès (1981) nos indica que essa compreensão da infância foi historicamente construída aparecendo somente a partir do século XVII. Por muito tempo a criança não era vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. O tratamento dado às crianças não se diferenciava no modo como se tratavam os adultos, a diferença estava no fato de serem adultos pequenos. Ariès (1981) observa que no século XIV, devido ao grande movimento da religiosidade cristã, aparece a noção de criança vista como anjo, tendo sua imagem associada ao menino Jesus. Questões afetivas também surgem a partir do amor maternal entre Maria e Jesus, o que repercute no seio familiar através da ternura entre as pessoas. Para Ariès (1981) é nesse ponto que surge o chamado “sentimento da infância”. Os pais passam a se encarregar da educação da criança, mostrando-lhe o caminho para a convivência em sociedade.

A Igreja Católica doutrinava os homens para que se aperfeiçoassem nos ensinamentos de Cristo, para que se tornassem cada vez mais santos à imagem de Deus.

³⁵ Trecho retirado da Secção Doutrinaria, intitulada “A primeira educação á Piedade”.

A Igreja Catholica ensina aos homens: Sois filhos de Deus, sede santos como vosso Pae, elle é o três vezes santo, sede vós também três vezes santos: santos de espírito, santos de coração, santos de corpo. E é pela administração dos sacramentos que ella imprime o sello da perfeição e da pureza no coração do homem. Os sacramentos são uma grande escola de santidade, virtude, innocencia e respeito próprio. Elles dão ao homem as forças e a aptidão necessárias para executar o que lhe ensinam. De sorte que o fiel que delles se aproveita, aperfeiçoa-se, santifica-se e se torna um verdadeiro herói. Herói na juventude, porque vence e calça aos pés as paixões que encadeiam os atletas do mundo. Herói na virilidade porque conhece a nobreza da virtude, obedece aos impulsos da graça e torna-se um homem de bem e um esteio da ordem publica. Herói na velhice, porque sua alma se entrega inteiramente á contemplação da eternidade, e quando se aproxima sua ultima hora, é elle mesmo quem consola os que o rodeiam (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 50, Fev/Mar. 1923)

Aperfeiçoando-se na doutrina católica e agindo de acordo com os preceitos desta, o jovem se tornaria um homem de bem, de caráter. O aprimoramento humano deveria dar-se ao longo de toda a vida, e a Igreja era a grande responsável por ratificar permanentemente os mandamentos de Cristo.

Eis ahi o homem ensinado, fortificado e enobrecido pelos sacramentos nas diversas circumstancias da vida. Estes heróis foram vistos pelos séculos christãos, vestidos de todos os trajes, empunhando sceptros e cajados, em todas as classes da sociedade, e ainda hoje os vemos em nossas cidades e nos campos, onde são uma verdadeira honra dos povos e uma genuína gloria das pátrias. Portanto, a importância dos sacramentos relativamente á sociedade, á sua prosperidade, á sua mesma existência: é a importância e necessidade da alma com relação ao corpo, da seiva com referencia á arvore, da base relativamente ao edificio e da respiração relativamente á vida. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 50-51, Fev/Mar. 1923)

Em sua 10ª Carta Pastoral, D. João Becker reflete sobre o homem de sua época e os perigos do que poderia ocorrer à humanidade em não seguir os princípios cristãos. Diz ele:

Os homens já não reconhecem no seu próximo, como lhes ordena a lei christã, um irmão, mas um estranho e um inimigo; já desapareceu o sentimento da dignidade pessoal e o valor da própria natureza humana, no meio do brutal predomínio da força e do numero; os homens não se occupam sinão em explorar uns aos outros, com o fim único de gozar mais fácil e amplamente os bens desta vida; todos correm loucamente após os bens materiaes e temporaes e vivem esquecidos dos bens espirituaes e eternos, aos quaes o divino Redemptor constantemente nos convida, pelo magistério da sua Igreja. Ora, os bens materiaes, quando buscados desordenadamente, tornam-se, por sua natureza, a raiz de todos os males, especialmente da depravação moral e das discórdias. Na realidade, de um lado, não podem esses bens, em si mesmo desprezíveis e limitados, satisfazer as nobres aspirações do coração humano, que, creado por Deus e para Deus, sente-se necessariamente inquieto, até que repouse em Deus; de outro lado, - ao contrario dos bens espirituaes, que quanto mais se nos communicam, tanto mais nos enriquecem, sem nunca diminuir, - os bens materiaes, quanto mais se repartem entre muitos, tanto mais diminuem para cada um, sendo necessário subtrahir a uns aquillo que se distribue aos outros; de forma que não podem jamais contentar a todos igualmente, nem satisfazer inteiramente a ninguém, com o que se tornam fonte de discórdias e afflicção de espírito, como os experimentou o sábio rei Salomão (10ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: Revista Unitas. Porto Alegre, p. 107, Abr/Mai. 1923).

O afastamento dos homens dos ensinamentos de Cristo os levaria para o abismo de muitos males. De acordo com os princípios católicos, o homem deveria alcançar seu último fim por meio de sua atividade pessoal, em harmonia com a norma objetiva e a norma subjetiva da moralidade. Ou seja, em concordância com a lei e com a consciência. Tais normas se infringem pelo pecado e são as virtudes que as facilitam.

Para Jone-Fox (1943, p. 18), a atividade pessoal que leva o ser humano ao seu fim sobrenatural deve ser também constituída por atos humanos, moralmente bons e sobrenaturalmente meritórios. Os atos humanos são os atos que procedem do conhecimento e da livre vontade do homem. Como exemplo de impedimentos dos atos humanos, teríamos tudo aquilo que influencia, desvantajosamente, o conhecimento e a livre vontade. De acordo com os princípios católicos, a ignorância, o medo, a violência, a paixão, as doenças mentais seriam os principais impedimentos. Nessa perspectiva, o ato moral seria o ato praticado livremente e com advertência de sua relação com a norma de moralidade.

Para D. Becker, o homem bom não se deixa levar pelos bens materiais e tampouco se abate pelas desgraças. Quando os horrores da guerra enfraqueceram os homens, deviam eles afastar as vistas da terra e dirigi-las para o céu. Aqui, a Igreja se fixa como única depositária das verdades salvadoras da sociedade. Considera-se assim, que

Todos os ensinamentos e os preceitos de Christo acerca da dignidade do homem, da pureza dos costumes, do dever da obediência, da organização divina da sociedade, do sacramento do matrimonio e da santidade da família christã, tudo isso e o conjunto dos dogmas revelados elle mesmo confiou sómente á sua Egreja, com a promessa formal de sua indefectível assistência, encarregando a mesma de ensinar essas verdades, como mestra infallivel, em todos os séculos e a todos os povos. Esta observação indica a parte importantíssima que a Egreja póde e deve tomar na tarefa de remediar os males do mundo e de pacificar os homens (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 113, Abr/Mai. 1923).

O homem, essencialmente, vive em sociedade, não conseguindo ele viver no isolamento. O homem só é bom ou mau se está entre seus pares. Para o catolicismo, o homem somente adquire a perfeição de sua existência unindo-se aos seus semelhantes.

D. João Becker acreditava que o homem deveria sujeitar-se a um regime superior, a uma vontade divina. Para o arcebispo, o sinal característico da mentalidade cristã seria a humildade – um homem humilde e obediente à religião que lhe ensinaria a sua origem, a sua missão e o seu destino. Em contrapartida, o que se via na realidade temporal não era isso. D. Becker observava que

A mentalidade moderna rompeu com as tradições christãs de longos séculos, considerando o individuo autônomo e como a origem de todos os direitos. O homem emancipado de Deus, é dominado por um egoísmo exaggerado, que eleva a própria personalidade ao throno do domínio absoluto. Por isso, é elle mesmo a auctoridade suprema na vida espiritual e a ultima fonte da verdade e da ordem moral, dissolvendo todos os laços que o prendam a qualquer poder superior, pelo menos nos domínios da religião. Dahi é que o homem rejeita todos os ensinamentos da revelação sobrenatural e o auxilio da graça, pretendendo conquistar, por exclusivo esforço próprio, a verdade e a virtude. No seu orgulho desmedido, diz: “Subirei ao céu, exaltarei o meu throno acima dos astros de Deus” (13ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: Unitas. Porto Alegre, p. 267-268, Set/Out. 1924)

A não obediência aos valores católicos ocasiona a não existência do dever moral para com o “legislador supremo” (Deus). Para D. Becker, a solução para isso estaria na consciência. Por isso, ele escreve:

É verdade que a consciência é a norma proxima das acções humanas, mas não a ultima lei. É preciso formar a consciência de accordo com a verdade e as leis existentes. Por ser o homem uma creatura, obra das mãos de Deus, nunca poderá ser completamente autônomo. A lei moral é, com effeito, a lei natural do homem, mas como a natureza humana foi creada, referem-se também todas as leis nella radicadas, em ultima linha, a Deus mesmo. Só quem considerar o homem como um ser absoluto, poderá defender sua autonomia incondicional, o que repugna á essência e á natureza do próprio homem. (13ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: Revista Unitas. Porto Alegre, p. 271, Set/Out. 1924)

D. Becker afirmava que a lei moral deve dirigir os atos do homem. O trabalho como atividade humana é universal na sociedade. Dessa forma,

Desde o agricultor, que applica penosamente o seu arado ao solo emmaranhado, até o sábio que dedica a sua intelligencia á tarefa de descobrir os segredos da sciencia; desde o ferreiro que, com o suor a pingar-lhe da frente, accommoda o ferro aos usos do homem, até ao magistrado que vigia pelos interesses da sociedade e pela segurança publica e administra a justiça; desde o mineiro que extrae da terra minereos e metaes preciosos, até aos architectos que levantam arranha-céus: todos exercem uma louvável actividade, seja muscular, intelectual ou moral; todos são operários, porque todos trabalham (Unitas. Porto Alegre, p. 293, Jul/Ago. 1930).

Para D. Becker o homem deveria cumprir suas obrigações na esfera de sua atividade e aceitar com paciência a sua condição. D. João Becker ratificava o sistema de classes, confirmando a impossibilidade de serem, na sociedade civil, todos elevados ao mesmo nível. Criticava o comunismo por ir de encontro às leis ditas da natureza. Para o arcebispo, na vida social uns consagravam-se mais ao trabalho intelectual, outros à atividade comercial, industrial ou agrícola. Do conjunto das diferentes atividades surgiria a harmonia social. Acabar com as desigualdades seria destruir a própria humanidade.

Assim,

Como numa laranjeira todas as folhas são semelhantes umas ás outras, mas todas deseguaes entre si, assim na sociedade todos os homens têm a mesma natureza, porém differem entre si pela intelligencia, pela energia de sua vontade, pelas suas forças physicas, pela sua contracção ao trabalho e pelo seu talento. A pretensão de uniformizar, portanto, todas as condições sociaes é uma utopia que nenhuma subversão política ou reforma econômica poderá conseguir (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 297, Jul/Ago. 1930).

A harmonia e felicidade da sociedade somente seriam alcançadas se os homens se voltassem para Cristo, respeitassem o seu evangelho e adorassem sua cruz. A perfectibilidade humana - a possibilidade do homem se aperfeiçoar em direção a Cristo - se estabelece através da educação, conforme registramos anteriormente. Os homens criados por Deus, à sua imagem e semelhança, foram a ele destinados, têm na educação a oportunidade de chegar à sua perfeição mais alta.

O cuidado com a constituição humana era, para a Igreja Católica, fundamental.

Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como elle deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi creado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim ultimo, assim na ordem actual da Providencia, isto é, depois que Deus se nos revelou no Seu Filho Unigenito que é o único “caminho, verdade e vida”, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a christã (Carta Encyclica sobre a Educação Christã da Juventude – Papa Pio XI. In: Unitas. Porto Alegre, p. 69, Mar/Abr. 1930).

Para o Papa Pio XI

[...] a importância suprema da educação christã, não só para cada individuo, mas também para as famílias e para toda a sociedade humana, visto que a perfeição desta, resulta necessariamente da perfeição dos elementos que a compõem (Carta Encyclica sobre a Educação Christã da Juventude – Papa Pio XI. In: Unitas. Porto Alegre, p. 69, Mar/Abr. 1930)

A educação cristã deveria cooperar com Deus para o aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade, pois só ela poderia imprimir nos espíritos a primeira, a mais poderosa e duradoura direção na vida. D. João Becker afirmava que não seria possível ao homem sozinho alcançar todos os conhecimentos; seria necessário viver em sociedade e aprender pela ajuda recíproca.

Em sua 21ª Carta Pastoral, D. João Becker enfatizou que a vida em sociedade se impõe ao homem fatalmente. O conjunto de indivíduos forma a sociedade. Por esse motivo nem o homem, nem a vida social podem se separar da religião – são análogas as dependências da sociedade e dos homens a Deus.

Como primeiro dever do homem, a religião deveria ensinar quais são os ofícios que ligam o homem a Deus. Para D. Becker,

O homem acha só na verdade seu bem, seu fim e sua perfeição. O erro não póde ser objeto da inteligência humana. Por isso, o ensino deve ter por escopo esclarecer a verdade, e é dever de todos aqueles que ministram o ensino, dissipar as falsas teorias e opor proteção segura á invasão do erro (21ª Carta Pastoral de D. João Becker. *In*: Unitas. Porto Alegre, p. 485, Set/Out. 1931).

De acordo com D. Becker, a doutrina cristã, além das verdades e deveres naturais que o homem possa conhecer através da razão, abrange também verdades e deveres sobrenaturais que só poderão vir a ser conhecidas com o auxílio da revelação divina. A revelação é concebida aqui como manifestação da verdade, podendo ser revelação humana ou revelação divina. A partir das verdades reveladas, o homem segue em busca de sua perfeição. “Santo Agostinho declara a mesma verdade em termos diferentes: ‘O homem não descança, continua irrequieto até que chegue a Deus, causa de sua origem’” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 293, Ago/Out. 1934).

Analisando a temática do aperfeiçoamento humano, não podemos deixar de examinar a questão da eugenia. Sinônimo de eugenésia e eugenética, a eugenia é considerada uma ciência que se propõe a estabelecer princípios e regras para a formação de uma descendência sadia de corpo e espírito.

Francis Galton foi o fundador dessa ciência que baseada no controle social, estudava os fatores que poderiam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, de modo físico ou mental. A eugenia vai englobar medidas eugênicas como higiene, puericultura, saneamento, educação, entre outras. Como ciência, visa compreender as qualidades físicas, intelectuais e morais da espécie humana como fundamentos hereditários. A eugenia começa por ensinar a conveniência de promover a união de indivíduos sãos e evitar o casamento de pessoas doentes ou deformes.

Para a eugenia, era necessário o aumento do número de homens intelectual e fisicamente fortes e a diminuição, em contrapartida, do número de enfermos e anormais. Na concepção de Galton, a eugenia³⁶ é a ciência do aperfeiçoamento humano, através a procriação dos melhores da espécie. Assim, a eugenia

(...) pretende oferecer á sociedade e ao Estado moderno um inestimável auxilio na ordem econômica e social. Pois, visa impedir o nascimento de inúmeros tarados,

³⁶ Para compreender melhor esse conceito sugere-se a leitura de autores como: DEL CONT (2008) e CASTANEDA (2003).

imbecis, idiotas, degenerados, anormais físicos e psíquicos, epiléticos, delinquentes sexuais, alcoólatras, que vivem na sociedade e com os quais o Estado dispende anualmente quantias formidáveis em prejuízo do cumprimento de outras obrigações. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 233, Ago/Out. 1934)

A eugenia, como ciência do aperfeiçoamento da espécie humana, buscou pelos seus processos povoar o planeta de gente sã, sob todos os aspectos. “Dizem os eugenistas: quando a terra for habitada por homens bem eugenizados ou livres de taras hereditárias, os descendentes de Adão viverão no paraíso terrestre, depois de haverem pago bem caro o pecado original.” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 252, Ago/Out. 1934)

Para os eugenistas não importava somente o aperfeiçoamento físico, mas também a beleza moral e psíquica do homem. Era preciso cuidar da higiene social e combater os fatores que prejudicam o indivíduo, devastavam a família e destruíam as forças vitais da espécie humana. Entretanto, o catolicismo

(...) reprova e condena certos processos da eugenia que descambam para o terreno do puro materialismo. Pois, não se pode comparar o homem a um simples organismo vegetal ou animal. Dotado de corpo e alma imortal, ele pertence a uma outra esfera de estudo e de aperfeiçoamento. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 253, Ago/Out. 1934)

Francis Galton, ao fundar a eugenia, utilizou-se de muitos elementos da teoria de seleção natural de seu primo Charles Darwin³⁷. Dessa forma, a eugenia era vista como melhoria da raça à semelhança da seleção de vegetais e animais, aplicando-lhes as leis da hereditariedade.

Referem-se as plantas que se prestam, admiravelmente, para experiências de seleção, e os seus cultivadores sabem variar tanto a policromia das flores criadas pela sua fantasia, como a variedade do sabor das frutas. Chamam também a atenção para os resultados surpreendentes, obtidos pelos zootecnistas no aperfeiçoamento das raças cavалares e bovinas (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 252, Ago/Out. 1934).

No Brasil, de acordo com Schwarcz (1993), a ciência penetrou como moda e depois como prática e produção. Para esta autora, as idéias científicas entram nas cidades através da adoção de programas de higienização e saneamento, com o objetivo de implementar projetos de cunho eugênico com a finalidade de eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza.

A esterilização foi considerada um dos processos na eugenia. Tal processo impedia a geração da prole por meio de recisão ou ligamento de órgãos íntimos, ou ainda pela aplicação de raios x ou outros destruidores de células germinativas. De acordo com os valores católicos,

³⁷ Cabe salientar que Francis Galton era filho de Samuel Tertius Galton (1783-1844) e Frances Ann Violeta Darwin (1783-1874); sua mãe era neta de Erasmus Darwin, que por sua vez era avô de Charles Darwin, de onde se estabelece o parentesco entre Galton e Darwin.

nem o governo ou o Estado tem o direito de impor a esterilização aos indivíduos ditos “anormais”, tendo em vista que

Os próprios eugenistas reconhecem quão complexo e cheio de incertezas é o problema da hereditariedade biológica e psicológica, fisiológica e patológica na espécie humana. A constância de não poucos fenômenos observados, foi alterada por fatos assinalados pela hereditariedade. As raças, as estirpes e as famílias parecem, á semelhança dos indivíduos, apresentar uma trajetória própria de decadência por fatores intrínsecos, mas os cruzamentos, as imigrações e outros fatores, talvez ainda ignorados, podem melhorar uma descendência gravemente tarada, e neutralizar as más influencias hereditárias (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 258, Ago/Out. 1934).

A moral cristã era contrária a qualquer limitação indébita do direito matrimonial. Embora não reprovasse o exame pré-nupcial, o tinha como de caráter meramente informativo.

Mesmo condenando práticas eugênicas como a esterilização, a Igreja era a favor do melhoramento da ascendência humana.

A Igreja, condenando a eugenia como é hoje praticada, em alguns paizes, não condena o fim que ela visa: o melhoramento da estirpe humana. De fato, não poucas disposições canônicas referentes ao matrimonio, e mais ainda ás virtudes ensinadas pela religião católica, têm, além do valor intrínseco moral, uma grande importância eugênica. Tais são os limites da idade dos nubentes, o consentimento dos progenitores, os impedimentos de consangüinidade, e, sobretudo, as virtudes da continência e da temperança (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 264, Ago/Out. 1934).

As finalidades eugênicas deveriam estar submetidas aos desígnios supremos do homem. Dessa forma,

O homem livre e responsável pelos seus atos, longe de recorrer a meios brutais, como a esterilização, para impedir a transmissão de taras, evita este mal, governando seus instintos, tendências e paixões pelo império da razão. A beneficência publica e a caridade cristã devem prover ás necessidades dos doentes irresponsáveis, com o isolamento e a assistência. Mas, nunca se deve intervir com meios violentos (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 264, Ago/Out. 1934).

A Igreja Católica não negava que mesmo o homem sábio, religioso e de bons costumes poderia cair na tentação de paixões violentas, desejos irresistíveis, impulsos instintivos reprováveis pela moral cristã. Confiava a Igreja que para “sair triunfante nestes momentos trágicos de luta espiritual, deve o homem socorrer-se da energia de sua vontade, possuir um caráter solidamente formado” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 278, Ago/Out. 1934). Deus, do alto de sua perfeição, poderia julgar os pecados dos homens e a eles aplicar moléstias que os prejudicariam, gravemente, seja física ou moralmente.

Para a Igreja Católica a verdadeira eugenia seria aquela por ela difundida ao longo de todos os séculos, baseada na santidade do vínculo matrimonial. Na perspectiva católica, o casamento cristão é em sua essência eugênico. A moral cristã por si só já oferece os necessários ensinamentos de higiene social e da eugenia.

O catolicismo condena a eugenia baseada meramente na aplicação das leis de Mendel, percebendo o ser humano meramente como mamífero.

A experiência prova que os processos de esterilização de indivíduos não impedem sempre a transmissão de males provenientes de troncos anteriores. Acontece, outrossim, que, nas famílias dotadas dos mais altos valores éticos e sociais, apareçam indivíduos tarados ou com defeitos. De outro lado, não faltam exemplos de filhos inteligentes, virtuosos e sumamente uteis á sociedade, nascidos de pais delinquentes ou anormais. É tremenda a dificuldade científica e a tarefa quase impossível de separar os sãos dos enfermos no campo fisiológico, não menos que no domínio moral os absolutamente bons daqueles que são verdadeiramente máos. (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 465, Nov/Dez.1935)

Para o arcebispo D. João Becker, as virtudes morais têm por objeto as inclinações e propensões do homem; são elas que lhe aperfeiçoam a vontade pela prática do bem e pelo reto uso da razão. As virtudes, segundo sua origem, podem ser naturais ou sobrenaturais. As naturais adquirem-se pelo exercício pessoal, já as sobrenaturais são geradas por Deus.

São quatro as virtudes coordenadas: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. Tais virtudes “chamam-se virtudes cardiais, porque são como que princípios, as fontes ou os fulcros das outras virtudes. A prudência dirige o entendimento, a justiça a vontade, a temperança o apetite concupiscível” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 239-240, Jul/Ago. 1937).

A prudência é considerada a mestra das virtudes. A justiça

[...] é, pois, a virtude pela qual damos a cada um o que lhe pertence, segundo a definição de Santo Agostinho. Ela serve para estabelecer e conservar a igualdade nos contratos, fundamento da paz e tranqüilidade publica e domestica. Na verdade, si cada um se contentasse com o que lhe pertence, sem cobiçar os bens alheios, concessões injustas e honras indébitas, jamais haveria discórdias ou guerras (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 243, Jul/Ago. 1937).

A veracidade é uma virtude anexa à justiça; é a virtude que transmite ao próximo a verdade. A prática, sobretudo, da prudência, da justiça e da veracidade na vida cotidiana são imperativos para toda e qualquer sociedade.

A fortaleza, por sua vez, além de configurar-se numa virtude especial é também condição sem a qual não pode existir genuína virtude cristã. Por esta concepção, escreve D. Becker:

Varias são as virtudes que nascem da fortaleza e a tornam mais perfeita. Entre elas podemos enumerar: a confiança, que não receia afrontar e vencer os perigos e os obstáculos de uma empresa razoável; a magnanimidade, que empreende e opera grandes e gloriosos feitos; a magnificência, que despende em tempo oportuno e com mão larga para produzir os resultados que deseja; a perseverança, que marcha firme no caminho do bem e da justiça, não obstante as dificuldades que lhe embargam o passo; a paciência, que sofre tranqüila e com serenidade as aflições e as doenças (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 247, Jul/Ago. 1937).

Com relação à temperança, D. Becker assinala que é virtude que regula o homem no uso dos prazeres da vida. Através da temperança os homens se tornam sóbrios, justos, moderados e castos.

Jesus Cristo, como messias, constituiu-se para o catolicismo no supremo exemplo de perfeição a ser seguido. Detentor de todas as virtudes, configurou-se no modelo ideal dos homens – ele é a lei e a norma às quais se há de dirigir a vida humana.

Para o arcebispo

O homem sente no seu coração uma inclinação irresistível para o ideal, para o perfeito, e enquanto seu olhar não encontra esse modelo, vive entregue ao descontentamento e intermináveis inquietações. E onde essa nobre tendência não mais impulsiona o coração, ahi a vida perde toda a sua importância e sublimidade, morre o entusiasmo para os grandes feitos e foge a base em que se estribam a nobreza dos affectos, a esperança do coração, e a alegria da vida (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 259, dez. 1920).

Jesus Cristo, ao fazer-se homem, constituiu-se no ideal de homem para todas as vocações e estados de vida, para toda a idade e sexo - tanto para os que já alcançaram um alto grau de perfeição, quanto àqueles que recém deram o primeiro passo na sua direção.

3.2.3 O Sacerdote ideal para a Revista Unitas

A categoria sacerdote se destacou neste estudo, sobretudo, por ser o principal alvo da Revista Unitas. D. João Becker como bom estrategista soube se utilizar da Revista como possibilidade de capacitar o clero gaúcho através de uma formação contínua. A revista buscava inculcar junto aos sacerdotes a ideia de uma Igreja única, o que exigia deles atitudes coerentes com os princípios católicos. A revista serviu de instrumento de socialização desses

princípios, reforçando a formação sacerdotal e revigorando a missão clerical. O revigoramento dessa missão se estabelecia pelo constante destaque feito à importância da função do sacerdote junto à sociedade.

D. Becker ao enfatizar a relevância do clero afirmava que

Precisamos de sacerdotes, porque só sacerdotes podem tornar os homens realmente felizes. Que homem é verdadeiramente feliz? Feliz em realidade é somente aquele cujo espírito está na posse da verdade, cuja vontade aspira á virtude, cujo coração ama o bem (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 30, Nov/fev. 1914).

Os sacerdotes eram para D. Becker combatentes de um exército em defesa da Igreja Católica, legítima representante de Deus junto à sociedade. Não haveria outra possibilidade de se alcançar a felicidade senão tendo a religião como base mediada pela doutrina católica. Para ser um defensor da Igreja o apuro e a perfeição à doutrina eram fundamentais. D. João observava que

Quanto a nós, bem se vê que a nossa perfeição consiste em sermos perfeitos sacerdotes e perfeitos curas d'almas. Mas claro está que pertence essencialmente á noção de sacerdote, viver e trabalhar não só para si, mas também para a salvação e santificação do próximo; pois grande parte das faculdades de que se acha revestido, dizem exclusivamente respeito a outrem, como sejam: o poder de ouvir confissões, de pregar a palavra de Deus, de oferecer o Santo Sacrifício. Quem por conseguinte pretende se bom sacerdote, não pode menosprezar seus deveres para com o próximo, não lhe convem tolerar em si ou ao redor de si algo que lhe impeça o zelo das almas, porquanto isso redundaria em prejuízo da sua própria perfeição (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 20, nov/fev. 1914).

O desempenho dos sacerdotes junto à comunidade implicaria no aperfeiçoamento da sociedade através dos ensinamentos proferidos e no aprimoramento deles próprios enquanto homens e servos de Deus. O clero deveria se constituir numa espécie de espelho no qual os fiéis se enxergariam. Por conseguinte, “é mister que os fiéis vejam no seu pastor as virtudes que ouvem enaltecer no púlpito, aliás, a pregação será frutosa. O sacerdote deve ser homem de oração e meditação. Pois pela oração alcança de Deus a entrada para os corações de seus fiéis e do Espírito Santo o conselho para os guiar” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 34, Nov/fev. 1914).

D. Becker tentava disciplinar o clero afirmando que os sacerdotes disciplinados alcançavam grandes sucessos. Em 1943, ao prefaciар o *Compêndio da Moral Católica*³⁸, ele destacou que era fundamental que os sacerdotes recordassem doutrinas estudadas, orientando-

³⁸ O *Compêndio da Moral Católica* escrito pelo Padre Heriberto Jone foi traduzido da 10ª edição original e adaptado às prescrições do Concílio Plenário bem como ao Código Civil Brasileiro pelo Padre Roberto Fox.

se em questões complexas. Os compêndios seriam instrumentos elucidativos de determinados assuntos da Teologia Moral. Seguindo uma vertente conservadora, D. João via na união de um clero disciplinado a possibilidade de reforçar a autoridade e a hierarquia da Igreja Católica.

Pela união dos fieis aos Sacerdotes, dos Sacerdotes aos Bispos, e os Bispos ao Summo Pontifice forma-se o santo rebanho de Christo, a Egreja Catholica, grandiosa obra de Deus que é a admiração dos homens e dos anjos. (...) Os sacerdotes são pastores. Como o rebanho sem pastor se desgarrá, presa de animaes ferozes, assim o povo catholico sem sacerdotes se dispersaria, victima de falazes demagogos (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 32, Nov/fev. 1914).

A hierarquia da Igreja, como numa pirâmide, precisava de bases fortes. Tais bases deveriam seguir coerentemente as ordens de seus superiores e assim sucessivamente. No período ultramontano, o Papa representou o pino da pirâmide e somente ele representava a instância maior das decisões.

Para revigorar as bases da pirâmide hierárquica da Igreja, D. Becker apresentava os sacerdotes como instrumentos de salvação da sociedade frente aos piores perigos. Um exemplo desses perigos era a imoralidade. “A immoralidade tanto se alastrou e gosa de tanta tolerância na publicidade, que alguém poderia pensar que já não é vicio. Quem nos poderá salvar della? Só o sacerdote” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 32-33, Nov/fev. 1914). Somente o sacerdote católico seria “capaz de fazer frente a este inimigo temeroso, porque sae a campo, auxiliado pelas forças dos sacramentos, da oração, e do exemplo da sua vida casta” (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 33, Nov/fev. 1914).

A coerência e o discernimento eram elementos essenciais na atuação do clero. Como pastores deveriam guiar o rebanho pelos caminhos de Cristo. Dessa forma,

Há de ser pastor, e assim deve saber discriminar as doutrinas boas das más, a verdade do erro; isto tanto mais em nossos dias, onde a impiedade procura mascarar os seus erros com o manto da sciencia. Portanto há de estar versado nas verdadeiras e solidas sciencias (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 34, Nov/fev. 1914).

Defender o catolicismo e manter a hegemonia da Igreja Católica no contexto sul-riograndense eram prioridades tanto na formação quanto na atuação do clero. Assim,

Onde quer que a incredulidade pretenda minar a lei moral, profanar o matrimonio e a família, destruir a dignidade dos Paes, ou violentar os direitos da creança, ali o magistério ecclesiastico offerece defeza incondicional, constróe pelo sacerdócio um antemural para impedir a acção perniciosa das vagas ameaçadoras. Annunciador das leis eternas, o sacerdócio é um esteio forte da ordem publica. Quando a anarchia e as

insurreições ameaçam a ordem publica dos estados, é o sacerdócio quem prega, com fortaleza invicta, que todo poder na sociedade humana promana de Deus e que, por isso, os súbditos devem prestar obediência aos seus legítimos governantes por ordenação divina (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 246, Set/Dez. 1928).

Aos fiéis cabia a obediência aos representantes de Deus na terra. Eram estes detentores do poder espiritual que teriam condições de orientar os católicos pelos caminhos da fé e do aprimoramento. Nesse sentido,

Quem passa a sua infância e adolescencia na escola do trabalho e do regimen da obediência, facilmente se familiariza com as mortificações, renuncia aos seus pendoros naturaes, vence seus appetites desregrados, e, enfim, os sacrificios pessoaes que o sacerdócio lhe impõe, tornam-se mais leves aos seus hombros (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 250, Set/Dez. 1928).

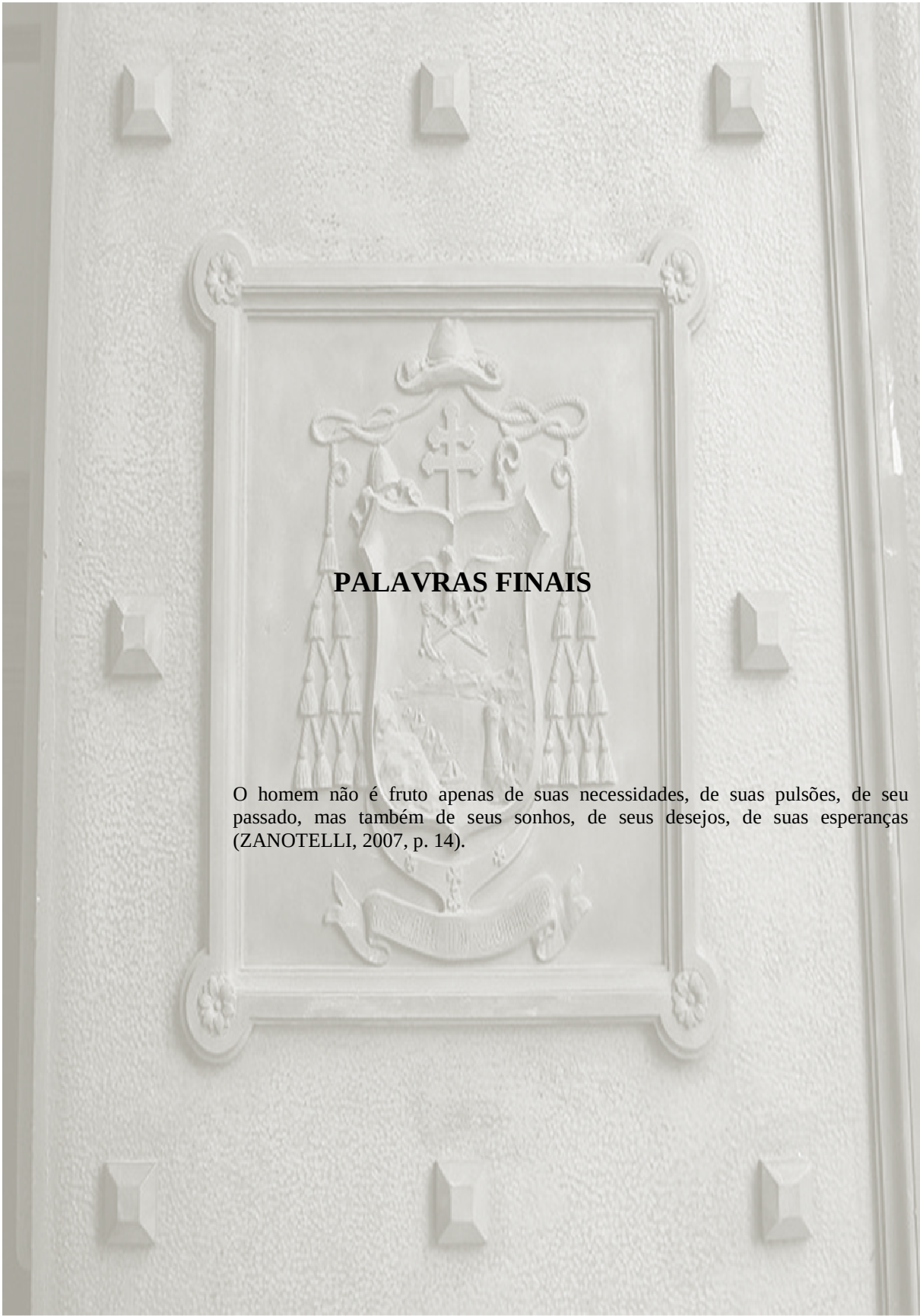
Ser fiel à doutrina católica não era uma tarefa fácil: cabia aos sacerdotes cultivarem o sentido, o significado e a importância de ser católico junto aos corações dos gaúchos. Para isso era necessário que o clero apresentasse algumas características. Os sacerdotes tinham de assemelhar-se aos apóstolos escolhidos por Jesus Cristo para disseminar a fé cristã.

Vejamos as qualidades dos homens que Jesus convidou para serem seus apóstolos. O procedimento de Christo é significativo. Os primeiros que se promptificaram para attender ao chamamento de Jesus, eram discípulos fieis de S. João Baptista, a saber, André e João, homens de conducta irrepreensível e de seria religiosidade. Justamente sua fidelidade ao grande Baptista, seus ardentes desejos da renovação moral e religiosa do povo, indicavam uma orientação decisiva, uma mentalidade de gravidade santa e de energia religiosa, - signaes certos de vocação sacerdotal (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 253, Set/Dez. 1928).

Assim como os apóstolos, os sacerdotes se sentiam felizes junto a Cristo e, por isso, transmitiriam a todos os ensinamentos de Jesus. Cabe salientar que, diante de um contexto adverso, a Igreja Católica sul-rio-grandense se reorganizava através de reforço no seu quadro hierárquico. O chamado para o sacerdócio era comparado ao chamado de Jesus aos apóstolos. D. Becker destacava que

Entre os chamados para o apostolado, enumerava-se João, o discípulo predilecto de Jesus, conhecido pela santidade de sua vida e juventude puríssima. Mas também eram queridos de Jesus aquelles que depois de haverem commettido erros, puzeram, definitivamente, fim ao passado, entregando-se á pratica da virtude e da perfeição. (Unitas. Porto Alegre, p.255, Set/Dez. 1928)

Com isso, fica muito claro que o chamado ao sacerdócio exigia a total entrega a Deus, independentemente das ações realizadas no passado. Desse modo, D. Becker incentivava a todos seguirem a missão clerical.



PALAVRAS FINAIS

O homem não é fruto apenas de suas necessidades, de suas pulsões, de seu passado, mas também de seus sonhos, de seus desejos, de suas esperanças (ZANOTELLI, 2007, p. 14).

Finalizar este trabalho leva à reflexão de inúmeros aspectos. O primeiro deles é pensar num dos grandes motivos incentivadores desta investigação, que foi compreender de que maneira a Igreja Católica se articulou de modo a agir e reagir às mais diferentes situações, muitas delas totalmente antagônicas à sua doutrina e aos seus ideais. Não resta dúvida de que o seu sucesso ou fracasso, se é que podemos falar nestes termos, dependeu, e muito, de quem a presidia naquele momento. Podemos dizer que D. João Becker foi o homem certo para o lugar certo.

No período de 1912 a 1946 a sucessão de quatro Sumo Pontífices - São Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII - representou, em boa medida, as turbulências enfrentadas pela Igreja Católica, expressando, claramente, o projeto de reação católica. São Pio X, que atuou como Vigário de Cristo no período de 1903 a 1914; Bento XV, Papa no período de 1914 a 1922; Pio XI, no período 1922 a 1939 e Pio XII, no período de 1939 a 1958. Portanto, de 1903 a 1958, percebe-se um intenso investimento no processo de condenação ao laicismo e ao liberalismo, o que vale dizer, ao mundo moderno.

A atitude assumida pela Igreja Católica, a partir da Revolução Francesa, foi de reação às ideias, às instituições modernas e aos grupos que propagavam os ideais laicistas. Baseando-se nos ensinamentos da doutrina de São Tomás de Aquino, a Igreja buscou contrapor-se às heresias da modernidade, conciliando o conhecimento da ciência com o conhecimento teológico/metafísico do catolicismo.

O marco da institucionalização oficial do movimento reformador da Igreja de bases ultramontanas foi considerado o Concílio do Vaticano I³⁹. De acordo com Souza (2002), a Igreja queria emudecer os discordantes ou ensurdecer seus adeptos ao “canto da sereia” moderna. O ultramontanismo e a romanização foram a resposta da Igreja à crise no relacionamento com o Estado, que se esgotara, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial.

Souza (2002) ressaltou que os ultramontanos e romanizadores dividiam-se em transigentes e intransigentes. Nessa perspectiva, os transigentes concebiam possibilidades mais amplas que as dadas oficialmente pelo Vaticano, por terem a perspicácia de que uma atitude mais diplomática que dogmática poderia proporcionar, por parte dos opositores, um renovado apoio à Igreja, ampliando, assim, o seu domínio. Já os intransigentes não toleravam essa prática permissiva, uma vez que acreditavam que tal postura poderia viabilizar controvérsias.

³⁹ De acordo com Souza (2002) muito do que foi defendido e institucionalizado no Vaticano I teve suas origens no Concílio de Trento. Foi o Concílio de Trento que deixou à Igreja Católica um dos maiores legados doutrinários de sua história, considerando que não haveria salvação fora da Igreja.

A romanização se caracterizava, especialmente, pela adesão aos princípios doutrinários que levariam a uma verticalização cada vez maior da Igreja, em que se tinha o Papa não só como chefe da Igreja, mas também como tutor de um poder que lhe permitiria intervir, diretamente, nas dioceses, de modo a que se fortalecesse o legado curial (SOUZA, 2002). Dessa forma, deveriam ser dele a palavra inicial e final, estando toda a hierarquia eclesiástica a ele subordinada. O aparato administrativo foi implantado como meio de atingir os objetivos ultramontanos. Foi tecida uma rede normativa disciplinadora na qual nada escapava, e que visava a uniformização de cima para baixo.

Cabe salientar que a Encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, de 1929, constituiu-se na principal referência do projeto de recristianização da sociedade no que se refere à educação dos jovens. Embora não tenha sido esta a primeira iniciativa da Igreja no âmbito educacional. O fato é que se consolidava a ideia de que era preciso desde a infância corrigir as inclinações desordenadas e fomentar as tendências boas, sobretudo, iluminar o entendimento e fortalecer a vontade com verdades católicas. A Igreja não aceitava perder sua função formativa diante da sociedade moderna. Para ela, a religião católica tinha a missão de formar os homens com a finalidade de salvá-los de todos os males trazidos pelo mundo moderno. A constituição humana ideal seria aquela formada com base no catolicismo, fundamentada na moral, no civismo/patriotismo e na intelectualidade.

No contexto brasileiro, o processo de reação católica teve seu início no final do século XIX, início do século XX. Concorro com Gaeta (1991 *apud* CAMPOS, 2010b) quando afirma que a Igreja Católica brasileira vinha sofrendo modificações a partir da metade do século XIX. O catolicismo vigente, datado do século XVIII, caracterizava-se pelo repúdio ao método jesuítico, pelo enfraquecimento da escolástica e pela grande valorização das ciências em detrimento da filosofia e da teologia. O catolicismo laicizante passou a ser combatido por um grupo de bispos que assumiu a orientação central em Roma. Naquele instante, entravam em combate um grupo de ideário mais liberal e um grupo ultramontano. Concomitantemente, as transformações ocorridas no âmbito da sociedade brasileira, envolvendo nossas elites intelectuais, sofriam, diretamente, as influências de ideais europeus como o naturalismo, o positivismo, o evolucionismo, o materialismo, dentre outros.

O grupo “conservador” ultramontano buscava recuperar o poder do Papa, livrar-se do domínio do regalismo ou do estado laico. Tal grupo instituiu um programa de recristianização da sociedade, ou seja, um reordenamento social com base em valores cristãos.

Em sintonia com outros bispos⁴⁰ das diversas regiões do Brasil, D. João Becker foi um dos grandes protagonistas dessa história no contexto gaúcho. Assim como seus colegas prelados, D. João Becker auxiliou na obra restauradora da hierarquia católica. Para todos eles, seguidores do projeto ultramontano, a sociedade estava passando por um estado de crise e sua causa era o afastamento de Deus.

O arcebispo de origem alemã, embora tentasse negar sua origem defendendo um nacionalismo exacerbado, foi imbuído do projeto de dotar a Igreja Católica sul-rio-grandense de uma respeitabilidade e importância estabelecidas por Roma. D. Becker tentou “romanizar” as massas, ou seja, buscou através de sua atuação como arcebispo “fazer valer as ordens” de Roma. A subserviência aos comandos de Roma era lei para D. João. Tal fato se deve à sua formação extremamente europeizada, que entrou em choque com a realidade da hierarquia e laicato sul-rio-grandense na época de seu arcebispado. Para isso, entre outros atos, fez acordos políticos, utilizou-se da imprensa como um veículo eficaz tanto para atingir o povo gaúcho, quanto para disciplinar o clero sul-rio-grandense. D. Becker investiu na formação de um clero combatente e preocupado com as atividades pastorais.

A Revista *Unitas* foi um grande exemplo disso, tendo em vista que este periódico representou um grande instrumento de formação e capacitação de um clero bastante diverso que atuava no Rio Grande do Sul. Como parte de um projeto disciplinador aos sacerdotes, a Revista transmitia os preceitos do catolicismo romanizador. Além da unificação do clero, a Revista possibilitou a renovação da intelectualidade católica.

A opção, neste trabalho, pelo uso do conceito e teoria de Antonio Gramsci sobre intelectual orgânico, permitiu a análise do papel desempenhado por D. Becker na estruturação da cultura gaúcha. Conforme foi apresentado, o conceito de intelectual orgânico descreve o intelectual como agente social, organizador da cultura, intérprete das percepções do mundo. Concordo com Nêvio de Campos (2010b) quando este destaca que, para entender o conceito de intelectual em Gramsci, faz-se necessário compreender os conceitos de cultura e formação humana.

Campos (2010b) interpreta a teoria gramsciana compreendendo cultura a partir de duas direções: uma significando o modo de viver, de pensar e agir de um grupo e; outra, significando o projeto de formação do indivíduo, como ideal a ser transmitido às novas gerações. Concordo com o autor quando observa que os modos de vida e os projetos de

⁴⁰ D. Leme (arcebispo do Rio de Janeiro), D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (bispo da Paraíba), D. Aquino Correa (bispo de Cuiabá) e D. Antônio dos Santos Cabral (bispo de Natal).

formação humana são construídos a partir de diversos ambientes, tais como: a família, o trabalho, a região, a classe social, a escola, etc. Para Campos, são nessas esferas em que se organiza e dissemina a cultura. Nessa perspectiva, a experiência formativa nos diferentes espaços de vida e de luta cultural é mediada pela intervenção daqueles que assumem as funções de organizadores de projetos em curso na sociedade. A função mediadora é incumbência dos intelectuais orgânicos, que participam das práticas sociais, sintetizam, sistematizam as ideias de um grupo social e propõem projetos de ação. Tais intelectuais são capazes de mobilizar os homens a realizar determinados fins.

É o que D. João Becker fez no contexto gaúcho. O arcebispo utilizou-se dos mais diferenciados recursos para doutrinar os pastores e o rebanho de Deus. Seu intuito estava na necessidade de dotar a Igreja Católica de uma respeitabilidade, constituindo-a numa reserva da moral para a sociedade e depositária da verdade. De acordo com Isaia (2002), em um estado historicamente identificado com a clivagem política no interior da classe dominante, D. João Becker fazia questão de salientar a especificidade do poder eclesiástico e a necessidade de conformar-se a política ao magistério católico, do qual os bispos apareciam como arautos. Nessa perspectiva, os bispos eram considerados zeladores da felicidade terrena e eterna. Detentores de um poder instituído por Deus, os bispos tinham superioridade em relação ao poder transitório dos governos e da própria história da humanidade.

D. Becker extrapolou o campo religioso atingindo espaços político-econômicos e sociais. O pensamento político de D. Becker revelou-se extremamente denso e complexo. Tal densidade e complexidade se devem à sua articulação nas diferentes conjunturas históricas - com as quais interagiu de maneira vigorosa e ativa -, além da sua condição de homem da Igreja e interlocutor político dela.

De acordo com Gertz (2002), o arcebispo atuou de forma mais ou menos tempestuosa, mas firme e previsível, pelos diversos momentos da história da política regional e nacional. Gertz (2002) destacou que na revolução de 1923 D. Becker fez grande esforço para aparecer como mediador do conflito, mas o fato de seu nome ter sido sugerido pelos federalistas/libertadores como candidato ao senado, mostrou o lado político de sua ação.

Para Gertz (2002), durante a década de 1930, o posicionamento do arcebispo em relação ao integralismo marcou de modo explícito o seu oportunismo político. O arcebispo mudou significativamente seu discurso a respeito do integralismo, de acordo com as transformações no cenário político que estavam acontecendo. Gertz tem convicção de que D. João Becker foi um grande líder da Igreja Católica, porém, não fica claro se o arcebispo, visando o bem da Igreja, tentou fazer e conseguiu colocar em prática uma competente

“navegação equidistante acima das facções políticas em benefício da própria Igreja” (GERTZ, 2002, p. 104).

Constituindo-se no que Gramsci denominou intelectual, D. Becker teve função organizativa, intervindo de modo significativo nos episódios da cultura política do sul-rio-grandense. D. Becker organizou o tecido social, refletiu sobre o mesmo e sobre as inter-relações da Igreja Católica e da sociedade gaúcha. A proposta do arcebispo buscava resguardar os direitos da Igreja, ampliando sua autoridade e preservando a ordem social.

Suas inúmeras cartas pastorais - escritas tanto em Florianópolis, quanto em Porto Alegre - representaram uma reflexão sobre os momentos vividos tanto no âmbito estadual, quanto nacional. Tais documentos fortaleceram o projeto romanizador e a proposta de constituição humana difundida pela doutrina católica.

De acordo com o pesquisador Artur Cesar Isaia, em entrevista à Revista Missões, do Instituto Humanitas Unisinos

Nestes últimos cem anos, tanto o campo religioso rio-grandense quanto o nacional foram marcados por um acentuado aumento de sua complexidade. A obviedade de uma sociedade católica cedeu lugar a uma crescente disputa, justamente àquilo que está presente na ideia de campo defendida por Bourdieu, ou seja, uma economia de forças religiosas marcadamente tencional. Considero que uma das características mais marcantes na modificação da fisionomia religiosa nestes cem anos foi o avanço do chamado "neopentecostalismo", capaz de fazer frente tanto ao catolicismo quanto ao protestantismo histórico, ao espiritismo e às religiões afro-brasileiras (ISAIA, 2009, p. 05).

A Igreja Católica pregava a ética cristã, valorizando a família, transmitindo uma moral de bom comportamento, do trabalho como símbolo de dignidade e da obediência ao Estado, como ordem vigente, e à Igreja como guia à regeneração moral da sociedade.

Pode-se concluir que a Igreja Católica considerava-se uma educadora soberana e perfeita e, por meio da atuação de seu clero, sob o comando de D. João, buscava “inculcar” seus ideais mesmo em contextos político-econômicos adversos. A atuação católica no período analisado foi, sem dúvida, extremamente marcante e influenciou a estrutura educacional hodierna.

A figura e a atuação de D. João Becker deixaram muitas marcas por onde ele passou, desde o período em que foi seminarista, passando pela diocese de Florianópolis e, depois, como arcebispo metropolitano de Porto Alegre/RSRS. O lema adotado por D. João de “Apascentar com justiça” foi tão forte quantos seus atos na administração da Igreja Católica sul-rio-grandense. Seus discursos, seus escritos e suas decisões nortearam todo um processo

de transformação da Igreja Católica, que buscava cada vez mais espaço e reconhecimento frente a uma sociedade gaúcha em constante mudança.

Encontrar brechas e restabelecer o papel da Igreja Católica frente a um novo Estado, a uma nova coletividade, foi um dos grandes desafios enfrentados por D. João. O arcebispo vivenciou um período de perda do estatuto de religião oficial, de crescente laicização no meio urbano e de escassez de sacerdotes capazes para atuar no meio rural. Na sua caminhada fez muitos aliados e também muitos inimigos, tentando fortalecer seus princípios católicos na constituição de um novo homem e uma nova sociedade.

O comprometimento político de D. Becker ficou bastante claro ao dar sustentação política ao projeto varguista e ao Partido Republicano Liberal (PRL). O PRL, ao demonstrar afinidade com os interesses da Igreja, teve o apoio do arcebispo metropolitano, fato este que lhe causou uma situação complicada frente às orientações da LEC (Liga Eleitoral Católica) e às elites políticas do Rio Grande do Sul. A situação se agravou com a realização do primeiro Congresso do Centro Católico de Acadêmicos (CCA)⁴¹, quando D. Becker não compareceu às sessões do Congresso. Tal ausência foi uma evidência do clima tenso enfrentado pelo arcebispo. A discórdia estava no seu apoio ao PRL e não em relação à ideologia defendida, tendo em vista que tanto D. Becker quanto os jovens do CCA seguiam a doutrina tomista e neotomista.

De acordo com Isaia (2002), o comunismo apareceu como o grande inimigo capaz de diluir mágoas e estreitar lealdades. Sob os auspícios do arcebispo, foi criada a Ação Brasileira de Renovação Social (ABRS). A ABRS colaborava para dissolver as mágoas da elite intelectual católica unindo-a em torno do arcebispo e de sua política de alinhamento com o poder federal. Para Isaia (2002), o anticomunismo mobilizava clero e laicato em torno de D. Becker. Tal fato aumentava as possibilidades de manobras políticas do arcebispo. Assim, era possível a D. Becker não só defender o projeto varguista, mas também se opor às tentativas desestabilizadoras de Flores da Cunha. Para D. Becker, Vargas seria um homem capaz de restabelecer a verdadeira identidade nacional.

Ao finalizar este trabalho, percebo que embora eu tenha encontrado algumas respostas aos meus questionamentos, muitas outras questões ficam em aberto. Mesmo sabendo que o período analisado foi ricamente estudado por diversos autores, constato que há espaço e necessidade de mais estudos sobre uma época tão pródiga de transformações nos âmbitos

⁴¹ O CCA agrupava uma elite intelectual e social cuja formação estava vinculada aos preceitos do jesuíta Padre Werner Von und zur Mühlen. Os jovens do CCA opuseram-se, claramente, à aproximação de D. João Becker a Flores da Cunha e com o partido que sustentava Vargas no estado.

político, econômico, cultural e social. Merece atenção também a escassez de trabalhos que analisem a atuação de D. João Becker. Ao longo do estudo constatei que poucos são os trabalhos sobre este personagem tão importante na história da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e em Florianópolis.

D. João Becker, protagonista deste trabalho, foi um dos grandes protagonistas de sua época, no cenário gaúcho. Como homem de seu tempo, foi visto das mais diferentes formas: para uns, considerado um ditador, autoritário; para outros, um excelente estrategista, um orador nato; para outros, ainda, um defensor contumaz da moral e dos bons costumes. Neste trabalho, contudo, não existiu a intenção de emitir qualquer juízo sobre D. João Becker. Buscou-se, sobretudo, entendê-lo nas suas ações e nas repercussões que elas tiveram para a história sul-rio-grandense.

Como principal questionamento desta pesquisa foi colocada a necessidade de compreender em que medida D. João Becker, autoridade representante da Igreja Católica sul-rio-grandense, contribuiu/interferiu na constituição de um ideal humano, tendo a educação como principal mecanismo à sua efetivação. O arcebispo trouxe muitas contribuições para o contexto histórico e sócio-político-econômico do Rio Grande do Sul. A escrita de suas cartas, seus discursos, sua efetiva participação política foram decisivas tanto na esfera estadual, como nacional. D. Becker estruturou um ideal de constituição humana seguindo os ditames de Roma. Desde sua formação de base, obtida junto ao Seminário Diocesano, ele contribui para a estruturação do projeto romanizador católico.

Como objetivo primeiro, busquei entender os mecanismos pelos quais a Igreja Católica sul-rio-grandense - em específico, a atuação do arcebispo por intermédio dos discursos publicados na Revista *Unitas* - formava o clero e, indiretamente, construía o seu ideal de homem e sociedade perfeita. Dessa forma, verifiquei que os mecanismos utilizados pela Igreja Católica foram muitos, dentre eles ressaltou: o fortalecimento de sua hierarquia clerical, o disciplinamento do clero, a padronização das decisões centradas em Roma, a criação de seminários, a construção de dioceses, a fundação de centros de formação de meninos e meninas vinculados às congregações de religiosos (as) de origem européia, a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), as Uniões dos Moços Católicos (UMCs), dentre outros. Merece destaque, também, a Ação Católica (ou Ação dos Católicos) concebida como o conjunto de obras sustentadas em grande parte por leigos, variando suas ações de acordo com as necessidades próprias de cada nação e a partir das particularidades encontradas em cada país. Dessa forma, para que o

projeto ultramontano se efetivasse era preciso que em cada nação os bispos se reunissem e organizassem suas diretrizes para o clero local e para os leigos.

A vinda de religiosos/as do estrangeiro, como estratégia ultramontana, possibilitou a disseminação dos princípios romanizadores, tendo em vista que estes religiosos tinham uma formação européia fundamentada na doutrina neotomista, que era a base de toda a reforma ultramontana.

Antecedendo os esforços ultramontanos no Rio Grande do Sul, observou-se que o clero gaúcho, havia algum tempo, vinha praticando um tipo de religião que se limitava a promover festas para os vivos e pompa fúnebre aos mortos (BONI, 1980). Nessa perspectiva, os sacramentos e a pregação achavam-se mais ou menos abolidos de seus interesses pastorais. De acordo com Boni (1980), álcool, carreiras, negócios e mulheres eram constantes em quase todos os documentos da época que tratavam da situação dos padres. Não era por outra razão que muitos tomavam a Igreja como algo ultrapassado ou mesmo um capítulo concluído da história. Era preciso disciplinar aquele clero em franca decadência. Foi nesse sentido que o projeto romanizador, presidido pela tenacidade de D. João Becker, fez com que a Igreja Católica se recuperasse e se tornasse uma das principais responsáveis pelas transformações no Estado do Rio Grande do Sul. Uma de suas alternativas foi buscar forças no exterior.

D. Cláudio José Ponce de Leão, antecessor de D. João Becker e parceiro deste entre os bispos reformadores, colocou-se acima das nacionalidades e, literalmente, bateu às portas de todas as ordens e congregações religiosas européias para pedir auxílio na sua tarefa de difundir a fé cristã. D. Cláudio pedia mais religiosos além dos que já estavam no estado e solicitava a abertura de mais missões àquelas congregações que ainda não estavam aqui presentes⁴². Como principal tarefa, esses religiosos tiveram a necessidade de renovar a Igreja Católica gaúcha, prestando assistência religiosa, sobretudo, aos colonos espalhados pelo estado. De acordo com Boni (1980), os imigrantes instalados no solo gaúcho reconstruíam sua cultura ao redor das igrejas, erguiam capelas e organizavam comissões para obter do bispo um

⁴² De acordo com Boni (1980, p. 240) os resultados não se fizeram esperar. Os Jesuítas, chegados já em 1848, para trabalhar junto aos imigrantes alemães, somavam aproximadamente 100 religiosos em 1900. As Franciscanas da Caridade, no Estado desde 1872, estavam abrindo casas em diversas localidades. Desde 1856, encontravam-se em Porto Alegre as Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que começaram a fundar outras residências pelo Estado só após a proclamação da República. Em 1886, haviam aportado os Palotinos alemães. Em 1896, chegaram os Capuchinhos franceses e os Carlistas italianos, precedidos, no ano anterior, pelas Irmãs de Santa Catarina; 1898, as Irmãs de São José de Moutiers; em 1900, os Maristas, franceses; em 1901, os Salesianos italianos; em 1907, os Lassalistas franceses; neste mesmo ano, os Claretinos, de fundação espanhola; em 1908, as Filhas de Nossa Senhora do Horto, provenientes da Itália; em 1910, as Irmãs da Companhia de Santa Teresa de Jesus, espanholas. Quanto ao clero secular, só da Itália, entre 1875 e 1930, 132 padres vieram para o Rio Grande do Sul. Ao dobrar o século mais de 520 padres, religiosos e religiosas europeus estavam trabalhando no Estado.

pároco. As congregações religiosas semearam educandários por toda a região colonial, além de casas de formação eclesiástica.

Além disso, destaca-se o uso da imprensa católica como alternativa de propagar o catolicismo. No período em questão, foram criados inúmeros periódicos católicos nos mais diversos estados brasileiros. D. João Becker, além dessas estratégias, fez uso das inúmeras visitas às dioceses do Rio Grande do Sul com o intuito de conhecer e controlar o seu rebanho. Como bispo reformador, D. Becker desenvolvia um trabalho moralizador, disciplinador, tentando constituir um clero obediente.

Foram esses diversos mecanismos que possibilitaram a reforma da Igreja Católica não só no estado do Rio Grande do Sul, mas em todo o país. Atacando em diferentes frentes, a Igreja Católica estabeleceu uma rede que permitiu que a instituição não só garantisse a sua permanência, mas retomasse ao seu lugar de destaque e, até mesmo, o seu prestígio junto à sociedade.

No período da Primeira República, a Igreja Católica teve a necessidade e a possibilidade de se reestruturar, reorganizar a sua hierarquia, disciplinar seus membros em função das ordens de Roma. Nesse sentido, a instituição agiu, sobretudo, nas primeiras décadas do século passado, com o intuito de recolocar o ensino religioso de confissão católica nas escolas públicas. Ensino que, no período colonial, era tido como elemento básico e prioritário das escolas oficiais e que ao tempo do Império passou por duas fases: uma, em que a instrução religiosa assumiu o caráter de religião do Estado (seguindo os preceitos do padroado) e, outra, quando se entreabriu a pluralidade confessional. O período seguinte, referente à República, pode ser também dividido em duas etapas: a primeira marcada pela laicidade do Estado e do ensino – momento em que o ensino religioso era clandestino. Após muitas pressões, o ensino de caráter religioso se torna facultativo e confessional. Já na segunda etapa, o ensino religioso passa por profundas transformações: primeiro por uma fase de afirmação, depois por uma chamada “crise de identidade” e, por fim, por uma reestruturação obtendo valor pedagógico e fundamentação antropológica (RUEDEL, 2002).

Para Boni (1980), a queda da monarquia, a Primeira República e o Estado Novo não foram momentos de uma revolução, mas de manutenção da ordem antiga, em novo nível de estabilidade pela incorporação a ela de novos elementos. Assim, a Igreja desempenhou a função de preparadora de elites à implantação e consolidação do capitalismo. Boni (1980) ressalta que a Igreja fizera uma opção consciente pelo capitalismo, cujas origens liberais jamais lhe agradaram. Pelo contrário, a Igreja continuou professando seu apego a um modelo agrário de pequena propriedade e de parcimônia semifeudal. Seu modo de agir, porém, serviu

a outros fins para os quais a sociedade se voltava. Ao construir colégios para difundir a religião, a Igreja, ao mesmo tempo, colocava-os à disposição da ordem social nascente.

Utilizando-se da educação dos jovens, a Igreja poderia abranger as diferentes gerações e formar tanto homens católicos leigos que defenderiam o catolicismo contra os ataques anticlericais, quanto renovar o seu quadro de sacerdotes para o futuro, fazendo o chamamento às vocações sacerdotais.

Por tudo isso é que as categorias *educação*, *homem* e *sacerdote* foram distinguidas dentre outras verificadas na Revista *Unitas*. Sobretudo, porque serviram muito bem à reflexão de todo o movimento romanizador da Igreja Católica, uma vez que eram os três elementos-chaves para entender as principais defesas do catolicismo reformador. Nessa perspectiva, para o arcebispo D. João Becker eram necessários bons pastores para formar um bom rebanho, e a educação, neste sentido, seria uma excelente aliada.

A criação da Revista *Unitas* foi a grande alternativa para isso. Ao tentar unir o clero, D. Becker buscava unificar o discurso católico tornando-o mais forte, de modo a poder vencer os embates diários contra a fé católica. Com um clero unido, forte, a Igreja Católica se reestruturava, fortalecendo-se perante a sociedade gaúcha. A partir disso, poderia difundir seu ideário junto aos homens e neles formar seguidores.

As categorias examinadas neste estudo preponderaram ao se analisar a perspectiva católica no que se referia à perfeição humana. A educação se destacou enquanto mecanismo utilizado pela Igreja para alcançar seu ideal de humanidade. Nesse sentido, a educação se configurou tanto no limite como na possibilidade de atingir esse ideal. O homem, por sua vez, foi visto pela Igreja como possibilidade de perpetuar a doutrina cristã, reafirmando o papel do catolicismo frente às novas gerações. O sacerdote, ao propagar a fé católica, consagrava sua existência à função de divulgar a doutrina junto às comunidades.

Seguindo uma concepção tomista, o homem era concebido como um ser regido por forças instintivas, sendo necessário um código de ética que normatizasse a sua vida e as suas ações. Caberia à Igreja tal tarefa de normatização, sendo ela a representante de Deus no mundo terreno. Para que a sociedade se tornasse perfeita, livre de todos os males da modernidade, era necessário inspirar-se em Cristo. Nessa perspectiva, seria Jesus Cristo o verdadeiro ideal de perfeição de todos os homens. Para o catolicismo, não haveria uma verdadeira civilização se não fosse fruto da verdadeira religião.

Muitas lacunas ainda ficam neste trabalho, que serão preenchidas por outros trabalhos que venham a tratar sobre este tema. A complementaridade dos muitos estudos na área da História da Educação é que vão estruturando o campo e possibilitando a conexão de distintas

percepções sobre um mesmo assunto, fato que enriquece ainda mais esta área do conhecimento.

Tem-se em mente que a seleção de algumas metodologias e teorias nesta investigação é que possibilitaram ao trabalho a efetivação de seu empreendimento desde o seu projeto. Concorro com Barros (2005) quando afirma que não importa o campo de estudos a que se dedique o pesquisador, mas é, sobretudo, neste núcleo mais elementar que começam a aparecer as grandes soluções, a originalidade científica, os avanços possíveis no conhecimento a ser produzido.

No início deste trabalho me utilizei da citação de Zanotelli⁴³ (2007, p. 11), que, em certa medida, compendia de modo análogo não só a trajetória da pesquisa percorrida para a efetivação deste trabalho, mas também a trajetória do arcebispo D. João Becker. Tenho a convicção de que D. João Becker foi um homem de seu tempo. Suas atuações intensas tanto na Diocese de Florianópolis, quanto na Arquidiocese de Porto Alegre, foram respostas a uma educação conservadora obtida ainda no lar paterno, passando pela rigorosa formação no Seminário Diocesano e as rígidas posições em seu desempenho sacerdotal. Tanto na sua formação, quanto no exercício de suas funções, D. Becker vivenciou e vinculou-se ao projeto romanizador da Igreja Católica. Considerando-se um dos príncipes da Igreja, D. Becker foi produto e produtor de seu tempo. Assim como sofreu influências de todo um contexto de lutas por uma reafirmação do papel da Igreja junto à sociedade, D. Becker também interferiu na composição social sul-rio-grandense.

O catolicismo, assim como D. João Becker, teve papel decisivo na composição da história sul-rio-grandense, especialmente, na formação de um perfil humano gaúcho. Ao administrar a arquidiocese num período rico em transformações, D. Becker, seguindo as orientações de Roma, concebeu um homem e uma sociedade perfeitos.

Condescendo com Zanotelli (2007) quando afirma que o homem não é apenas fruto de suas necessidades, resultado de seu passado, mas é também consequência daquilo que sonha, deseja e almeja. D. João Becker não foi resultado apenas de sua formação (embora ela tenha sido decisiva na sua atuação), mas também daquilo por que lutou e vislumbrou para a arquidiocese.

Ao encerrar este trabalho, não posso deixar de fazer anuência ao que Miguel Baptista Pereira afirmou em seu prefácio à obra “A visão de Deus” de Nicolau de Cusa (1998): que

⁴³ “Sem raízes não há árvore. A árvore, porém, não coincide apenas com suas raízes. O solo, o húmus, o sol, a chuva, o vento, a lua, as estações e a história de sua capacidade de assimilação e defesa fazem de cada árvore, com suas raízes, um corpo saudável ou raquítico, vigoroso ou doentio. As raízes, contudo, dizem muito da identidade de cada árvore”.

pensar é também rememorar e com os outros partilhar a história do pensamento. Pensar é experienciar no esforço da ascensão o advento do antigo e sempre novo. Pensar é retomar com originalidade, com novidade, e sem repetição inerte, a história. E, mais que a história, o passado e o potencial de futuro. Foi “pensando” e “repensando” a história de Dom João Becker que busquei partilhar não só a sua biografia, seus atos, seu comportamento num período de transformações no cenário gaúcho, mas também pensar e repensar a trajetória acadêmica no âmbito da historiografia.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Os Pensadores. Confissões. de Magistro**. São Paulo: Abril/Civita, 1973.

_____. **O livre-arbítrio**. 2ª Edição. São Paulo: Paulus, 1995.

ALVES, José Maria. **Nicolau de Cusa**. Disponível em: <www.homeoesp.org>, Acesso em: 13/08/2011.

AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas**. 2ª ed. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. **A cruzada da imprensa católica pelotense contra o laicismo educacional (Décadas de 1920 a 1930)**. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/204gianalangeamaral.pdf>; Acesso em 11/07/2009.

_____. **Gymnasio Pelotense: a concretização de um ideal maçônico no campo educacional**. Pelotas: PPGEDU/UFPel, 1998. (Dissertação de Mestrado).

ANTUNES, Celso. **Glossário para educadores (as)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: **História do marxismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol. 10. 1987. 13-121.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBOSA, Maria Carmem. **Estado Novo e escola nova: práticas políticas da educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945**. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação).

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara; TAMBARA, Elomar & KREUTZ, Lúcio (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva, 2002.

BASTOS, M. H.C. **O novo e o nacional em revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. São Paulo: FEUSP, 1994, Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação).

BECKER, Dom João. **O clero católico. Vigésima Sexta Carta Pastoral**. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1936.

_____. **Normas de renovação social. Vigésima quinta carta pastoral.** Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, 1935.

_____. O futuro da nação brasileira. Vigésima quarta carta pastoral. **Unitas**, Porto Alegre, v. 21, n. 8-9, p.215-345, 1934.

_____. Sobre o novo estado brasileiro. Vigésima terceira carta pastoral. **Unitas**, Porto Alegre, v. 20, n. 11, p. 311-447, 1933.

_____. Os católicos e a futura constituição. Vigésima segunda carta pastoral de D. João Becker. In: **Revista Unitas**. Porto Alegre, v. 19, n. 8-9, 245-357, 1932.

_____. **O Sacerdócio da igreja e o povo catholico. Décima sétima carta castoral.** Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928.

_____. **A Igreja e a família. Décima sexta carta pastoral.** Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1927.

_____. **O Sacerdócio e o templo. Nona carta pastoral.** Porto Alegre: Typographia do Centro, 1921.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris (Org). **História geral da civilização brasileira**. III. O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 271-341.

BESEN, Pe. José Artulino. **Centenário: Dom João Becker – Primeiro Bispo de Florianópolis**. Disponível em: < <http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-joao-becker/> > Acesso em: 24/02/2008.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia Cristã**. 8ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: BARROS, Eliane Cruxen. (Org). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BONOW, Stefan Chamorro. **A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a primeira guerra mundial: cidadãos leais ou retovados?** 2011. 379f. Tese (Doutorado) – Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BORIN, Marta Rosa. A Resistência do peregrino João Luiz Pozzobon. In: **História Social**. Campinas – SP: 2000.

BROCCOLI, Ângelo. **Antonio Gramsci y la educación como hegemonia**. Méxicos Nueva Imagen, 1977.

BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime Autoritário**. São Paulo: Loyola, 1979.

CAMPOS, Névio de. **Ação católica**: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000200015&script=sci_arttext, Acesso em: 08/12/2010. (a)

_____. **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. (b)

CANTO-SPERBER, Monique (Org). **Dicionário de ética e filosofia moral**. Volume 2. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006, Out-Dez; 15(4): 679-84.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O Imaginário da República no Brasil. 18ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTANEDA, Luzia Aurelia. *Eugenia e casamento*. In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos. Vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003.

CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leitura. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1990.

CORSETTI, Berenice. **A escola pública no Rio Grande do Sul e o projeto político republicano (1889/1930)**. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_berenice.pdf; Acesso em: 12/04/2011.

_____. **Controle e ufanismo. A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)**. Santa Maria, UFSM, 1998. Tese. (Doutorado em Educação).

CUSA, Nicolau de. **A visão de Deus**. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

DALBEY, Richard. Os alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração com a nacionalização do ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 118, p. 400-408, abr./jun. 1970.

DEL CONT, Valdeir. *Francis Galton: eugenia e hereditariedade*. In **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

DENT, N. J. H. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

DESAULNIERS, Julieta. **Trabalho: a escola do trabalhador?** Porto Alegre: UFRGS, 1993. Tese (Doutorado em Educação).

DOMÍNGUEZ, Lorenzo Miguélez. **Código de Derecho Canónico y Legislación Complementaria**. 5ª Edición. Madrid: Editorial Católica S.A.- Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

EICHER, Peter. **Dicionário de conceitos fundamentais de teologia**. São Paulo: Paulus, 1993.

FERNANDES, Evandro. **S.O.S Europa faminta**. Elites, intelectuais e o Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF. Disponível em: www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=156660, Acesso em: 13/07/2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª Edição Revista e Atualizada. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. In: **Educação & Sociedade**, Ano XXIII, n. 79, Agosto/2002.

FISCHL, Johann. **Manual de historia de la filosofia**. Barcelona: Editorial Herder, 1984.

FITZPATRICK, Edward A. **Filosofía y ciencia de la educacion**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1958.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. *O humanismo de Jacques Maritain e a educação*. In: **Odiseo**. Revista Eletrônica de Pedagogia. Disponível em: <http://www.odiseo.com.mx/bitacora-educativa/o-humanismo-jacques-maritain-e-educacao>, Acesso em: 15/12/2011.

GERTZ, René E. **D. João Becker e o nacionalismo**. Disponível em: <http://bmgil.tripod.com/grd05.html>, Acesso em 13/07/2011.

_____. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin N.(Org). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST/Suliani Editografia Ltda., 2002.

_____. A nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. In: Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 11, 1991, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPH, 1991. p. 311-317.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOLO, Jaime. **Estado & Igreja na implantação da República Gaúcha: A Educação como base de um acordo de apoio mútuo**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t023.pdf, Acesso em: 12/12/2008.

_____. **Estado, Igreja e educação no RS da Primeira República.** São Paulo: FEUSP, 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação).

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2.

_____. **Introdução ao estudo da Filosofia.** A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Maquiavel a política e o estado moderno.** Tradução Luiz Mário Gazzaneo. 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984.

_____. **Obras escolhidas.** Tradução Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978b.

_____. **Concepção dialética da história.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978a.

HAUCK, João Fagundes (Org). **História da Igreja no Brasil.** Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800).** Petrópolis: Vozes, 1974.

ISAIA, Artur Cesar. **Cem anos depois: a mudança radical da Igreja gaúcha.** Entrevista de Artur Isaia à Revista Missões. Disponível em: <http://www.revistamissoes.org.br/artigos/ler/id/387>, Acesso em 24/08/2009.

_____. A Igreja do Rio Grande do Sul e o Castilhismo. Entrevista de Artur Isaia ao Instituto Humanitas Unisinos - **IHU On-Line. Júlio de Castilhos: um centenário.** Ano 3. Número 78. São Leopoldo, 6 de outubro de 2003. Disponível em: www.gunteraxt.com/imagens/1161284031.93pdf. Acesso em: 08/12/2003.

_____. D. João Becker e o crescendo autoritário dos anos 30. In: DREHER, Martin N.(Org). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional.** Porto Alegre: Edições EST/Suliani Editografia Ltda., 2002.

_____. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. **O Cajado da ordem.** Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul. D. João Becker e o autoritarismo. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em História).

JAIME, Jorge. **História da filosofia no Brasil.** Volume 1. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.

_____. **História da filosofia no Brasil.** Volume 2. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.

_____. **História da filosofia no Brasil**. Volume 3. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 2000.

JONE-FOX. **Compêndio da moral católica**. Edições A Nação. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1943.

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa**: A Revista ST. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934). Curitiba: UFPR, 2009. Tese (Doutorado em História).

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

_____. **O professor paroquial. Magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LINTON, Ralph. **O Homem**. Uma introdução à antropologia. Trad. Lavínia Vilela. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOURO, Guacira. **Prendas e antiprendas**: uma história da educação feminina no RGS. Campinas: Unicamp, 1986. Tese (Doutorado em Educação).

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história**. Tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: EDUEM, 2004.

MARI, Cezar Luiz de. **O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci**: Uma perspectiva de emancipação humana. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/cezarluizdemari.rtf, Acesso em: 15/08/2010.

MARIA, Padre Júlio. **A Igreja e a República**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

MARITAIN, Jacques. **Por um humanismo Cristão**. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. **Rumos da Educação**. Rio de Janeiro: Agir, 1968.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso**. O princípio da Pesquisa. 5ª Edição revisada. Ijuí- RS/ Brasília - DF: Ed. Unijuí/INEP, 2006.

MASSIMI, Marina. **A psicologia dos jesuítas**: Uma contribuição à História das Idéias Psicológicas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000300018, Acesso em: 26/01/2011.

MELLO, Débora. **As ações assistenciais na criação da creche na Porto Alegre da década de 30**: entre a qualidade e a filantropia. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação).

MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da Igreja: educação e os intelectuais orgânicos (1916- 1940). In: **Revista HISTEDBR On-line Artigo**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art03_31.pdf, Acesso em: 02/12/2008.

MEYER, Dagmar. **Identidades traduzidas, Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 1999. Tese (Doutorado em Educação).

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *In: Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, J. F. R. de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

MOURA, D. Odilão. **As idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX**. São Paulo: Convívio, 1978.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na 1ª República**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PACHECO, C.R.C. **Caminhando sobre o fio da navalha: Um estudo sobre a antípoda violência x não-violência e seus entrelaçamentos com os conceitos de autoritarismo, autoridade e liberdade a partir de falas docentes**. Santa Maria: UFSM, 2006. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Meninos maluquinhos – Bons ou maus alunos?: Um estudo sobre as percepções de professores**. Santa Maria: FAMES, 2004. (Monografia)

PADOVANI, Humberto; CASTAGNOLA, Luís. **História da Filosofia**. 5ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

PAIVA, Cesar. Escola de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.

PASSMORE, John. **A perfectibilidade do homem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

PERES, Eliane. **“Templos de luz”**: Os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIO XI. Divini Illius Magistri. *In: ACCION CATOLICA ESPAÑOLA. Coleccion de encíclicas y cartas pontificias*. Edicion Argentina, autorizada por la Junta Técnica Nacional de la Acción Católica Española. Buenos Aires: Editorial Poblet, 1944.

QUADROS, Claudemir de. Lourenço Filho: reformador da educação no Rio Grande do Sul. *In: Estudos RBEP – Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 90, n. 224, p. 204-222, jan/abr. 2009.

RAMBO, Arthur. Restauração Católica no Sul do Brasil. **História: questões & debates**. n. 36, p. 279-304, 2002. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

REVISTA UNITAS. **Revista Ecclesiastica da Archidiocese de Porto Alegre**. Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1913-1946.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: Aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *In: ALEA*, Volume 7, Número 2, Julho-Dezembro, 2005, p. 305-322.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Introdução. *In: BRASIL*, Congresso. Câmara dos Deputados. **A Igreja na república**. Coleção Pensamento Político Republicano. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial**. Volume 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

_____. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial**. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RUEDELL, Pedro. O ensino religioso nas escolas oficiais do Rio Grande do Sul. *In: DREHER*, Martin N.(Org). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST/Suliani Editografia Ltda., 2002.

SANTANNA, Pe. Manuel Fernandes de. **Apologetica**. Curso de Religião. Lisboa: Typographia da Casa Catholica, 1901.

SANTOS, Carla Xavier dos. **A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha**. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211599064_ARQUIVO_ArelacaodaIgrejaCatolicacomoEstadoNovo.pdf Acesso em: 19/12/2008.

SCHUSTER, Pe. Inácio José. **Diferença entre clero secular e regular**. Disponível em: <http://www.eternamisericordia.com.br/artigo/diferenca-entre-clero-secular-e-regular>; Acesso em: 08/12/2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. Colônia - Império - República. 1ª Edição. São Paulo: Moderna, 1992.

SOUZA, Valéria Carmelita Santana. **“A Cruzada” católica: uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neo-ultramontanismo. *In: DREHER, Martin N.(Org).* **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional.** Porto Alegre: Edições EST/Suliani Editografia Ltda., 2002.

STEPHANOU, Maria. **Forjando novos trabalhadores:** a experiência do ensino técnico profissional no Rio Grande do Sul (1890-1930). Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação).

TAMBARA, Elomar. O Estado, Igreja e Educação no Brasil - do Regalismo ao Ultramontanismo (1870/1935). *In: Linguagens, Educação e Sociedade:* Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI/ Universidade Federal do Piauí/ Centro de Ciências da Educação, Ano 11, n. 14. Teresina: EDUFPI, 2006.

_____. Igreja Católica, Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul na República Velha. *In: OLIVEIRA, Avelino da Rosa; OLIVEIRA, Neiva Afonso (Orgs.). Fides et Ratio.* Festschrift em homenagem a Cláudio Neutzling. Pelotas: EDUCAT, 2003.

_____. **Introdução à história da educação do Rio Grande do Sul:** Versão Preliminar. Pelotas: Ed. Universitária/ Seiva, 2000.

_____. **Positivismo e educação.** A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária, 1995.

_____. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo.** Porto Alegre: UFRGS, 1991. Tese (Doutorado em Educação).

TAVARES, Francisco Augusto. A influência da Patrística e a Escolástica na Educação na Idade Média. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/a-influencia-da-patrastica-e-a-escolastica-na-educacao-na-idade-media-2114891.html>>, Acesso em: 07/04/2010.

TONINI, Veridiana Maria. **Uma relação de amor e ódio:** O caso de Wolfran Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957). Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

VAN BALEN, Age D.J. **Disciplina e controle da sociedade. Análise do discurso e da prática cotidiana.** São Paulo: Cortez, 1983.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *In: Revista Brasileira de História.* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100003, Acesso em: 26/01/2008.

VIEIRA, C. E. (Org). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964).** Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura no Paraná no século XX.** Curitiba, 2000. (Projeto de pesquisa em História e Historiografia da Educação) – UFPR.

_____. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci.** São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – PUC-SP.;

VIGNERON, Jacques. *Humanismo cristão e comunicação*. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/ba/Jacques_Vigneron.pdf, Acesso em 22/12/2011.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Escola normal rural:** Articulando Evangelização à Formação do Professor. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Flavia%20Obino%20Correa%20Werle/Flavia%20Obino%20Correa%20Werle%20-%20Texto.pdf>, Acesso em: 12/04/2011.

_____. **Sistema político-administrativo da educação:** análise das relações de poder entre as instâncias federal, estadual e municipal no período republicano. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Tese (Doutorado em Educação).

ZANOTELLI, Jandir João. **América Latina:** raízes sócio-político-culturais. 3ª Ed. Pelotas: EDUCAT, 2007.

ZILES, Urbano. **A modernidade e a Igreja.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

ANEXOS

ANEXO A – Folder Centenário

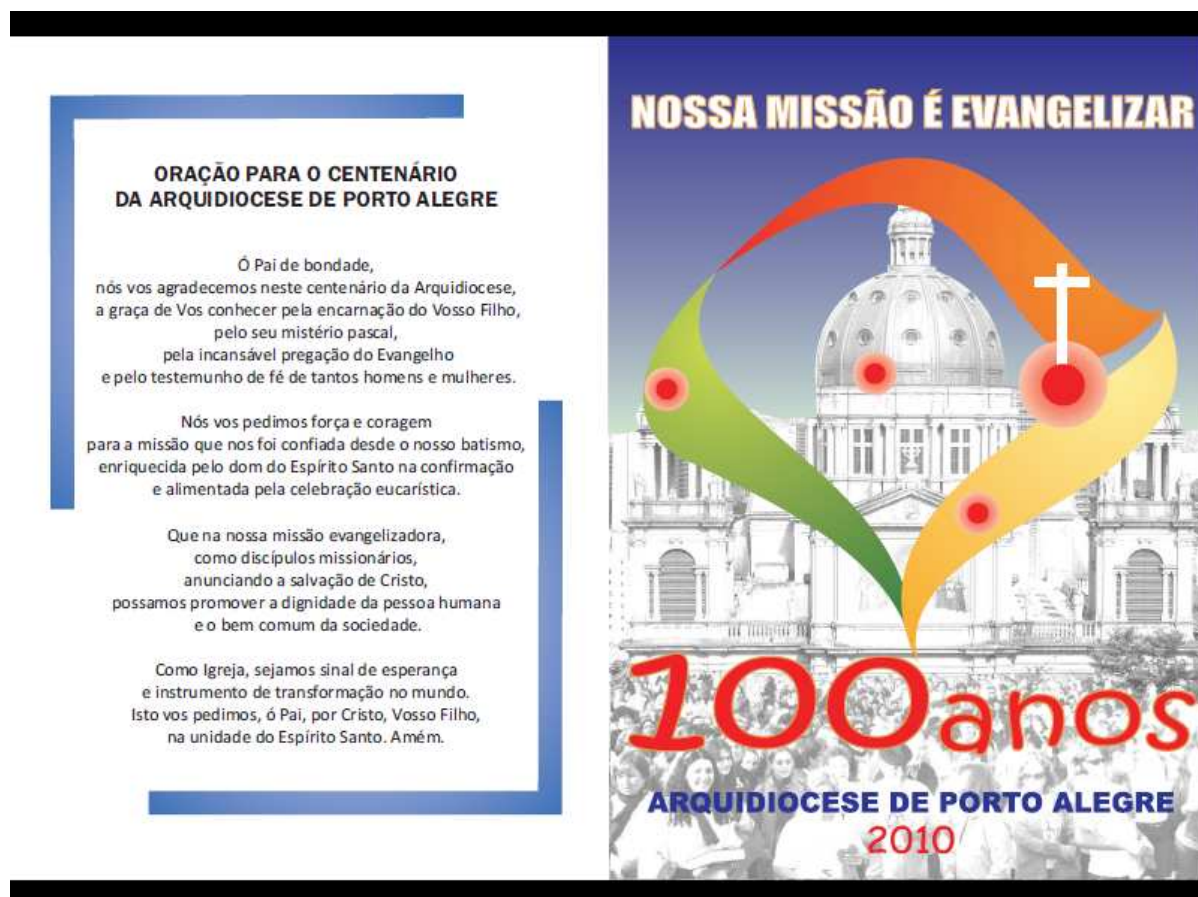


Figura 1 Folder aberto parte externa

POR QUE CELEBRARMOS O CENTENÁRIO DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE?

- Para fortalecer a comunhão entre as 18 Dioceses do Rio Grande do Sul (Província Eclesiástica);
- para sentir a viva presença de Deus na história da Arquidiocese;
- para reeducar nossa memória como Povo de Deus da Arquidiocese;
- para perceber os sinais dos tempos, escutando a voz de Deus neles;
- para buscar maior unidade entre os 5 vicariatos episcopais;
- para ser uma Igreja que se coloca a serviço de Deus e do seu povo;
- para ter alegria, entusiasmo e realismo em nossas conquistas;
- para reavivar a missão evangelizadora;
- para fomentar diretrizes comuns (primazia da Palavra, pastorais sociais, planejamentos estratégicos...).

Celebrações:



16/08/2009 às 15h
Missa de abertura do centenário
Catedral

15/08/2010 às 15h
Missa do centenário - Catedral
(presença dos bispos das 18 Dioceses do RS)

DADOS HISTÓRICOS DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE

- **07/05/1848** – Criação da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) pelo Papa Pio IX.
- **15/08/1910** – Criação da Província Eclesiástica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre passa a ser Arquidiocese e são criadas as Dioceses de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana.
- **1920** – Início da construção da catedral Mãe de Deus.
- **1938** – Inauguração do Seminário São José em Gravataí.
- **1948** – Realização Congresso Eucarístico Nacional - Porto Alegre.
- **1954** – Inauguração do Seminário Nossa Senhora da Imaculada Conceição em Viamão.
- **04 e 05/07/1980** – Visita do Papa João Paulo II a Porto Alegre.
- **10/08/1986** – Consagração da catedral Mãe de Deus.

"Como a história é viva, os fatos passados são motivo não apenas de grata satisfação para todos os que se sentem, de um modo ou outro, envolvidos pelo Centenário de criação da Arquidiocese de Porto Alegre e da respectiva província Eclesiástica: são também a base para que a história possa continuar sendo escrita nos tempos atuais e futuros, enquanto Jesus Cristo, Senhor da história, na unidade com o Pai e o Espírito Santo, assim o quiser!"
(Pe. Eduardo Pretto Moesch)

Bispos e Arcebispos



Dom Feliciano Prates
Bispado: 1851-1858
1º Bispo



Dom Sebastião Laranjeiras
Bispado: 1860-1868
2º Bispo



Dom Claudio Porco de Lello
Bispado: 1890-1912
3º Bispo e 1º Arcebispo



Dom João Becker
Bispado: 1912-1946
2º Arcebispo



Dom Alfredo Vicente Scherer
Bispado: 1946-1981
3º Arcebispo/Coadju



Dom João Claudio Colling
Bispado: 1981-1991
4º Arcebispo



Dom Almirante Rossato
Bispado: 1991-2000
5º Arcebispo



Dom Odaus Grings
Bispado: desde 2000
6º Arcebispo

Figura 2 Folder aberto parte interna

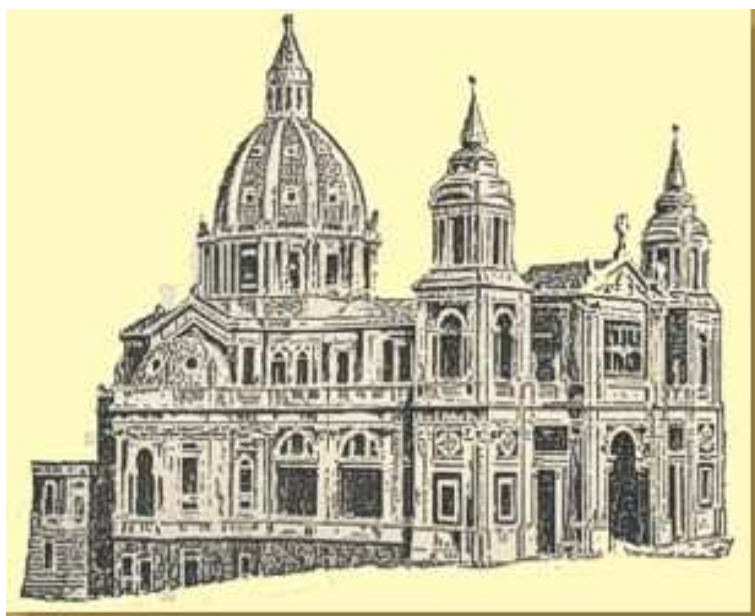
ANEXO B – Catedral Metropolitana



Em 1921, Becker lançou a pedra fundamental da catedral de Porto Alegre, que deveria ficar pronta até o centenário farroupilha em 1935. Essa obra abriu grandes espaços na imprensa profana e na imprensa eclesiástica, constituindo-se em importante instrumento de mobilização católica. Na foto, podemos ver o arcebispo D. João Becker discursando na solenidade do lançamento da primeira pedra da torre da catedral. (Imagem disponível em: <http://www.catedralmetropolitana.org.br/historia/index.html>)



Na foto ao lado, podemos ver o ex-governador do Estado, Getúlio Vargas, em visita às obras da Catedral (1929). Na primeira fila, D. João Becker, o governador, Gal. Paim Filho, Dr. Alberto Bins, Mons. Nicolau Marx. Na segunda fila: Mons. João Maria Balem, Dr. Pitrez, Mons. José de Nadal, Com. Antonio Chaves Filho, Oscar Leygrand, Cônego Vicente Scherer, Dr. Adalberto R. de Carvalho. (Imagem disponível em: <http://www.catedralmetropolitana.org.br/historia/index.html>)



O projeto da Catedral foi de autoria do arquiteto João Batista Giovenale. O arquiteto era notável por trabalhos executados em Roma.

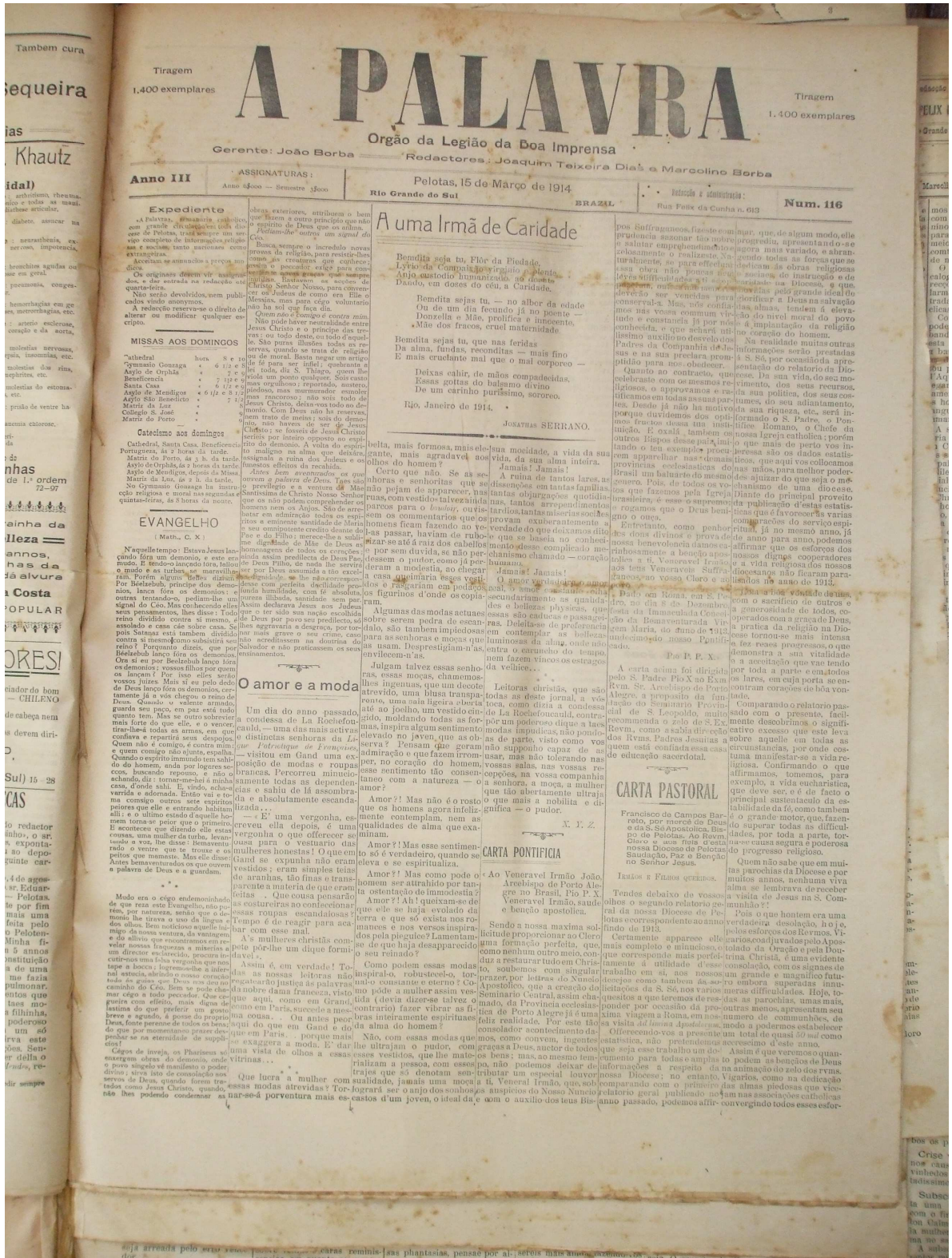


Fotografias da construção da Catedral

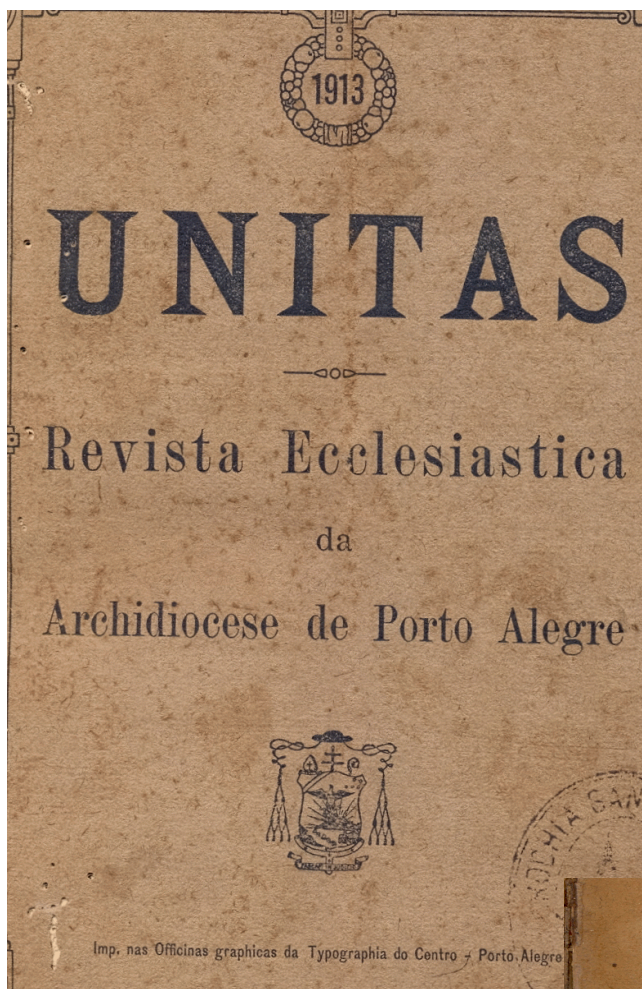


Imagens disponíveis em:
<http://www.catedralmetropolitana.org.br/arquitetura/index.html>

ANEXO C – Exemplar do Periódico A Palavra



ANEXO D – Capas das duas primeiras edições da Revista Unitas



*Capa da Primeira Revista Unitas
– publicada no ano de 1913.*

*Capa da Segunda Revista Unitas
– publicada no ano de 1914.*

